



Alessandra Nunes Monteiro de Castro

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA
POLÍTICA DO RIO DE JANEIRO:** uma análise
da atuação do Conselho Estadual dos Direitos
da Mulher (CEDIM/RJ)

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de doutora pelo Programa de Pós-graduação
em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências
Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Emmanuel Ismael de
Carvalho

Rio de Janeiro,
setembro de 2024



Alessandra Nunes Monteiro de Castro

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA
POLÍTICA DO RIO DE JANEIRO:** uma
análise da atuação do Conselho Estadual dos
Direitos da Mulher (CEDIM/RJ)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de doutora pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais, do Departamento de
Ciências Sociais da PUC-Rio.

Prof. Dr. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Ana Paula Conde Gomes

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Ruth Espínola Soriano de Mello

Departamento Administração e Gestão – PUC-Rio

Prof. Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Universidade Federal de Alfenas – MG

Prof. Gabriel Silva Rezende

Faculdade de Miguel Pereira

Rio de Janeiro, 27 setembro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Alessandra Nunes Monteiro de Castro

Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo pela PUC-Rio, Licenciatura em Sociologia pela AVM- Cândido Mendes. Mestre em Ciências Sociais pela PUC-Rio, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD). Atua como Consultora de Comunicação e Oratória para mulheres. Professora convidada no Centro Universitário Geraldo de Biasi (UGB).

Ficha Catalográfica

Castro, Alessandra Nunes Monteiro de

Participação das mulheres na política do Rio de Janeiro : uma análise da atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ) / Alessandra Nunes Monteiro de Castro ; orientador: Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. – 2024.

177 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2024.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. 3. Rio de Janeiro. 4. Participação política. 5. Democracia. I. Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Primeiro e bem clichê quero agradecer a Deus, é possível ter fé, ter religião e ao mesmo tempo estudar ciência política com foco no feminino, diferente do que se acredita no senso comum. Depois, quero agradecer aos meus pais, eles não são da área de ciências humanas, mas com certeza me direcionaram para estudos que envolvem a luta pela liberdade, igualdade de oportunidades e equidade. À minha família, e principalmente a minha tia Lu que me ajudou nos contatos importantes para a pesquisa.

Não menos importante quero agradecer a todas as mulheres que dedicaram um pouco da sua trajetória de vida para lutar por mais direitos sociais e cidadania. Hoje, com um conservadorismo tão forte, é fundamental lembrar tantas conquistas em nossa sociedade. Sendo assim, agradeço imensamente às conselheiras do CEDIM/RJ, a inteligentíssima e doce Cecília Teixeira, Ângela Fontes experiente e crítica, Marta Rocha que não participou devido à agenda eleitoral, Cristiane Lamarão corajosa e forte, Rosi Torquato e sua linda luta pelas mulheres negras, Rosângela da ABL que cuida tanto para trazer visibilidade às mulheres lésbicas.

Agradeço às duas grandes líderes da Sociedade Civil no histórico do CEDIM/RJ, vocês são realmente uma inspiração, Helena Piragibe e Edna Ferreira, meu muito obrigada. E por fim, e não menos importante, agradeço a Inês Pandeló, uma mulher de minha região, que enfrentou a violência política e foi tão corajosa. Agradecimento também para os funcionários dedicados do CEDIM/RJ, Diego e Artur.

Seria impossível não agradecer ao meu orientador, pela parceria de anos, desde o mestrado, por ser “um orientador que não encontramos mais por aí”. Aquele que realmente conduz, orienta, e até mesmo te tranquiliza diante dos enormes desafios que são investir numa pesquisa num Brasil que tem desvalorizado demais as ciências sociais ao longo dos anos. À minha banca feminina agradeço a disponibilidade, a curiosidade e o desejo de contribuir para essa pesquisa tão relevante num assunto que tange todas nós, os direitos das mulheres e a participação política feminina dentro da democracia.

À Pontifícia Universidade Católica, PUC-Rio, que tem sido minha casa desde a graduação em comunicação social iniciada há 14 anos atrás, minha gratidão. O fomento dessa pesquisa através da bolsa de estudo, mas principalmente, o conhecimento passado nas salas de aulas, nos intervalos do cafezinho, na biblioteca. Agradeço a todos os meus

professores e professoras do departamento de Ciências Sociais, principalmente aqueles que me aproximei ainda mais devidos aos temas trabalhados, principalmente, nossa querida Ângela Paiva, e também Roberto DaMatta.

Meus amigos como é importante o apoio de vocês! Agradecimento em especial pelas sugestões bibliográficas, orientações diante de dúvidas: Gustavo Cravo, José Roberto Ferraz, Michelle Ferraz, Jaqueline Sinésio, Rafael Vargas e Gabriel Rezende. E a todo grupo de pesquisa do NUFEPD ao qual eu participo.

Resumo

Monteiro de Castro, Alessandra Nunes; Ismael, Ricardo (orientador). **Participação das Mulheres na Política do Rio de Janeiro: uma análise da atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ)**. Rio de Janeiro, 2024. 177 p. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa investigação tem como objetivo analisar a participação política das mulheres no Estado do Rio de Janeiro, por meio de um estudo de caso focado nos mandatos das lideranças femininas do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), durante um marco temporal de 20 anos, de 2002 até 2022. Sendo analisadas as ações desenvolvidas pelas lideranças dentro do Conselho CEDIM/RJ, que de fato contribuíram ou não para promover à população feminina o pleno exercício da sua cidadania (o objetivo da instituição, segundo seu regimento). E a relação entre sociedade civil, poder executivo e legislativo no que tange à participação feminina e inclusão de pautas que representem as mulheres do Estado do Rio de Janeiro. O Conselho pesquisado, CEDIM/RJ, tem uma grande importância, tal como a atuação política de suas lideranças, por ser constituído por conselheiras representantes da sociedade civil e também do Governo do Estado. Os desafios na vida pessoal e profissional dessas mulheres enquanto líderes são relevantes desse estudo a fim de compreender quais desafios lideranças femininas enfrentam na vida política como um todo. Além disso, o marco temporal de 20 anos foi palco para perceber como os debates em torno da cidadania feminina e ampliação da democracia no Estado passou por mudanças. Nos primeiros mandatos do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), o foco foi a segurança da mulher e combate à violência doméstica. Posteriormente, a parte cultural cresceu muito sempre voltados para inclusão da mulher em diversos espaços. Em seguida, saúde, reflexões sobre direito ao aborto legal foram incluídas como importantes pautas. Nos documentos atuais, o CEDIM/RJ acrescentou a preocupação com a cidadania para mulheres pretas e direitos para a população lgbtqiapn+.

Palavras-chave

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Rio de Janeiro; Participação Política; Democracia.

Abstract

Monteiro de Castro, Alessandra Nunes; Ismael, Ricardo (Advisor). **Participation of women in politics in Rio de Janeiro: an analysis of the performance of the State Council for Women's Rights (CEDIM/RJ)**. Rio de Janeiro, 2024. 177 p. Doctoral thesis. Department of Social Sciences, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This investigation aims to analyze the political participation of women in the State of Rio de Janeiro, through a case study focused on the mandates of female leaders of the State Council for Women's Rights (CEDIM/RJ), during a time frame of 20 years, from 2002 to 2022. Analyzing the actions developed by the leaders within the CEDIM/RJ Council, which in fact contributed or not to promoting the female population to fully exercise their citizenship (the objective of the institution, according to its regulations). And the relationship between civil society, executive and legislative powers with regard to female participation and inclusion of agendas that represent women in the State of Rio de Janeiro. The Council researched, CEDIM/RJ, is of great importance, as is the political activity of its leaders, as it is made up of counselors representing civil society and also the State Government. The challenges in the personal and professional lives of these women as leaders are relevant to this study in order to understand what challenges female leaders face in political life as a whole. Furthermore, the 20-year time frame was the stage to understand how the debates surrounding female citizenship and the expansion of democracy in the State underwent changes. In the first mandates of the State Council for Women's Rights (CEDIM/RJ), the focus was on women's safety and combating domestic violence. Subsequently, the cultural aspect grew a lot, always focused on the inclusion of women in different spaces. Next, health and reflections on the right to legal abortion were included as important topics. In current documents, CEDIM/RJ added concern about citizenship for black women and rights for the lgbtqiapn+ population.

Keywords

State Council for Women's Rights; Rio de Janeiro; Political Participation; Democracy.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2002	54
Tabela 2. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2006	55
Tabela 3. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2010	56
Tabela 4. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2014	56
Tabela 5. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2018	57
Tabela 6. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – em 2022	58

Lista de Gráficos

1. Gráfico 1 Porcentagem de votos em Mulheres para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) de 2002 até 2022.....53

Siglas

ABL – Associação Brasileira de Lésbicas

APNs – Agentes de Pastoral Negros

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ARENA– Aliança Renovadora Nacional

CEDIM/RJ – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro

DEM – Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS –Partido Democrático Social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSC– Partido Social Cristão

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PPS – Partido Popular Socialista

PP – Partido Progressista

PL– Partido Liberal

RRF– Regime de Recuperação Fiscal

ONU – Organização das Nações Unidas

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender?

Que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. Foi o mundo que a convenceu que ela não tinha. Rupî Kaur

Sumário

1. Introdução.....	13
2. Capítulo 1. Democracia, Mulher e Desigualdade	23
2.1. Participação Política Feminina e Conselhos de Representação das Mulheres no Espaço Público	23
2.2. Representação Política.....	28
2.3 Formação do Estado Brasileiro Patriarcal e a Desigualdade na Democracia.....	27
2.4 Violência política.....	37
2.5 Interseccionalidade e dificuldades de representatividade	41
2.6 Redistribuição em relação à desigualdade de gênero.....	47
3. Capítulo 2. A história política do Estado do Rio de Janeiro, o protagonismo feminino e seus entraves, e a criação do CEDIM/RJ	48
3.1 A importância do Estado do Rio de Janeiro no jogo político nacional	48
3.2 Crise Política e Econômica do Estado do Rio de Janeiro.....	51
3.3 História Política do Estado do Rio de Janeiro.....	57
3.4 Representação Feminina no Estado do Rio de Janeiro.....	63
4. A Atuação do CEDIM/RJ no período de 2002 a 2022.....	76
4.1 Origem, formação e estrutura do Conselho Estadual de Mulheres do Rio de Janeiro, CEDIM/RJ	76
4.2 Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, o que são e como funcionam no Brasil.....	79
4.3 CEDIM/RJ, Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, Comissões e atuações.....	83
4.4 Luta contra violência e a atuação do CEDIM/RJ nos primeiros anos analisados...86	
4.5 Marco no CEDIM/RJ, Luta e consolidação da Criação da Secretaria da Mulher.....	100
5. Entrevistas e Análise da História Oral – Entrevistas CEDIM/RJ.....	101
5.1. Importância da História Oral e Critérios de Análise.....	103
5.2 Percepções Gerais nas Entrevistas.....	106
5.3 A Relação do CEDIM/RJ com os Poderes Públicos.....	121
6 Conclusão.....	133

Introdução

Ao fazermos uma observação simples e empírica sobre a presença de mulheres na política brasileira, percebemos de forma rápida a desigualdade como marcante. Se hoje além das cotas para mulheres na política, ainda foi preciso fazer mudanças que assegurem igualdade de gênero na aplicação do fundo partidário, é nítido que de fato, a política brasileira até hoje ainda é dominada por uma elite política masculina.

Entretanto, é preciso refletir qual a importância na prática de termos uma política representativa e diversa, e como implica diretamente na qualidade da nossa democracia. Por isso, busquei com essa pesquisa compreender ainda mais sobre a participação política feminina ativa, não somente do ponto de vista partidário.

Faz-se mister também refletir sobre como tornar a democracia mais inclusiva e principalmente, ter mais mulheres na política. Esse é um dos maiores desafios da contemporaneidade. Incorporar diferentes grupos dentro do espaço de poder e de representação política tende a tornar a democracia mais eficiente.

Alguns autores destacam como a participação política feminina durante o processo de redemocratização teve um destaque também na parte da integração à sociedade civil organizada, dentre elas em conselhos de políticas públicas, que são espaços de interlocução entre governo e sociedade civil a fim de discutir, fiscalizar e formular políticas públicas. Devido à dificuldade de conciliar participação política partidária com duplas e triplas jornadas de trabalho femininas. (Avritzer, 2009)

Os conselhos surgiram no processo de redemocratização do Brasil, em 1988, o que representa um grande avanço democrático, por ser tratar de um importante dispositivo de garantia da participação popular não partidária e plural, com objetivo de fiscalizar, aconselhar e deliberar sobre a gestão de políticas públicas e sociais. A criação de conselhos também gerou maior destaque para necessidades sociais que anteriormente não era tão visíveis. Além do próprio exercício da cidadania pela participação da sociedade civil. (Pereira; Vieira, 2021)

A partir daí temos uma ampliação ainda maior na forma de participação política ativa para além do voto, o que poderia gerar inclusão na representatividade de mulheres na política não somente sendo eleitas ou não. Além do campo partidário e dos movimentos sociais, a participação política feminina tem tido protagonismo nos conselhos garantem uma interseção entre sociedade civil e governo. Temos então um

novo formato de sociedade civil, pós a luta contra a ditadura militar. Existe uma considerável participação feminina nos, mostrando uma nova forma de inclusão e liderança política por parte das mulheres. Principalmente por esta participação política não demandar tantos recursos, como financeiros, de tempo, emocionais relativos à disputa política, questões relativas à exposição na mídia, conflitos partidários, ou sofrer com violência política dentre outras questões. (Lüchmann, Almeida, Gimenes, 2016)

Os conselhos são formas de participação ativa em que se integram sociedade civil, agentes governamentais, atores sociais, a fim de defender e representar interesses de um grupo. E de fato, atualmente, existe uma grande necessidade demandada pela sociedade de termos participação política das mulheres em todos os espaços, pois não estão devidamente representadas. (Young, 2006)

Dentro da democracia brasileira, Céli Regina Pinto, destaca que existe diferença na relação entre participação política feminina ativa no âmbito do partido, considerada pela autora como uma participação hegemônica e da disputa eleitoral, vista como ação direta e aquela entre movimentos sociais. (Pinto, C. R. J., 1994)

Além de termos representatividade na sociedade, amplio a reflexão ao trazer até qual ponto termos mulheres em cargos de liderança de fato geram políticas públicas ou debates sobre pautas destinadas às mulheres e melhoria da condição de vida. (Miguel & Biroli, 2014)

Para Williams (2000), a representação política só existiria de fato, e de forma justa através de todo um sistema representativo com imparcialidade. Entretanto, entendendo a complexidade de cada um, trataria todos como iguais compreendendo diferenças e desigualdades. E principalmente, tendo representantes que se assemelham com os representados.

É importante entender os limites da representatividade política como uma força de gerar uma sociedade diferente em termos de igualdade para a população ali representada. Portanto, não basta eleger mais mulheres no Congresso Nacional ou no Poder Executivo brasileiro como forma de representação política. É preciso ter outras alternativas para que de fato, mulheres possam influenciar, gerar debate e implementar políticas públicas capazes de reduzir a violência doméstica, feminicídio, inclusão feminina dentro do mercado de trabalho, dentre outras pautas direcionadas para suas representadas.

Em vista disso, a pesquisa a seguir é uma continuidade do trabalho realizado no Mestrado em Ciências Sociais da PUC-Rio, em que analisei as lideranças femininas

dentro do Sindicato Nacional da Fundação Oswaldo Cruz, Asfoc- SN, a fim de compreender como a presença dessas mulheres na organização sindical gerou ou não uma ampliação de demandas direcionadas às servidoras mulheres da Fiocruz, ou se ter mulheres naquele espaço de poder manteve o status quo e as mesmas demandas gerais que sempre foram lutas da liderança sindical masculina.

Essa dissertação compreendeu quais contribuições e mudanças puderam ser vistas com a presença feminina atuando como liderança sindical. A questão principal deste estudo foi investigar se a ascensão das mulheres dentro desse espaço de poder, tipicamente dominado por homens, contribuiu para o ingresso de pautas associadas à implementação de políticas públicas ou em defesa dos direitos das mulheres dentro de uma das maiores instituições de referência na área da saúde.

Portanto, para compreender como a atuação feminina em espaços de poder pode ampliar ou não a redução das desigualdades de gênero, através da elaboração de leis, produção de políticas públicas e debates sobre pautas relevantes para as mulheres, tem sido o foco nas pesquisas de mestrado e doutorado. Tema que se relaciona ao objetivo de alcançar uma democracia mais ampla, plural e pautada por diferentes grupos sociais.

Por isso, devido às necessidades femininas serem diferentes na sociedade já que temos um número alto de feminicídio, abusos sexuais, desigualdades salariais no mercado de trabalho, tripla jornada de trabalho e muitos abandonos parentais, faz-se mister compreender como podemos ampliar as políticas públicas de Estado baseadas em pautas tão importantes.

Esta questão é de suma importância, pois, a desigualdade de gênero ainda persiste em diversos setores da sociedade, incluindo a esfera política e social, mesmo sendo possível concluir que existem alguns avanços nesses campos. Ainda é necessário fazer muito mais em termos de políticas públicas até mesmo para combate ao feminicídio e garantir minimamente a vida das mulheres.

Segundo Marques (2019) existe uma mudança de paradigmas sociais em relação ao conceito e uso do termo igualdade, passando para uma esfera relacionada à cidadania e inclusão, e neste ponto, a da necessidade de inclusão de mulheres nestes processos se colocou como fundamental.

Igualdade é uma das palavras incorporadas ao vocabulário político do Ocidente no século XVIII. Desde então, é parte do fundamento das democracias. Inicialmente, a palavra foi invocada para definir que todos os homens são iguais perante a lei e logo foi empregada para indicar a igualdade política. Em tempos

recentes, considerou-se que esta sozinha não bastava, sendo preciso invocar também a igualdade social para garantir oportunidades a todos. Nos primeiros tempos em que a palavra foi ouvida nas reuniões políticas e alcançou as ruas, em pleno século XVIII, nem todos os homens foram considerados iguais entre si para o exercício de funções públicas. O mesmo aconteceu com as mulheres, que, consideradas inaptas a participar das decisões políticas, receberam tratamento jurídico desigual. (Marques, 2019, p. 09)

Marques (2019) também destaca que a aceitação de mulheres na cidadania variou muito de país a país e gerou controvérsias e debates acalorados.

Vale ressaltar que o sufrágio feminino se configura como uma das mais importantes ações coletivas de cunho participativo de mulheres na política. Mesmo tendo movimentos grevistas com liderança feminina em outros momentos, o direito ao voto mostra um primeiro momento de luta por inclusão política. De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003), o sufrágio feminino é a primeira luta expressiva de organização das mulheres. (PINTO, 2003).

Em alguns lugares, as mulheres puderam votar ao final do século XIX. A Nova Zelândia tem destaque como primeiro país aprovar o voto feminino em 1893, depois, a Austrália, em 1902. Já o Brasil é o terceiro país latino americano (atrás do Equador e Uruguai) em que as sufragistas conquistaram direito ao voto feminino. Em 1932 por meio do Decreto 21.076, que criou a Justiça Eleitoral, pelo então presidente Getúlio Vargas. Mas, a luta feminina pelo voto vem desde o movimento sufragista no século XIX e de organizações de movimentos feministas no início do século 20.

Debater sobre representatividade se torna importante pois, as mulheres são afetadas pelas medidas políticas de maneira diferente que os homens, por serem subrepresentadas. Já que suas vozes e necessidades tendem a ser frequentemente ignoradas e suas contribuições para a sociedade podem ser subestimadas.

É importante por um lado salientar que somente ter mulheres na política caso essas não reflitam ou gerem mudanças em termos de reduzir a desigualdade entre homens e mulheres não é suficiente. Entretanto, por outro lado, é de suma importância salientar que independente do direcionamento e representatividade política oriunda do ingresso de mulheres tanto no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, como na Alerj, a presença de mulheres em posições políticas tem um grande valor ao refletirmos que outras mulheres podem se sentirem inspiradas e encorajadas a tentarem uma candidatura ou participação política ativa através deste exemplo.

Investigar a participação política das mulheres é fundamental para compreender os fatores que influenciam seu engajamento cívico e participação nos processos políticos. Ao analisar as trajetórias e experiências das mulheres na política, é possível identificar os desafios enfrentados, bem como as estratégias e os mecanismos que facilitam sua participação.

Também é importante destacar que a participação feminina ativa na política parlamentar é uma forma de ampliar a igualdade de gênero na democracia para construção de uma sociedade mais inclusiva. Para isso faz-se mister ter uma participação igualitária de homens e mulheres nos processos decisórios.

Devido à necessidade de compreender mais sobre a participação feminina no plano das instituições de poder, desta vez, analisando a liderança política feminina dentro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), um dos primeiros conselhos de direitos da mulher do país, a primeira experiência foi o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), uma conquista do movimento de mulheres do Estado de São Paulo, foi criado em 4 de abril de 1983. Houve também, uma ampliação em caráter nacional e em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça. (Governo Federal, 2001, Advocacy, 2006)

Torna-se assim, importante analisar o papel e a atuação deste Conselho que foi criado em 1987, no governo Moreira Franco sendo um resultado de um histórico de lutas do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. (SEASDH, 2023)

O CEDIM/RJ tem como objetivo “elaborar e implementar, em todas as esferas da administração do Estado do Rio de Janeiro, políticas públicas sob a ótica de gênero, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania”. (SEASDH, 2023)

A pesquisa investigou como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher tem contribuído na implementação de políticas públicas estaduais, elaboração ou aperfeiçoamento de leis na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e na redução de desigualdades enfrentadas pela população feminina. A análise será feita dentro do marco temporal de 20 anos, desde o governo estadual de Benedita da Silva, em 2002, até o governo estadual de Claudio Castro em 2022.

Na avaliação institucional, serão observados alguns aspectos: quais foram as ações mais importantes durante o mandato das principais líderes tomadas para garantir que o

objetivo central de garantir o exercício da cidadania para as mulheres do Estado do Rio de Janeiro de fato ocorra, como foi a relação entre CEDIM/RJ, governo e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que mais contribuíram para produção de políticas públicas em prol das mulheres, quais foram os desafios que tiveram ao liderar este Conselho, quais assuntos foram abordados e trabalhados de forma pública ao longo dos anos para contribuir para o objetivo de integração das mulheres dentro da democracia fluminense.

Sendo assim, a pesquisa realizada apresenta um estudo acerca da participação feminina na política do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no período recente, nos últimos 20 anos, e o perfil das lideranças femininas integrantes.

Por conseguinte, serão analisadas as possíveis consequências da criação do CEDIM/RJ. Se realmente as ações promovidas conseguiram contribuir ou não para ampliação do espaço da mulher na política fluminense, em particular na gestão pública estadual e nas áreas principais de formulação de políticas públicas, e na representação política na ALERJ e na definição de pautas que atendam necessidades específicas femininas.

Quando pensamos em termos de mulheres atuando na política parlamentar estadual é possível perceber que mesmo com a lei de cotas de gênero na política e suas modificações não necessariamente, conforme mencionado, ter mais mulheres no parlamento garantiria uma ampliação de políticas públicas direcionadas à equidade de gênero e oportunidades. Por conta disso, torna-se importante analisar a atuação de um Conselho que tem como objetivo central garantir a ampliação dos direitos e equidade dentro do processo democrático do Estado do Rio de Janeiro, em termos de gênero.

O objetivo geral consiste em compreender como o Conselho CEDIM/RJ tem desenvolvido ações e um trabalho em prol de conquistar avanços relacionados à equidade de gênero e oportunidades e na política, e se de fato, produzem um debate que possa influenciar a formação da agenda e a geração de políticas públicas, propiciando resultados concretos ativos na sociedade, principalmente para as mulheres representadas.

Além disso, questões como sub-representação feminina política, divisão sexual do trabalho, violência de gênero na política também serão questões importantes para compreender quais desafios essas mulheres tiveram durante seu período de atuação dentro do Conselho para o desenvolvimento deste trabalho.

Dessa forma, foram examinadas as ações do CEDIM/RJ que influenciaram mudanças políticas, eleitorais e legislativas significativas que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro durante os últimos 20 anos, do Governo Benedita da Silva (2002) até o Governo Claudio Castro (2022). Um período de novos contornos da luta pela igualdade de gênero no Brasil e no mundo. Nancy Fraser (2022) explicita que no período pós-socialista existia uma modificação nos debates dentro do conceito de justiça distributiva.

Enquanto, nas décadas anteriores o debate em torno da desigualdade de classe ainda era presente, os processos de redistribuição e reconhecimento passaram a ter um direcionamento em relação à justiça de gênero e raça. E ainda existem debates se as questões de gênero são meramente questões de reconhecimento relacionadas à cultura, no entanto, Fraser (2022) percebe que existe sim uma necessidade de ter políticas redistributivas neste caso. A questão é que nas últimas décadas a desigualdade entre homens e mulheres passou a ganhar um novo espaço tanto nas Ciências Sociais, como também na sociedade como um todo (Nancy Fraser, 2022).

A pesquisa realizou um amplo levantamento bibliográfico sobre a criação do CEDIM/RJ e a respeito de sua atuação no período considerado. Além disso, analisou documentos e dados envolvendo as ações do Conselho. Também foram feitas entrevistas com as principais lideranças integrantes do CEDIM/RJ, a fim de compreender como a atuação política dessas líderes e do Conselho gerou ou não a ampliação da cidadania para as mulheres fluminenses, fiscalizando, sugerindo e contribuindo com políticas públicas, a fim de confirmar ou não a hipótese de que este Conselho, de fato, ampliou a participação das mulheres na política fluminense gerando um retorno em termos de políticas públicas e ações práticas.

A tese de doutorado teve como objetivo complementar, entender se o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher conseguiu promover a integração dos movimentos de mulheres e feministas e suas pautas junto ao governo estadual, a fim de produzir debates e ampliar políticas públicas para mulheres.

Analisar a presença de mulheres na política brasileira permite também perceber as mudanças sociais e culturais relacionadas à participação feminina nesse campo, possibilitando entender como as mulheres estão quebrando estereótipos, enfrentando desafios e conquistando posições de poder. Ao examinar as mudanças ao longo do tempo, é possível identificar avanços, retrocessos e fatores que contribuem para o empoderamento político das mulheres.

Sendo assim, inicialmente, no primeiro capítulo foi feita uma análise bibliográfica sobre a participação política, desigualdade entre homens e mulheres dentro do escopo da democracia brasileira. A investigação foi desenvolvida a partir da relação entre política, Estado, mulher, desigualdade e participação na democracia atual, pós redemocratização. A nova arquitetura institucional brasileira apresenta diferentes formas de participação política ativa. Ainda assim, é possível perceber que as mulheres ainda encontram dificuldades de ingressarem no meio político partidário tradicional, no entanto, o formato de Conselho terá uma importante liderança das mulheres. E irá reunir sociedade civil, poder público e movimentos sociais a fim de lutar por mais direitos e políticas públicas para integrar as mulheres dentro da cidadania democrática brasileira.

Posteriormente, foi feito no capítulo 02 uma análise do Estado do Rio de Janeiro, sua história política e a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro observados mais a fundo. A história política do Estado foi analisada dentro do marco temporal desde 2002, no governo de Benedita da Silva até o governo de Claudio Castro, em 2022. E além disso, foi de suma importância ter nesse capítulo, o contexto de luta da criação do CEDIM/RJ.

Já no capítulo 03 foi feito um levantamento de dados e documental, analisando as principais pautas trabalhadas ao longo dos anos dentro do marco temporal proposto, para comprovar ou não se o CEDIM/RJ está cumprindo um papel importante dentro da democracia brasileira. Além disso, também foi relevante examinar o formato deste Conselho proposto pelo regimento interno, ações sociais e culturais.

Foram observados os projetos de leis e propostas de políticas públicas por parte das líderes, considerando se essas ações políticas tratam de temas emergentes às mulheres, tais como redução de feminicídios, maior acesso para mulheres no mercado de trabalho, creches públicas, ampliação o empreendedorismo feminino, melhorias para mulheres pretas, pardas e indígenas, legalização do aborto. E principalmente, se são recebidas e pautadas pelo poder legislativo e executivo, tendo um retorno concreto para sociedade.

No capítulo 04, foram evidenciados trechos importantes a partir de entrevistas desenvolvidas no trabalho de campo, com antigas e atuais lideranças integrantes do CEDIM/RJ, utilizando a metodologia da história oral. Aprofundando ainda mais as informações sobre como foram suas respectivas gestões, quais desafios tiveram quando estiveram à frente do Conselho. Além de compreender como o CEDIM/RJ age sendo essa intercessão entre sociedade civil, movimentos sociais, a Assembleia Legislativa do

Estado do Rio de Janeiro e Governo Estadual. E se de fato, essas lideranças tiveram ações concretas que fizeram a diferença para as mulheres representadas.

Essa intercessão mencionada é basilar dentro da estrutura dos conselhos de direitos e políticas públicas, pois em sua formatação tem representantes do Estado e Governo e da sociedade civil. Sendo assim na investigação foi destacado como o Conselho CEDIM/RJ tem sido um braço forte nessa interlocução entre movimentos e a Alerj, já que as mulheres que atuam na política legislativa, nem sempre adotam como compromisso as pautas e necessidades de criação de políticas públicas para mulheres ali representadas. Dentro dessa ótica, investigar a participação e representação política das mulheres dentro do CEDIM/RJ é fundamental para compreender os fatores que influenciam seu engajamento cívico e participação nos processos políticos do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, na conclusão foram mostrados os resultados da investigação sobre a atuação do CEDIM/RJ em prol dos direitos da mulher, e os resultados concretos para melhoria do acesso à cidadania por parte das mulheres fluminenses.

2 Democracia, Mulher e Desigualdade

2.1 Participação Política Feminina e Conselhos de Representação das Mulheres no Espaço Público

Ao refletirmos sobre a democracia brasileira, faz-se mister destacar principalmente o processo de redemocratização e como tem sido a participação feminina. Céli Regina Pinto, explicita a diferença na relação entre participação no campo partidário que difere dos movimentos sociais, ambos sob lógicas diversas, existindo uma pretensão à hegemonia através do campo político que correlaciona participação com representação política, enquanto em movimentos sociais, ela se dá de forma ativa envolvendo a ação direta. (Pinto, C. R. J., 1994)

No entanto, além do campo partidário e dos movimentos sociais, a participação feminina na política pós redemocratização passou por mudanças envolvendo uma nova óptica na arquitetura institucional. Mudando assim, a relação do Estado e sociedade. No que tange a participação política, é comum associar ao âmbito eleitoral e de representação política. Avritzer (2009) explicita que a redemocratização ampliou essa participação não somente com aumento da competição partidária, mas também com a criação de associações “ligadas a questões materiais ou não”.

Para Avritzer (2009), a redemocratização brasileira gerou uma ampliação de outras formas de participação política, não somente através de movimentos sociais ou política partidária, como também por conselhos de direitos e políticas públicas e associações. Nessa nova composição da democracia brasileira, atores sociais juntamente com agentes governamentais irão representar interesses sociais de grupos e até mesmo integrar políticas públicas, mas sem se tornarem o Estado em si. Avritzer (2009) destaca que as mobilizações contra a ditadura militar, anteriormente imposta, fez com que um novo conceito de sociedade civil e participação surgisse na democracia brasileira.

Segundo o autor, o Estado continuaria sendo condutor principal na produção de políticas públicas, principalmente em orçamentos participativos e conselhos que atuam em prol de melhorias de políticas públicas para grupos específicos, e são compostos por membros da sociedade civil como também representantes do governo. Avritzer define os conselhos como instâncias específicas dentro da democracia e do processo de decisões

relacionados às políticas públicas pelo seu caráter “plural e híbrido”. Portanto, a sociedade civil teria um papel cada vez mais relevante de agir de forma ativa nas práticas sociais e culturais, mudando o formato institucional. (Avritzer, 2009)

A partir disso, podemos perceber que a participação ativa pode ocorrer através da ação social. Segundo Olson (1999), atores sociais não necessariamente precisam agir dentro de uma sociedade democrática para alcançar interesses individuais, mas também podem ter ações a fim de obter benefícios coletivos, ampliando o conceito de representação política e democrática.

Os conselhos não estão mais em aprovação dentro do âmbito democrático no Brasil. Segundo Almeida, Tatagiba (2012) hoje os conselhos são vistos como conquistas dentro da experiência institucional da democracia brasileira, tendo como característica pluralidade por integrarem âmbitos estatais, com representantes da sociedade civil e movimentos sociais. As autoras destacam que a presença de conselhos na composição da democracia brasileira também torna “o processo decisório mais permeável”, ou seja, com mais participações e contribuições de diferentes grupos na política brasileira, tendendo para ter decisões ainda mais democráticas e representativas.

É preciso ressaltar a importância de refletir o poder de participação de conselhos dentro da democracia brasileira. Com baixo poder, segundo as autoras, diante de um modelo de participação forte, os conselhos podem ter grandes desafios aos sair de suas fronteiras para repercutir, de fato, questões importantes no ambiente político-institucional. Dificultando assim possíveis impactos que poderiam gerar nas políticas públicas brasileiras. Isso se deve a sua “frágil ancoragem institucional e societária.” (Almeida; Tatagiba, 2012)

Deste modo, faz-se mister compreender como seria a participação política feminina dentro do ambiente de conselhos, como forma de atuação político-participativa. Se por um lado, a participação política feminina no Brasil dentro do campo político partidário tendo diversos entraves, e ainda aquém quando comparada com a participação masculina no mesmo âmbito, por outro, ao analisar as atuações políticas em conselhos gestores no quais sociedade civil e governo atuam em prol de fiscalizar e promover políticas públicas, as mulheres vêm ganhando destaque como lideranças. (Lüchmann; Almeida; Gimenes, 2016)

A partir daí, (Lüchmann; Almeida; Gimenes, 2016) explicitam que os conselhos são formas de participação política ativa e também uma forma de ação na área social e civil, o que se assemelharia mais com as esferas de reprodução do trabalho, enquanto a área política partidária de disputa direta pelo poder, estaria diretamente ligada à produção do trabalho, o que pode ser explicado pela divisão sexual do trabalho. Ao analisar por esse ponto, pode-se perceber que a nossa estrutura social patriarcal influencia em diversas instâncias, inclusive as de participação política.

Em relação quais as causas que poderiam gerar as desigualdades na inclusão política feminina, Lüchmann; Almeida; Gimenes, (2016) mostram que o “grau de exigência” e o envolvimento para a participação na política partidária é maior do que em conselhos. Atuar neles necessita de conhecimento e habilidade social, política e de liderança, no entanto, não exige tanta disponibilidade de tempo, de negociações, de recursos financeiros, como dentro da disputa de poder eleitoral. E ainda, para ter uma campanha política eleitoral com possibilidades de ingresso real é preciso verba, visibilidade dentro do partido, discursos e poderio midiático, formar alianças, e enfrentar possíveis hostilidades. O que difere totalmente da forma de atuação política e participativa da liderança dentro de conselhos.

Assim, os constrangimentos institucionais – por exemplo, a falta de apoio por parte dos partidos políticos - e culturais - que atribuem responsabilidades distintas e específicas para cada gênero - conformam uma realidade desigual na distribuição dos recursos que são fundamentais no exercício da disputa política. (Lüchmann; Almeida; Gimenes, 2016, p. 791)

Young (2006) explicita que existe de fato uma demanda de movimentos de mulheres do mundo todo em relação a busca pelo aumento da participação de mulheres na política. Pois, existe uma questão relacionada às legislaturas masculinas não representarem as mulheres. Nos países que não existem ações direcionadas para redução dessa desigualdade, existe a demanda para que essas ações aconteçam e isso, ocorre através de manifestações ou de outras formas de mobilizações.

Portanto, a necessidade de representação feminina é uma realidade nas democracias de todo mundo. Por outro lado, quando existe de fato algum tipo de política pública direcionada ou a obrigatoriedade dentro dos partidos, Young (2006) destaca que esse tipo de formato de inclusão de minorias sociais dentro da política gera também

conflitos no sentido de que não necessariamente haverá representatividade política por parte destes grupos.

No entanto, as políticas, as propostas e os argumentos acerca da representação especial de grupos são alvo de muitas objeções. Uma delas, particularmente relevante, presume um posicionamento que enseja diferenças sociais em vez de reduzi-las. Segundo essa objeção, a ideia de representação especial assume que um grupo de mulheres, ou de afro-americanos, de maoris, de muçulmanos, de pessoas surdas, tem um conjunto de atributos e interesses comuns que pode ser representado, o que na maioria das vezes não seria verdadeiro. Diferenças de raça e de classe perpassam o gênero, diferenças de gênero e etnia perpassam a religião e assim por diante. (Young, 2006, p.141)

Para Williams (2000), a representação política justa seria somente através de um sistema de representação com maior imparcialidade, o que teria de ser feito na política como um todo. No entanto, para além de ter representantes semelhantes aos eleitores ou aos representados, pode-se refletir e perceber que as instituições políticas, segundo Williams, não deveria tratar a todos como iguais, pois, “seria sacrificar sistematicamente os interesses de alguns cidadãos em favor dos interesses de outros cidadãos”.

No entanto, é importante ressaltar que é extremamente complexo dentro da atual democracia entender quais das instituições de fato representam politicamente e podem atuar dentro deste âmbito de imparcialidade. Dentre a democracia, instituições políticas, cidadãos e ações governamentais existem “formas múltiplas e complexas”, portanto, é difícil definir dentro deste processo o que seria justo ou como um sistema político trataria todos como iguais compreendendo diferenças e desigualdades. (Williams, 2000)

Mill (1981) destaca que para que no jogo democrático se faz necessário ter ampla participação, no entanto, pode-se observar que não seria possível ter participação de todos, sendo o melhor formato de governo, o democrático representativo.

Torna-se evidente que o único governo capaz de satisfazer a todas as exigências do estado social é aquele do qual participou o povo inteiro; que toda a participação, por menor que seja, é útil; que a participação deverá ser, em toda parte, na proporção em que permitir o grau geral de desenvolvimento da comunidade; e que não se pode desejar nada menor do que a admissão de todos a uma parte do poder soberano do Estado. Mas como, nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é impossível a participação pessoal de todos, a não ser numa

porção muito pequena dos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo" (STUART MILL, 1981, p.38)

Mill (1981) explicita a importância do governo representativo, Bobbio salienta ainda, como a participação política, na democracia participativa ativa pode se dar a partir da participação popular, mesmo dentro do processo representativo. (Bobbio, 1998)

Na terminologia corrente da ciência política, a expressão “participação política” é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. (Bobbio, 1998, p. 888)

Ainda dentro da reflexão de participação política na democracia, Dahl (2005) compreende a importância da ampla participação, no entanto, assim como na teoria milliana, destaca que caso todos participassem de forma ativa no jogo democrático, pode colocar a unificação desta democracia em risco. Para o autor, existe um jogo de equilíbrio de forças, sempre terão atores políticos diferentes em algum tipo de conflito, no entanto, a relação custo e benefício está sempre numa balança durante as disputas da competição política. Nesta perspectiva, pode-se destacar que em países subdesenvolvidos, muitas vezes, a participação precedeu a institucionalização das regras do jogo democrático. O que podemos perceber é que de fato a participação política feminina se fez ativa após a redemocratização, mas, diante da pouca inclusão política partidária, ainda existem entraves na democracia brasileira como explicitado acima.

Quando se reflete sobre a participação democrática, Paiva (2015) destaca também que dentro da democracia brasileira por muito tempo, aplicou-se a ideia de cidadania muito semelhante com os “princípios de igualdade e liberdade inscritos nas constituições liberais” que nortearam as sociedades do século 20. No entanto, existe um debate muito grande em torno da questão levantada por Williams (2000) sobre representatividade política.

O que seria mais inclusivo e justo numa democracia, tratar a todos como iguais segundo a igualdade prevista pelas constituições liberais do século 20 ou pensar que as minorias sociais nunca tiveram um processo de inclusão verdadeira dentro da democracia,

sendo assim, teriam de ter algum tipo de incentivo à participação política, a fim de incentivar a representatividade política por parte desses grupos? E podendo ter ou não, uma possível maior inclusão de minorias sociais dentro das políticas públicas existentes. Dessa forma, haveria um processo de ampliação da participação política e social, melhorando a qualidade democrática. (Paiva, 2015)

Avaliando a partir do ponto da desigualdade que as mulheres tem de ingresso à política de uma forma geral, existem vertentes das teorias feministas que enfatizam a necessidade de reformas na representação política a fim de tornar a política mais justa e inclusiva (Williams, 1998, Young, 2000)

Avelar (2013), destaca que “o ativismo feminino” seja em movimentos sociais, associações, conselhos ou outras entidades possam de fato agregar a relação entre sociedade civil e Estado, pois quando se trata de política partidária e legislativa ainda fica aquém em termos de participação política feminina.

2.2 Representação Política

Miguel, Biroli (2014) trazem um novo debate dentro da questão da representatividade política feminina. Faz-se mister refletir dentro deste tipo de ativismo feminino em instância e entidades como conselhos, ou mesmo qualquer forma de participação política ativa, de fato ocorre uma representatividade política. Pois, independente da participação política feminina ocorrer dentro do âmbito partidário ou de outra forma, ter mulheres como líderes nem sempre irá garantir a defesa do interesse e produção de políticas públicas direcionadas às mulheres.

E ainda destacam que para garantir a igualdade de gêneros na política não é somente importante enquanto uma tentativa de ampliar políticas públicas para mulheres, mas também por se tratar de um dos instrumentos da efetivação democrática. (Miguel, Biroli, 2014)

Marlise Matos (2024) também corrobora com a premissa de que sem a presença de mulheres na política, não teríamos uma democracia de fato saudável e plena. Pois, dessa forma estaria muito distante o acesso à cidadania para as mulheres que não estão presentes em espaços políticos.

A democracia brasileira continua se realizando num contexto de disparidades no que tange à representação política entre homens e mulheres (e também entre brancos e negros, mas esta injustiça não será alvo de discussões aqui). É urgente e necessário identificar os obstáculos que têm pavimentado o caminho das mulheres brasileiras, candidatas e eleitas ao parlamento brasileiro, de modo a colaborar para a construção de uma perspectiva crítica que dê subsídios analíticos, empíricos e teóricos, para a compreensão das causas da realização de um projeto de cidadania feminina que ainda não se concretizou no país. (Matos, 2024, p.02)

Avelar também (2004) avalia a participação política como "principal fundamento da vida democrática, e o instrumento por excelência para a ampliação dos direitos de cidadania".

A partir daí, o que podemos perceber, segundo Araújo (2005), é que “o acesso das mulheres à representação política é condicionado por um conjunto de fatores que ultrapassam a engenharia do sistema político, mas que tal engenharia tem um peso e pode favorecer mais ou menos o ingresso feminino na política”.

Dentro do âmbito de gênero que este estudo se propôs a analisar é importante abordar uma reflexão importante: a despatriarcalização do Estado. Faz-se necessário perceber como é a estrutura social da democracia brasileira que é oriunda de uma sociedade colonial, escravocrata e patriarcal. Mesmo após a promulgação da chamada Constituição cidadã de 1988, vista como mais inclusiva em relação às demandas de grupos historicamente excluídos da sociedade, a questão da construção política brasileira ainda se mostra muito desigual em relação aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres. É necessário destacar as estruturas e valores que ainda persistem na democracia brasileira, principalmente por se tratar de sistema social e político enraizadamente patriarcal e colonial. (Matos, 2014)

Esse percurso se inicia pelas críticas de importantes teóricas feministas ao modelo liberal de cidadania e de representação, baseado na concepção do contrato social, no qual as dicotomias entre público e privado, cultura e natureza, razão e emoção, igualdade e diferença estão profundamente vinculadas à hierarquização do masculino sobre o feminino e na dominação dos homens sobre as mulheres. (Matos, 2014, p. 59)

2.3 Formação do Estado Brasileiro Patriarcal e a Desigualdade na Democracia

Observando a partir da ótica da desigualdade e hierarquização existente entre feminino e masculino, no que tange à participação política e acesso à cidadania em nossa democracia, faz-se mister analisar a formação do Estado brasileiro. Esta pode ser desenhada numa arquitetura institucional e histórica por Raymundo Faoro (2008), no livro “Os Donos do Poder”. Na obra, o autor explicita categoricamente como todos os processos dentro da política brasileira nascem de um elitismo e da forma como as decisões na esfera pública desta elite política são negociadas visando um personalismo. Ou seja, tratando negócios públicos como “negócios privados”, ao invés de buscar um resultado em prol do bem comum. O personalismo, o coronelismo, voto de cabresto, escravismo e até mesmo as origens da formação do Brasil formam essa elite, tornando nossa democracia comprometida em vários setores até os dias atuais.

É importante destacar aqui que garantir que ter mais mulheres na política, ou refletir puramente sobre o papel das mulheres na sociedade não se trata apenas de uma questão cultural. Federici (2023) explicita que é preciso ir além do debate somente entre gênero e classe,

Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe. Desse ponto de vista, os debates que tiveram lugar entre as feministas pós-modernas acerca da necessidade de se desfazer do termo "mulher" como categoria de análise e definir o feminismo em termos puramente oposicionais foram mal orientados. Para reformular o argumento que apresentei: se, na sociedade capitalista, a "feminilidade" foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a "história das mulheres" é a "história das classes", e a pergunta que devemos nos fazer é se se transcendeu a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. Se a resposta for negativa (tal como ocorre quando consideramos a organização atual do trabalho reprodutivo), então "mulher" é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à "reprodução" permanecem um terreno de luta fundamental para as mulheres. (Federici, 2023, p.18)

No entanto, por mais que possamos observar claramente a diferença no acesso à política brasileira por homens e mulheres, a desigualdade oriunda da formação patriarcal da sociedade brasileira, ainda tem sido refutada por grupos conservadores e reacionários presentes em partidos políticos e em grupos da opinião pública. Como analisado

anteriormente existe um debate sobre se é adequado ou não, criar mecanismos para que as minorias sociais previamente excluídas possam ter acesso mais amplo em sua participação política para conseguir amenizar aspectos desta desigualdade e mudar a realidade. (Araújo, 2005; Avelar, 2004; Matos, 2014)

Marshall (2002), no entanto, reflete sobre este ponto quando se trata de analisar a criação de tais mecanismos e políticas públicas. Para o autor, numa reflexão sobre acesso aos direitos sociais e à cidadania, faz-se necessário ter um mínimo de direitos possíveis e de cunho universais.

Pode-se compreender a partir de Marshall (2002) que a cidadania é igualitária para os membros da comunidade que tem um status, ou seja, que sejam considerados membros de uma comunidade. Portanto, avalia-se até qual ponto de fato, as minorias sociais como as mulheres na política são vistas para todos os outros grupos como parte integral e importante da comunidade.

Entender as mulheres como cidadãs de fato, nos traz um debate sobre quem seriam no campo político e institucional. Por mais que à luz da filosofia clássica socrática, o uso do termo “homem” para representar a universalidade, a totalidade das pessoas, não causou incômodo algum, Beauvoir (1976) refuta essa premissa. Pois, este modelo masculino universal foi idealizado e imposto na sociedade por homens e para homens. Em “A política”, Aristóteles (2017) mostra que mulheres e servos não possuíam acesso à cidadania.

Sendo assim, Beauvoir (1976) demonstra que a sociedade concebeu o feminino como “o outro”, o que anteriormente não era visto de forma pejorativa. Sendo assim, até os dias atuais “o outro” não integrou de forma igualitária certos espaços sociais e políticos dentro do jogo democrático.

Essas concepções que tendem a reduzir grupos sociais e criar políticas públicas direcionadas por uma elite política, muitas vezes, excludentes. Em relação a essa desigualdade gerada pelo elitismo, Rawls (2008) avalia a partir do conceito de justiça, que a sociedade segundo o autor, só seria igualitária se fosse forjada a partir do véu da ignorância, despida de preconceitos. E quando existe “desigualdade” deve-se criar recursos para correção a fim de obter equidade.

Quando analisamos a partir da ótica aristotélica, apesar de não ter uma preocupação com os não “cidadãos”, a questão da desigualdade em si, desde a formação da ideia de república e democracia se faz presente. Segundo Aristóteles, a igualdade está entre as pessoas e recursos envolvidos não de forma comum e sim proporcional, sendo um defensor da meritocracia. Partindo do princípio que não somos iguais, portanto, não devemos receber objetos e recursos de forma igualitária. Na concepção aristotélica, a igualdade implica justiça no sentido de encontrar o “intermediário”, como um caminho equilibrado de dois polos opostos. (Aristóteles; Pessanha; Souza, 1991)

Entretanto, até mesmo autores liberais como Stuart Mill (2002) podem trazer essa reflexão de até qual ponto podemos adotar um sistema meritocrático em sociedades que não existem igualdades de condições. Sendo assim, faz-se mister avaliar a desigualdade de gênero não somente na representação política ou da mulher como um todo, mas também como indivíduo que vive em uma sociedade de dominação masculina, que não tem as mesmas igualdades de oportunidades entre homens e mulheres.

Pode-se perceber claramente no patriarcalismo do Estado brasileiro e na sua origem escravocrata que as pré-condições para os indivíduos não são iguais. Existe uma dominação masculina que ao longo das décadas vem sendo questionada por movimentos sociais, assumindo que realmente não existiria condições ideais dentro dessa perspectiva para uma possível meritocracia dentro do âmbito democrático. Mill (2002) defende a meritocracia em relação às leis de mercado, avaliando como positiva a competição para evolução da humanidade e o livre mercado, no entanto, quando se trata da distribuição das riquezas, entende-se a importância dos costumes de cada sociedade, condições diárias, e que o fator determinante para mudança da desigualdade e injustiça na distribuição da riqueza seria a educação, e distribuição de renda.

Ou seja, segundo o pensamento milliano, a distribuição da riqueza social não está relacionada com a contribuição de cada indivíduo, mas com as leis e costumes de cada sociedade. (Mill, 2002) acredita somente ser possível a mudança no caráter das pessoas por meio da educação, que seria a maneira de transformar a busca dos indivíduos somente por seus interesses pessoais e egoístas.

Podemos também analisar essa questão a partir da ótica de Amartya Sen (2001), que faz uma análise sobre a questão da pluralidade dentro do conceito de igualdade. Segundo o autor, as disputas por direitos residem em última instância em fixar o

ordenamento social central. Sen coloca diferentes tipos de igualdade e pluralidade dentro de um mesmo grupo social. A questão central seria então como aplicar o termo igualdade em relação às condições das mulheres se dentro dos movimentos feministas existem diversas frentes e necessidades diferentes.

Talvez ao alcançar a chamada “igualdade basal” de Sen poderia ter outros tipos de desigualdades relacionadas às qualidades pessoais. Portanto, se tiver soluções para a desigualdade entre gêneros no campo da representação política não resolveria as questões de desigualdade no mercado de trabalho, por exemplo. Em suma, a igualdade em algum aspecto ou local pode gerar desigualdade em outro ponto. (Sen, 2001)

As exigências da igualdade em diferentes espaços não coincidem precisamente porque os seres humanos são diversos. Igualdade em um espaço coexiste com desigualdades substanciais em outros. [...] A percepção de “pluralidade interna” dentro das exigências da igualdade basal precisa ser complementada pelo reconhecimento de outras pretensões, além daquelas de igualdade basal em geral. Qualquer que seja o espaço escolhido para avaliar a igualdade pode surgir um conflito entre considerações agregativas. (Sen, 2001, pp. 201-209)

Por um outro lado, quando se reflete sobre os pilares da ideologia patriarcal, Amorós (1997) salienta que o “não pensar” nas mulheres, no sentido de não ver a necessidade de refletir sobre condições ou espaços em que elas não estão inseridas. Incluindo neste debate se realmente é possível pensar em igualdade quando se pressupõe diferenças na construção social das funções de gênero. Torna-se relevante principalmente devido a uma normalização de papéis sociais definidos por gênero no modelo patriarcal. A partir daí, a importância de apagar todos os vestígios da tradição feminista, da sua filiação e inserção, divisão em abordagens teóricas específicas.

Pode-se perceber que essa dificuldade em perceber as mulheres como um grupo específico, com necessidades próprias também geradas por este modelo patriarcal. A ideia de igualdade geral, em detrimento de refletir a condição feminina causa cada vez mais dificuldade para o acesso à cidadania por parte das mulheres. (Pintanguy, 1991)

A reivindicação de um espaço próprio na dinâmica do poder, por parte dos movimentos de mulheres, coloca a questão fundamental do alargamento da abrangência política tanto pela inclusão da mulher enquanto protagonista política, como pela

inclusão de novas temáticas no debate nacional. (Pintanguy, 1991, p.119)

Portanto, é sempre muito difícil trazer a necessidade de se pensar especificamente em políticas públicas para mulheres, no lugar da mulher na sociedade e isso se deve a uma forte e bem consolidada concepção patriarcal. Essa surge a partir da ideia de que a diferença sexual e construção das diferenças vem de uma tradição social de demonstrar o que é feminino e masculino, como antagonistas e como se tratasse de uma questão de natureza biológica e não de uma construção social. Esta questão biológica foi expressada por cientistas, um deles foi Charles Darwin que a explicitou como forma de determinismo biológico. Em 1871, na obra “A Origem do Homem”, Darwin afirmou que o homem seria superior à mulher em “corpo e mente”, por isso ele teria o poder natural de “seleção”. Para o cientista o natural seria manter a “fêmea” num estado de servidão. (Lopes, 2020)

A construção de um Estado patriarcal não afeta a sociedade somente na concepção da política partidária, a designação do papel social de cada um dos sexos define a estrutura social incorporada na concepção patriarcal de diferença sexual. Ao refletir sobre a diferença socialmente construída dentre homens e mulheres como antagônicos, Beauvoir explicita no livro “O Segundo Sexo” que as determinações sociais a partir da concepção de feminilidade foram utilizadas pelo patriarcalismo como ferramenta para retirar a mulher do campo público, e mantê-la com um direcionamento para “atividades femininas” que são relacionadas às atividades de cuidado, cujas quais são menosprezadas socialmente, enquanto política, mundo corporativo e a tomada de decisões no mundo público possui até hoje protagonismo masculino. (Beauvoir, 1967)

A mulher sente-se diminuída porque, em verdade, as determinações da feminilidade a diminuem. Espontaneamente, ela escolhe ser um indivíduo completo, um sujeito e uma liberdade diante de quem se abrem o mundo e o futuro: se essa escolha se confunde com a da virilidade, é na medida em que a feminilidade significa hoje mutilação. (Beauvoir, 1967, p.148)

Pateman explicita como a exclusão das mulheres na categoria fundamental de “indivíduo” teve expressão social e legal. Pois, segundo a autora, foi a partir dessa exclusão que se estruturou os contratos desde a formação da sociedade. Ela destaca as

reformas que ocorreram ao longo das décadas a fim de incluir as mulheres, no entanto, segundo Pateman foram incluídas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da esfera civil (Pateman, 1998).

A partir dessa premissa, a autora mostra que o patriarcado não é somente restrito a uma esfera familiar, e privada. Pateman (1998) explica que o contrato original gera uma sociedade patriarcal em todas as suas esferas. São as estruturas patriarcais que fazem um tipo de manutenção da estrutura social.

O contrato original é o alicerce da sociedade civil patriarcal, na qual os homens desfrutam da liberdade de transitar entre as esferas pública e privada. Sob essa estrutura, as leis que regem o direito sexual masculino permeiam ambos os domínios. Apesar da dualidade da sociedade civil, sua coesão é mantida principalmente por meio das relações patriarcais estabelecidas (Pateman, 1998).

A liberdade civil não é universal — é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: e sexual no sentido de patriarcal —isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres —, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (Pateman, 1998, p. 17).

É importante observar dentro desta análise que o sistema patriarcal não somente subjuga mulheres. Além disso, gera prejuízos para toda a sociedade e para saúde democrática, são consequências que vão além das disputas dentro da esfera privada, como também na esfera pública. Por isso, existe a necessidade de trazer o conceito de despatriarcalização do Estado. Nessa estrutura social patriarcal, as mulheres também foram socialmente excluídas diante do processo de formação e deliberação política referentes ao conceito de povo e soberania. A soberania passou a ser um elemento fundamental da modernidade quando relacionada ao poder político (Varikas, 2016).

Ainda dentro do conceito de soberania é importante garantir a ampla participação política ativa de diversos grupos numa sociedade. Em “A Política”, Aristóteles (2017) explicita que a felicidade e a vida perfeita de um indivíduo seria quando este se torna

membro de uma comunidade, parte de grupo político social. A partir daí, traz a importância da participação política.

Ao pensarmos os diversos entraves para ampliação de mulheres em todos os espaços de poder que conferem a política (seja em conselhos, sindicatos, governos, e no próprio parlamento) existem dificuldades para um ingresso amplo e democrático deste grupo. É importante destacar que existem muitas ideias justificando essa ausência das mulheres na política. Um dos principais argumentos seria que elas mesmas não têm interesse na área. Entretanto, observa-se que se trata de uma falácia. Ou seja, não se sustentam argumentos de que as mulheres são sub-representação nos parlamentos por que não se interessam por política (Almeida, 2018).

Pode-se perceber que a desigualdade de gênero na política está diretamente correlacionada aos papéis socialmente construídos, somente o masculino destina-se a cumprir com o campo da política ou do poder, enquanto o feminino está correlacionado ao cuidado, ao servir. E esta diferenciação do que é função feminina ou masculina no campo do trabalho é a chamada divisão sexual do trabalho tem suas origens na formação patriarcal da sociedade. (Beauvoir, 1976)

As mulheres têm como espaço o privado, enquanto os homens devem exercer funções ligadas ao espaço público. Segundo Simone de Beauvoir, autora de “O Segundo Sexo”, a sociedade direcionou a mulher para o espaço privado desde a infância, deixando o espaço público ao homem. Essa hierarquização sexual só começa a ser quebrada na primeira guerra mundial. Houve uma necessidade do ingresso da mulher branca (europeia e americana principalmente) no mercado de trabalho com os homens participando da Grande Guerra. As mulheres saem de casa e vão trabalhar nas fábricas. (Beauvoir, 1976)

Mesmo com a ampliação do protagonismo das mulheres em lugares de poder e o ingresso feminino nas posições importantes no mercado de trabalho, na sociedade capitalista ainda patriarcal ainda persiste o direcionamento das mulheres para o espaço doméstico. Aquelas que ocupam espaços públicos e tem carreiras independentes, voltam para suas casas e para o seu “lugar” de dona de casa. Ou contratam outras mulheres para a função doméstica, de cuidar do lar, havendo apenas uma troca de posição social e mantendo a crença de que a casa é papel da mulher. (Beauvoir, 1976)

Hirata (2009) também explica que há uma cultura social que designa “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva”, criando assim posições socialmente construídas, destinando homens e mulheres a lugares

diferentes no mercado de trabalho. As funções consideradas de “forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares)” foram inseridas como de “natureza” masculina.

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização, pois um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher. (Hirata et al, 2009, p. 67)

Gerda Lerner (2019) explicita que desde o Estado arcaico, o patriarcado já estava presente, pois a unidade básica da família foi fundada através dos valores patriarcais, influenciando a formação estatal no que tange as “definições integrais de gênero”.

O papel e comportamento considerados apropriados para os sexos foram expressados em valores, costumes, leis e papéis sociais. Além disso, e muito importante, foram expressados sem metáforas, que se tornaram parte da construção cultural e do sistema explicativo. A sexualidade da mulher, consistindo de suas capacidades sexuais, reprodutivas e seus serviços foi transformado em mercadoria antes mesmo da criação da civilização ocidental. O desenvolvimento da agricultura no período neolítico abrigou a “troca de mulheres” entre tribos, não apenas para evitar o incessante estado de guerra através da aliança por casamentos, mas também pois uma sociedade com mais mulheres poderia produzir mais crianças. Em contraste com a necessidade econômica das sociedades caçadoras/coletoras, a agricultura poderia usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes (Lerner, 2019, p. 261)

Mesmo com o ingresso feminino nas posições importantes no mercado de trabalho, na sociedade capitalista, ainda patriarcal, o espaço doméstico é direcionado à mulher. Aquelas que ocupam espaços públicos e têm carreiras independentes voltam para suas casas e para o seu “lugar” de dona de casa ou contratam outras mulheres para a função doméstica, de cuidar do lar; há apenas uma troca de posição social, mantendo desse modo a crença de que a casa é papel da mulher. (Beauvoir, 1967)

Essas divisões sociais naturalizadas segundo o gênero, tanto no mercado de trabalho como nos espaços de tomada de poder, podem ser explicadas por um processo de legitimação da “ideologia naturalista” que “relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie”. (Hirata *et al*, 2009, p.68)

Mary Wollstonecraft (2016) denunciava, séculos antes, como a mulher se encontrava reduzida a um “estado de degradação” e observava que não se tratava de razões biológicas ou naturais, nem mesmo intelectuais, e sim de resultados das relações de dominação de gênero.

Portanto, as autoras ratificam a divisão sexual do trabalho, a definição de lugar de trabalho de homens e mulheres como construções sociais. Não se trata de um “dato rígido e imutável”, mas sim de estados que diferem em sociedades e momentos históricos distintos. (Hirata, Laborie, Le Doaré & Senotier, 2009)

É possível compreender mais uma face da “dupla, tripla” jornada feminina quando a mulher assume algum cargo de liderança política. Segundo dados do Instituto Alziras 22% das prefeitas destacaram como maior dificuldade a “sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política”. (Instituto Alziras, 2020)

Houve uma “naturalização” quanto aos papéis sociais da mulher e do homem e até hoje é possível ver os reflexos da divisão sexual do trabalho. A questão da dupla e/ou tripla jornada feminina se relaciona com o locus “destinado” como função feminina: a casa, o cuidado com a família, com idosos e doentes, enquanto as atividades “de valor social agregado”, onde há de fato tomada de decisão e disputa de poder, se naturalizaram como papel social masculino. (Hirata *et al.*, 2009)

Há uma questão fundamental a ser ressaltada neste ponto: por mais que a naturalização da condição de subalternidade feminina tenha ocorrido através da lógica patriarcal capitalista, ela poderia ser transformada. Ou seja, ao longo da história foi e é possível mudar essa forma de categorizar a figura feminina por se tratar de uma construção social. (Kergoat, 2009)

No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais. Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dato rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço (...) Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão. (Kergoat, 2009, p. 69)

Saffioti (1976) ressalta o papel socialmente construído da mulher como categoria frágil e pertencente ao mundo privado e que não teve de fato nenhum auxílio social para

alcançar outro *status* dentro da sociedade, como independente, desconstruindo a ideologia de gênero presente na divisão sexual do trabalho.

Cabe, pois, indagar se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social. A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração na sociedade de classes. Eis por que será tomada aqui a atividade trabalho como fio condutor da análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas. (Saffioti, 1976, p. 16)

De acordo com Pitanguy (2011), no que tange à participação da mulher brasileira na esfera pública do Estado, âmbito do qual ela foi secularmente excluída, essa ocorreu de forma tímida ao longo do processo histórico, sendo o protagonismo feminino na política algo recente. Entretanto, o que se pode analisar desde o início do movimento sufragista brasileiro foram mulheres que, apesar de não serem socialmente aceitas, tentaram adentrar espaços públicos e lutaram para adquirir diversos direitos políticos e sociais.

Nicolau (2002) retrata que o voto para as mulheres, em 1932, e anteriormente, a suspensão do voto com censo econômico em 1889 foram dois grandes passos para eleições mais democráticas no Brasil. No entanto, somente depois do fim da ditadura militar que houve de fato a ampliação do voto. (Limongi, Oliveira, Schmitt, 2020) destacam que os direitos políticos para mulheres no Brasil só se tornam equiparados aos dos homens em 1965.

O direito de votar, obtido em 1932, não implicou igualdade política entre os gêneros. O Código Eleitoral promulgado por Getúlio Vargas, na esteira da Revolução de 1930, retirava com uma mão o que concedia com a outra. Na abertura do Código, logo em seu Artigo 2º, a distinção de gênero desaparece. À primeira vista, o Artigo estabelece que o direito de voto seria estendido às mulheres, sem qualquer restrição ou tratamento diverso daquele dado aos homens (...) No entanto, nos artigos finais do mesmo Código, em suas Disposições Gerais, o Artigo 121, estabelece que "os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral." Trocando em miúdos, para os homens entre 21 e 60 anos, o voto era obrigatório, para os idosos e mulheres, voluntário. O Estado compeliu os homens a votar, mas não se achou no direito de fazer o mesmo com as mulheres. A razão para o tratamento diverso não é difícil de ser explicada: a autoridade no interior da família estava concentrada nas mãos dos maridos e o Estado não iria antepor limites a essa ordem. (Limongi, Oliveira, Schmitt, 2020, p. 1)

2.4 Violência política contra as mulheres

Um outro fator importante, para além da socialização feminina e da estrutura da sociedade patriarcal, que podemos visualizar como uma das causas da baixa representação política das mulheres é a chamada violência política. Destaca-se que as mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato. (Agência Câmara de Notícias, 2020)

Belisário, Reis (2023) questionam que mesmo sendo a maioria enquanto população e eleitorado, as mulheres ainda tem uma representatividade ainda pequena.

Nas eleições de 2022, apenas 18% dos cargos em disputa foram ocupados por mulheres, enquanto 82% ficaram com os homens. A situação é ainda mais desfavorável para mulheres negras e de outras etnias, classes sociais e orientações de gênero. Dados da ONU Mulheres (2020) revelam que as mulheres negras compõem o maior grupo populacional (28%), mas são as menos representadas na política brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cultura patriarcal e machista impõe às mulheres a marca da violência cotidiana em sua atuação no cenário político. Uma vez eleitas, elas ficam sujeitas a todo tipo de violência física e psicológica, tanto em ambientes presenciais quanto na projeção desses espaços em ambientes virtuais. Marielle Franco é um símbolo dessa luta e da hostilidade de gênero. Mulher negra, LGBTQIA+, moradora da favela da Maré (RJ) e ativista dos direitos humanos, Marielle foi eleita como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro em 2016. Em março de 2018, ela foi assassinada, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, por motivação política. (Belisário, Reis, 2023, p. 4)

Como se pode perceber, a violência política está em várias instâncias. A interrupção na fala tanto em espaços públicos como casas legislativas, quanto em locais privados, assim como o julgamento e comentários sobre as vidas pessoal e profissional são alguns exemplos de violência política que muitas mulheres sofrem. Segundo um relatório da própria Câmara dos Deputados realizado em 2020, próximo a eleição, atualmente a violência pode ocorrer também por meios virtuais, no discurso, até em ataques físicos, não somente por colegas ou adversários políticos, mas por eleitores. “A violência política de gênero pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade.” (Agência Câmara de Notícias, 2020)

Segundo as informações da Agência Câmara de Notícias (2020), esse tipo de violência pode ocorrer com mulheres que exercem liderança política tanto em lugares como o partido político, como também em sua própria casa.

As ações se dão de forma gradativa e podem chegar até ao assassinato. Entre 1998 e 2016, foram 79 mortes de candidatas em campanha, uma média de 16 assassinatos por período eleitoral, sendo que a maioria das mortes ocorreu em eleições municipais e em cidades com menos de 50 mil habitantes. (Agência Câmara de Notícias, 2020)

No ano de 2023, segundo notícia do jornal “O Globo”, desde a instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) sobre o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), as parlamentares mulheres tiveram em média, cerca de quatro vezes mais interrupções em suas falas que os homens. Em duas reuniões feitas, a relatora senadora Eliziane Gama (PSD -MA) teve oito interrupções. Na sessão seguinte, a apresentação do plano de trabalho foi cortada quatro vezes. (O Globo, 2023)

Por um lado, segundo Biroli (2014), "a violência contra as mulheres na política brasileira está naturalizada e, por isso, não é reconhecida, explicitada e discutida (...) esse é um tema com o qual precisamos lidar". Porém, seis anos depois, mesmo com parte da opinião pública não validando essa violência houve uma mudança significativa e vitoriosa por parte das mulheres que lutam e tentam condições de equidade na política.

Por isso, mesmo com parte da sociedade ainda naturalizando a violência que as mulheres vivenciam no meio político, as mulheres na política foram denunciando gerando destaque do que vivem, em 04 de agosto de 2021 foi sancionada a lei Nº 14.192, alterando o Código Eleitoral, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 e criando normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; tais como divulgação de conteúdos falsos na campanha eleitoral, como “também prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas para criminalizar a violência política contra a mulher” além de garantir a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. (Governo Federal, 2021)

Dentro desta temática, uma das questões mais importantes segundo a Agência Câmara de Notícias (2020) é salientar que existem vários tipos de violência. As candidatas mulheres podem sofrer violência por meio de ameaças, como por exemplo

"ameaças à candidata, por palavras, gestos ou outros meios, de lhe causar mal injusto e grave; interrupções frequentes de sua fala em ambientes políticos, impedimento para usar a palavra e realizar clara sinalização de descrédito". Existem também as violências que podem ocorrer no meio virtual " com ataques em suas páginas, *fake news* e *deepfakes*".

Já as mulheres eleitas vivenciam também situações como serem excluídas de comissões e serem interrompidas enquanto falam.

(...) não são indicadas como titulares em comissões, nem líderes dos seus partidos ou reladoras de projetos importantes; são constantemente interrompidas em seus lugares de fala; são excluídas de debates; são questionadas sobre sua aparência física e forma de vestir; são questionadas sobre suas vidas privadas (relacionamentos, sexualidade, maternidade). (Câmara de Deputados, 2020)

Dentro da concepção de “violência política de gênero”, uma das questões centrais é a linguagem. A linguagem é uma forma de construção de “representações simbólicas” segundo Bourdieu, e muitas vezes são incorporadas como maneiras inconscientes de manutenção da ordem e dominação masculina de acordo com autor. (Bourdieu, 2010)

Ainda segundo Bourdieu (2010), temos dentro da estrutura da linguagem a ideia de comportamento feminino com objetivo de diminuir e silenciar as mulheres, dentro desse processo histórico de dominação masculina. Existe uma imposição cultural do silêncio dentro da socialização feminina, segundo o autor, como forma de “boa conduta” para as mulheres.

Bourdieu (2010) salienta a questão da linguagem como forma de dominação e poder e a boa conduta do silêncio direcionada ao feminino como forma de violência simbólica. No entanto, faz-se mister refletir também através da percepção do autor, o porquê das mulheres “aceitarem” ou não esse tipo de dominação masculina. Explicitando que a dominação se tornar invisível até mesmo para suas próprias vítimas, pois se estabelece pelas vias simbólicas da produção de representações e de imagens.

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e

de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva (...). (Bourdieu, 2010, p. 22)

Pode-se perceber que esta é uma forma de dominação, excluir as mulheres na esfera pública no âmbito discursivo sendo simbolicamente aniquiladas no plano do espaço público. A partir disso, Bourdieu (2010) também explicita o mesmo que foi desenvolvido por Simone de Beauvoir, Hirata, sobre a falácia da natureza feminina, que faz parte da naturalização da desigualdade e dominação masculina. É destacado também que essa divisão e naturalização das diferenças entre feminino e masculino são “arbitrárias em estado isolado”.

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos (...) A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (...). (Bourdieu, 2010, pp. 17-18)

Avelar (2001) e Biroli (2014) trazem o debate sobre representatividade para além de estar na cadeira parlamentar. Ou seja, vale ressaltar que as demandas sociais, propostas, políticas públicas e projetos de governos das mulheres na política também são essenciais para termos uma democracia sadia e plural. Só de estar neste espaço de poder, as mulheres racializadas ou não já veem uma possibilidade de ocupar quaisquer outros espaços valorizados socialmente, e que sempre foram vistos como masculinos. Biroli (2014)

No entanto, para além de termos números, cadeiras ocupadas por mulheres, é preciso que as candidatas e candidatos eleitos estejam com comprometimento com a abertura do espaço político para os grupos de menor poder diante de elites políticas e sociais, segundo Avelar (2001). Por isso, dentro do regimento interno do CEDIM/RJ existe um requisito que para ser presidente deste conselho é importante ter experiência relacionada à luta contra desigualdade de gênero. Assim, nesta pesquisa foram feitas

análises sobre a relação entre o conselho, as pautas e lutas desenvolvidas, também a relação com as mulheres que atuam na política parlamentar, dentro da ALERJ.

Pode-se perceber a grande ascensão de grupos religiosos e bancadas vinculadas ao conservadorismo por todo país. Muitas vezes, estes grupos são contrários às ideias de igualdade e ruptura com patriarcalismo. Mulheres assumem protagonismos políticos nesses espaços.

Hooks (2018) observa que quando as mulheres assumem um papel que antes a sociedade só permitia ser assumido por homens, mas ao mesmo tempo, fazem a manutenção da forma de liderança masculina, elas estão apenas mantendo a opressão de gênero e “servindo ao patriarcado”. A partir desta análise de Hooks será importante analisar o perfil ideológico, de ação e estratégia das lideranças existentes no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ, CEDIM/RJ, e realmente, cumprem sua função principal.

Hooks (2018) demonstra que muitas vezes, as mulheres fazem uso de diferentes tipos de violência, pois acreditam que somente desta forma teriam autoridade.

A maioria das mulheres claramente não usa violência para dominar homens (...), mas muitas mulheres acreditam que uma pessoa que tem autoridade tem o direito de usar de força para manter a autoridade (...) Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas(...). (Hooks, 2018, p. 76)

Cumprе enfatizar que alguns esforços e reforços legislativos já foram e continuam sendo realizados no sentido de tentar fomentar a inclusão feminina nos espaços formais de poder. Todavia, a representação ainda segue desproporcional e a realidade fática vem revelando uma série de entraves à própria concretização dessa política de inclusão. A exclusão persiste e resiste.

2.5 Interseccionalidade e dificuldades de representatividade

Maria Lugones (2020) mostra a importância de analisar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade a fim de quebrar as barreiras do feminismo hegemônico e ter uma análise mais sistemática das violências sofridas pelas mulheres de cor, percebe-se que essas são vítimas da “colonialidade do poder” e, da “colonialidade do gênero”.

Lugones (2020) destaca também a reflexão sobre indiferença da violência sofrida por mulheres de cor na sociedade. Essa reflexão é fundamental para avaliar a ausência deste grupo ocupando cargos de poder político, mesmo sendo cerca de 45% da população brasileira. Ter mais mulheres de cor nesses espaços poderia mudar progressivamente a visão da sociedade. E partir disso, ter um olhar mais atento à violência sofrida por este grupo, principalmente nas periferias do Brasil. (IBGE, 2023)

Esse olhar mais responsável em relação aos espaços sociais ocupados pelas mulheres de cor, como também a violência diária sofrida por elas em vários locais do mundo, traz à tona o caráter invisibilizado de determinados grupos sociais pela sociedade patriarcal branca colonial. A partir do apontamento, Vergès (2020) mostra como o corpo invisibilizado da mulher racializada, um corpo que vivencia um esgotamento fruto de um extrativismo primitivo da sociedade capitalista. Quem mais vivencia esse espaço invisibilizado para a autora estão diretamente relacionados ao trabalho de cuidado e limpeza.

O trabalho extremamente necessário de limpar o mundo permanece como invisível, e segundo Vergès (2020), ele é relacionado ao conceito de gênero, é racializado, pouco remunerado e subqualificado. Além disso, é destacado que essas mulheres que limpam o mundo pertencem ao Sul Global, propondo um feminismo decolonial, que denuncie e torne visível a estrutura social vigente. Sendo também, antipatriarcal e anticapitalista, pensando sobre as consequências da colonização nas relações atuais como estímulo para repensar o feminismo por dentro, obrigando-o a entrecruzar além de questões de gênero e raça, já bem mapeadas pelo feminismo negro.

No Brasil, o processo tem semelhanças. A mulher branca foi vista como “virginal e doce”, a que serviria para o casamento e a maternidade. Suas funções eram reprodução e cuidados com a criadagem doméstica. Já a mestiças e negras tinham seus corpos como objetos sexualizados, “destinados ao prazer do senhor” e também designados ao trabalho (Daniel Janja Bloc Boris & de Holanda Cesídio, 2007).

Giacomini (1988) relata em sua obra “Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil”, que “a continência sexual da branca e a ‘liberdade sexual’ da negra não são senão formas da dominação patriarcal de uma sociedade escravista. O que gera um conflito entre brancas e negras, enquanto umas eram oprimidas sexualmente, outras eram sexualizadas, enquanto umas viviam no ócio, a outras cabiam todos os trabalhos domésticos e o papel de “ama”, que posteriormente, torna-se o de empregada doméstica. Destacando que a mulher negra ‘não tinha domínio sobre seu

próprio corpo, não tinha identidade (...) é um instrumento e não uma pessoa com identidade e individualidade”.

Ao contrário do que pretendem os apologistas da benignidade do escravismo brasileiro, não houve espaço, senão intersticial, para a pacífica coexistência entre senhoras e escravos. Da mesma maneira, não houve muito espaço para a “solidariedade feminina”, e, muito menos, para a emergência de uma escrava “livre enquanto mulher” (...) a opressão da mulher branca em nosso recente passado colonial-escravista não tem contrapartida numa maior liberdade da negra escrava. (Giacomini, 1988, p. 88)

A reflexão de Vergès (2020) e de Giacomini (1988) traz um grau de importância amplo e importante de ser refletido. Quando se analisa a política no Estado do Rio de Janeiro, percebemos a presença minoritária de mulheres no cargo executivo, porém, ao olhar para mulheres racializadas, apenas Benedita da Silva (PT-RJ) se torna governadora. Benedita tem uma longa carreira na política, no entanto, assume o cargo executivo que venceu como vice, pois, o governador eleito de sua chapa se afastou para concorrer à presidência da república.

Outro ponto de importante reflexão é a invisibilidade e desprezo em relação ao trabalho de cuidado e limpeza, direcionado na sociedade patriarcal para mulheres racializadas. Ao analisar dados do Instituto Alziras podemos perceber que a divisão de tarefas domésticas nem sempre ocorrem quando mulheres estão em cargos políticos. Ocorrendo o que é chamado de divisão sexual do trabalho, mas que Vergès (2020) traz o caráter racial, social, patriarcal. (Instituto Alziras, 2020)

É importante frisar, entretanto, um outro caráter do trabalho doméstico no Brasil. Castro (2020) explica que mesmo tendo diversas pesquisas acadêmicas que associam o trabalho doméstico remunerado com a desvalorização, desenvolvido por mulheres pretas remetendo ao período da escravidão em que escravos negros da casa-grande serviam aos seus senhores, por outro lado, a politização, a sindicalização e liderança dentre as empregadas domésticas em busca de direitos modificou a trajetória. Se tornando “classe que cada vez mais descola subjetividades de vivências e entrelaces de distintos processos sociais, como os de gênero e raça.”

Ou seja, participar de um processo político é uma grande arma na luta contra desigualdade e como demonstra Lugones (2020) ainda existe uma despreocupação e uma

invisibilização por parte da sociedade em relação ao processo de exclusão e violência vivenciada por mulheres de cor.

2.6 Redistribuição em relação à desigualdade de gênero

Ao analisar a partir da ótica de outros autores como Nancy Fraser (2006), é importante identificar outros fatores. Fraser também entende que as questões relacionadas à educação são transformadoras no campo da desigualdade de gênero.

Fraser traz uma reflexão cada vez mais necessária num cenário do início da era neoliberal originada com o fim do socialismo. Nesta virada da década de 80, Fraser propõe dois remédios para vencer desigualdades no âmbito das minorias já organizadas em movimentos sociais: reconhecimento e redistribuição. (Fraser, 2006)

Neste momento, constata-se que a questão identitária de grupos sociais excluídos num cenário capitalista se torna cada vez mais relevante numa sociedade que avaliava desigualdade apenas como relacionada a questão de classe. Tornando a questão de redistribuição econômica diretamente correlacionada também ao fator gênero. (Fraser, 2006)

Como a redistribuição afirmativa, a redistribuição transformativa em geral pressupõe uma concepção universalista de reconhecimento, a igualdade de valor moral das pessoas. Diferente da redistribuição afirmativa, contudo, sua prática tende a não dissolver essa concepção. (Fraser, 2006)

Assim, as duas abordagens engendram diferentes lógicas de diferenciação de grupo. Enquanto os remédios afirmativos podem ter o efeito perverso de promover a diferenciação de classe, os remédios transformativos tendem a embaçá-la. Além disso, as duas abordagens engendram diferentes dinâmicas subliminares de reconhecimento. (Fraser, 2006, p. 239)

Axel Honneth que também analisa a luta pelo reconhecimento, diferente de Fraser, mostra que o reconhecimento precede à necessidade de políticas redistributivas oriundas de demandas por direitos sociais e igualdade. Não há uma diminuição em relação ao valor da redistribuição, porém pensa no reconhecimento como categoria de justiça e não somente à caracterização de uma identidade como coloca Fraser em sua análise de movimentos sociais. (Honneth, 2003)

Os movimentos chamados identitários cresceram ainda mais, e a desigualdade deixou de ser vista somente correlacionada pela questão social, ampliando olhares para gênero e raça. Segundo Fraser, para que medidas relacionadas à educação sejam tomadas a fim de reduzir preconceitos relativos à questão de gênero é necessário termos dois movimentos. (Fraser, 2006; Honneth, 2003)

Primeiro movimento se correlaciona a observar e avaliar as tensões segundo Fraser (2006), entre redistribuição e reconhecimento no plano educacional. Principalmente para tentar interpretar esse novo momento centrado nas questões de identidade, diferença entre grupos, repelir a dominação cultural.

Fraser (2006) também explicita que é preciso refletir entre a relação entre redistribuição e reconhecimento na perspectiva de avançar sobre dicotomias. Pois, ao pensar gênero na perspectiva do reconhecimento a partir de debates como: educação sexual, estrutura patriarcal e suas consequências, cultura do estupro, divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero no mercado de trabalho na escola, também será preciso refletir sobre redistribuição.

A autora critica ainda que ao adotar uma postura direcionada para a luta pelo reconhecimento não levando em conta a redistribuição, pode acontecer das pautas chamadas identitárias se correlacionarem com movimentos neoliberais e perderem sua essência e seus objetivos mais importantes, segundo Fraser com a condição de que não tenham maiores rupturas com o formato do capitalismo contemporâneo.

E quando se coloca somente redistribuição como um fato e deixamos reconhecimento para depois, pode-se cometer o erro de negar as identidades, acentuando o discurso pretensamente vitorioso de grupos sociais conservadores, que disputam o campo educacional a partir da premissa de que a escola deve ser neutra em relação a certas pautas polêmicas.

Primeiramente, é preciso compreender o conceito de cidadania no âmbito da Ciência Política. Quando se reflete sobre cidadania segundo as concepções brasileiras, José Murilo de Carvalho (2004) afirma que boa parte da concepção geral se concentra na participação eleitoral, no modelo “de baixo para cima”, a casos de cidadania conquistada mediante a universalização de direitos individuais no espaço privado, mas com base em concepção do cidadão como súdito, tendo questões específicas no caso brasileiro.

Segundo José Murilo de Carvalho (2004), no Brasil o Estado não traz um caráter universalista, pois trata o cidadão de forma seletiva, e por sua vez, o cidadão também busca o Estado para interesses próprios. Em suma, cidadania se trata de um vínculo

jurídico e político entre indivíduos e Estados cujo qual determinará direitos civis, políticos, sociais.

Quando nos referimos neste caso, a execução de programas relacionados à cidadania feminina, faz-se mister destacar a importância da luta de mulheres a fim de conquistar não somente a cidadania como também, a criação de espaços e conselhos destinados à luta para redução da desigualdade feminina no Brasil. Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2010), ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra a condição que lhes foi imposto através do patriarcalismo, lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas.

Assim, a chamada “primeira onda do feminismo” ocorreu no final do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. O movimento do sufragismo, teve início em Londres, em 1913, o direito ao voto feminino foi conquistado no Reino Unido em 1918. Esse movimento vai influenciar o Brasil e outros lugares do mundo. (Pinto, 2010)

Pode-se perceber que a cidadania para as mulheres se correlaciona diretamente com a participação política feminina, como forma de garantir liberdade e autonomia. Não somente o direito ao voto, como também o ingresso da mulher na política. As “sufragetes” brasileiras foram lideradas pela cientista, Bertha Lutz. Ela estudou no exterior e voltou para o Brasil em 1910, iniciando a luta pelo voto. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (Pinto, 2010).

A partir disso, no próximo capítulo foi feita uma análise sobre o Estado do Rio de Janeiro, refletindo sobre o histórico político nos últimos 20 anos, tal como a maneira que as mulheres tem desempenhado papéis políticos no Estado, e também como foi a criação do CEDIM/RJ. Para entender sua atuação nos últimos anos em prol do fortalecimento das pautas das mulheres e de sua participação na democracia fluminense e brasileira.

3. A história política do Estado do Rio de Janeiro, o protagonismo feminino e seus entraves, e a criação do CEDIM/RJ

3.1 A importância do Estado do Rio de Janeiro no jogo político nacional

Compreender a formação do Estado do Rio de Janeiro, seus processos e seu posicionamento estratégico como pilar socioeconômico do país é importante para essa investigação (Osorio, 2005). Analisar a capacidade fiscal é fundamental, pois ter um bom equilíbrio orçamentário se torna determinante para alavancar ou não a produção de políticas públicas estaduais. Pois para produção de políticas públicas se torna fundamental equilibrar as capacidades burocráticas do Estado e a capacidade política. (Aguiar; Lima; 2019).

O debate dentre economia e produção de políticas públicas é longo. Draibe (2007) demonstra que por um lado, as políticas públicas serão as “bases materiais do progresso social”, e a ferramenta chave para promover o crescimento econômico juntamente ao desenvolvimento social, por um outro lado, no final do século XX se observou uma crise do modelo *Welfare State*, e cada vez mais a ampliação do formato neoliberal, em que houve redução dos gastos com políticas públicas sociais.

Já são muitos os sinais, captados aqui e ali, que indicam um certo esgotamento do ciclo recente de transformações impulsionadas pelo paradigma neoliberal marcado pelo baixo crescimento e pelo desemprego crônico; pelo aumento da desigualdade e pela incapacidade de redução significativa da pobreza; pela imposição e/ou crença em um único ou

poucos modelos de reformas de programas sociais (pró-mercado). Estaríamos vivendo um novo momento de escolhas, de decisões a respeito de outros modelos e alternativas? Esse foi, aliás, o lema do recente foro "As Américas em uma Encruzilhada", segundo o qual a região pareceria encontrar-se, uma vez mais, em um momento de eleições e decisões cruciais a respeito de um novo modelo de desenvolvimento, que venha a equacionar de modo mais progressista a relação entre crescimento econômico, progresso social e democracia. Estaria emergindo, na região, um novo círculo virtuoso entre crescimento econômico, Welfare State e democracia, uma nova onda de política desenvolvimentista progressista, enfim, um novo desenvolvimentismo, presidido por um Estado neodesenvolvimentista de bem-estar? Se assim fosse, que papel desempenhariam as políticas sociais na nova etapa? Com que padrões de proteção social conviveria a região, considerando as instituições herdadas e os desafios de uma nova articulação do crescimento econômico e a estruturação democrática das nossas sociedades, nas condições e nos limites hoje impostos pela globalização? (Draibe, 2007, p.25)

Mas, quanto se trata do Estado do Rio de Janeiro, além deste fator mais geral, existem outros. Desde a instituição e fundação da cidade do Rio de Janeiro houve um forte apelo político, inclusive como local de articulação nacional. Por conta da localização estratégica, próxima ao litoral, e o seu desempenho socioeconômico se tornou a capital do país durante a República. Mesmo com a mudança da capital para Brasília, em 1960, ainda assim o Rio de Janeiro tem a aptidão como um espaço estratégico e de articulação do ponto de vista econômico. (Osório, 2005)

Bernardes (1987) também destaca a importância da cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista da posição geográfica estratégica, tendo um grande fator de crescimento desde sua fundação, sempre sendo atrelada como um local de desenvolvimento socioeconômico. Se a localização estratégica, principalmente relacionada à questão portuária desde a colonização do Brasil trouxe destaque à cidade, até hoje o desenvolvimento no turismo, na parte empresarial, na prestação de serviços e em outras atividades econômicas tornam o Rio de Janeiro emblemático para o país.

A importante trajetória da cidade do Rio como um lugar de articulação institucional nacional também traz o olhar para o Estado do Rio de Janeiro como um todo. Por isso, faz-se mister refletir sobre a formação política e econômica do Estado neste estudo que busca compreender a participação ativa política feminina neste *locus* tão importante para o país. (Bernardes, 1987)

Quando se reflete sobre o âmbito econômico, o Estado do Rio de Janeiro sempre teve um forte protagonismo em relação ao país, assim como o Estado de São Paulo, formando dois braços importantes para a economia brasileira. Dos pontos de vista, político e social do país, a cidade do Rio de Janeiro também possui impacto socioeconômico. Pode-se perceber também um deslocamento do crescimento econômico para o interior do Estado em detrimento da região metropolitana, especialmente a partir da expansão da exploração do petróleo e gás no Norte Fluminense, trazendo municípios de médio porte como destaque. (Barral Neto & Neto, 2008)

O processo de globalização também gerou mudanças nessa estrutura político-social e principalmente, econômica. Para promover a inclusão dentro deste processo por parte das cidades e Estados, novos conceitos e novos métodos de planejamento foram propostos e desenvolvidos pelo governo a nível federal. Assim, os Estados passaram a ampliar e ter uma atenção em estarem inseridos dentro de redes nacionais, em macrorregiões e também mundiais, afim de otimizarem investimentos, processos e serviços. Em busca de não se isolarem e poderem prosperar nesse âmbito global. Por um outro lado, pode-se analisar que a produtividade, a atuação de lideranças tem grande força no âmbito local, podendo ter um desempenho econômico ainda maior e suficiente se focar em crescer de forma interna. (Barral Neto & Neto, 2008)

Para Lessa (2001), o Rio de Janeiro, durante o século XX, se tornou um lugar chave para construção da unidade social de forma estratégica. Como símbolo da sintetização e afirmação da brasilidade, sintetizando vários “Brasis sem qualquer provincianismo”, de certa forma “o carioca seria a síntese, como heterônimo geral de tipos regionais, que ao se explicitarem assumiriam, incorporado no carioca, as virtudes e potencialidades do país. (Lessa, 2001, p. 262)

Carlos Lessa (2001) destaca que o Estado do Rio de Janeiro mesmo tendo perdido a hegemonia e o destaque econômico para São Paulo, com a decadência da cafeicultura fluminense, não significou, num primeiro momento, uma crise de fato.

Ainda assim, o Estado do Rio de Janeiro se manteve como a capital e região metropolitana com uma economia diversificada, porém com graves problemas relacionados à desigualdade social e periferização de camadas populares. Além de ter uma concentração econômica em determinadas áreas. Já no interior do Estado, o crescimento se dá por meio de indústrias estratégicas para o país como um todo. Sendo

assim, o Estado tem um valor estratégico e privilegiado frente à nação, tendo uma base cultural e econômica de grande interesse. Para Lessa (2001) o Rio “abre mão” de seus próprios interesses locais em nome da economia e função da política maior, a nacional, o que “custa caro” na segunda metade do século passado.

No umbral da pós-modernidade o Brasil desvaloriza o Rio. Não deve haver surpresa com essa afirmativa, pois o país mesmo se auto desvaloriza (...). A industrialização teria sido, para muitos, um equívoco. As estatais, estratégicas para o país, são satanizadas como cidadelas de privilégios. O brasileiro comum sente-se intimidado pela temível disjuntiva de hiperinflação e/ou desemprego. Percebe-se conivente com a péssima distribuição de renda. Acata a proposta economicista da educação não para ampliar a cidadania, mas para "resolver" a questão, transferindo-a para a competição futura, no mercado de trabalho, entre os filhos dos pobres atuais. Deplora a precariedade da organização política, porém se omite de participar. A crise do amor-próprio republicano renega o Rio e não coloca nada no seu lugar: nem Brasília, nem São Paulo, nenhuma outra cidade brasileira substituiu o Rio. A desconstrução da identidade nacional e a crise de autoestima dissolveram a longa paixão do Brasil pelo Rio — logo, por si mesmo. Ao destruir-se o símbolo do país, quebraram-se o molde e o espelho. (Lessa, 2001, p.15)

3.2 Crise Política e Econômica do Estado do Rio de Janeiro

Refletindo sobre a contribuição nacional da economia do Rio de Janeiro, pode-se perceber que a crise financeira do Estado Rio de Janeiro também é fruto da crise e esgotamento do modelo de desenvolvimento vinculado à presença estatal nos investimentos por parte do governo federal. Principalmente, no que tange à captação de recursos via bancos internacionais para crescimento econômico interno. (Barral Neto & Neto, 2008)

Da década de 80 e 90, pode-se perceber que o modelo econômico nacional-desenvolvimentista perdeu muito espaço, e ao invés de pegar empréstimos, o país precisou cortar investimentos e recursos para os Estados, o que reduziu o crescimento da indústria nacional. Assim, o objetivo do governo federal passou a ser ampliar a receita para negociação da dívida externa, com quedas drásticas nos subsídios estatais. E assim, tentar ampliar o *superávit* comercial do País a todo o custo, além disso, reduzir investimentos produtivos e gastos sociais (educação, saúde etc.), a priorização do

aumento das exportações agrícolas. Isto fez do Estado do Rio de Janeiro um dos mais impactados por este contexto de mudanças' tendo como efeito direto o agravamento de sua crise. (Barral Neto & Neto, 2008)

Essas mudanças na política econômica brasileira impactaram muito o Estado do Rio de Janeiro, devido principalmente a dependência de investimentos nacionais no Estado. Principalmente porque por 200 anos, a capital do Estado do Rio foi a capital da república desde o início da formação do Brasil. Por isso, tornou-se dependente de investimentos do governo federal. (Barral Neto & Neto, 2008)

Depois da chamada década perdida na economia brasileira nos anos de 1980, o Brasil voltou a ter estabilidade econômica em 1990, entretanto um crescimento mais forte da economia fluminense não aconteceu. Com as mudanças no ano de 2007 com a descoberta da camada pré-sal de petróleo, o aumento do preço pelo barril, parecia ser o momento de retomada que o Estado do Rio tanto buscava. (Pereira & de Oliveira, 2015)

Parecia realmente o início da prosperidade financeira para o Estado do Rio de Janeiro, com a ampliação do preço do petróleo, as dificuldades ao acesso ao petróleo oriundo do Oriente Médio por conta de revoltas populares, aumentando o valor num alcance histórico. O petróleo na Bacia de Campos traria receitas oriundas dos royalties de desenvolvimento de suas economias. Além de atrair investimentos na logística e crescimento nos empregos da região, desenvolvimento econômico e ampliação do parque produtivo como um todo. (Pereira & de Oliveira, 2015)

O Estado do Rio já teve uma grande importância para o início do fortalecimento da industrialização no país. No entanto, dentre a década de 40 e 60, essa referência industrial fluminense perdeu um pouco o espaço, tendo uma queda significativa. Pode-se destacar que a mudança da capital federal para Brasília também foi responsável por causar efeitos negativos na economia do Estado do Rio de Janeiro. (Piquet, 2008)

Mas, ainda assim, houve um impacto negativo na parte industrial do Estado. Já que nem mesmo a descoberta de petróleo na camada pré-sal poderia de fato impulsionar a indústria, pois boa parte dos equipamentos eram importados. (Piquet, 2008)

Vale destacar também, a mudança da “rota do crescimento” no Estado do Rio de Janeiro, saindo da região metropolitana para o interior do Estado. Para o parque industrial o custo é menor nas cidades de médio porte, a qualidade de vida e outros fatores podem

ampliar o protagonismo de outros municípios dentro do Estado do Rio de Janeiro. Essas modificações no cenário fluminense devido ao crescimento dessas regiões interioranas, mudam o foco de crescimento se deslocando para as cidades de porte médio e que também se tornaram municípios protagonistas das políticas públicas. (Barral Neto & Neto, 2008)

Assim, pode-se perceber que mesmo tendo tanta importância para o cenário nacional, faz-se mister refletir que o Estado do Rio de Janeiro, entrou em uma grande crise econômica nos últimos 20 anos, com uma variação negativa na participação do PIB Nacional, passando de 12,4%, em 2002, para 10,5%, em 2021 (IBGE, 2023). Nem mesmo a exploração petroleira na Bacia de Campos poderia conter os problemas econômicos. E, além disso, a crise política fluminense atingiu níveis gravíssimos. Casos de corrupção, crise fiscal e econômica tem feito o cenário do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com sua importância tão grande no cenário nacional, ter um viés extremamente negativo. Lynch (2017) destaca que o Estado do Rio de Janeiro apresenta uma crise “específica, muito mais profunda e duradoura”.

Em 30 de abril de 2021, o ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC) sofreu um *impeachment*, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Desde a retirada do ex-governador, Badger da Silveira, aliado do presidente João Goulart, que perdeu o mandato logo após o Golpe Militar de 1964, o Rio de Janeiro não vivenciava tal situação. No entanto, a crise política oriunda da deposição do ex-juiz e governador, Witzel, que prometeu limpar a corrupção do Estado do Rio de Janeiro, não era nada novo para o Estado que já foi sede de grandes eventos, vitrine internacional e até teve como capital do Estado, a cidade que foi capital do país. (G1, 2018)

O *impeachment* foi uma novidade pós redemocratização, no entanto, cinco ex-governadores fluminenses foram presos entre 2016 até 2019, Moreira Franco, Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão, Rosinha Garotinho e Anthony Garotinho. Moreira Franco, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão estiveram envolvidos em esquemas de corrupção denunciados pela Operação Lava-Jato. Anthony e Rosinha Garotinho, do União Brasil, foram presos por serem acusados de superfaturamento em contratos da prefeitura de Campos dos Goytacazes. (CNN Brasil, 2022)

Neste contexto, um escândalo político não foi novidade para o Poder Executivo do Estado. O ex-juiz federal, Wilson Witzel que foi eleito com a promessa de limpeza da corrupção, teve como acusações desvios de recursos da área da saúde no meio da

pandemia do Covid-19. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), ele responde a um processo criminal semelhante, onde é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. (STJ , 2020)

Na eleição vitoriosa de Wilson Witzel, paulista de Jundiaí, o número de votos brancos e nulos, somou cerca de 4,5 milhões de eleitores, superando os votos do segundo candidato, Eduardo Paes (DEM). A ideia que prevaleceu naquela disputa foi de trazer um candidato novo, diferente de Paes que já teve vários mandatos como prefeito do Rio de Janeiro (TSE, 2018)

Pode-se perceber assim, cada vez mais a crise de representatividade, a descrença na política, principalmente com casos de corrupção que começa a abrir espaço para diferentes grupos sociais ascenderem. A crise também está no establishment, nas próprias elites políticas dominantes, que já não conseguem ter governabilidade, nem atender aos anseios dos eleitores. (Rezende, 2022)

Todavia, a tamanha extensão desse processo de crise e do próprio enfraquecimento das elites políticas fluminenses torna-se refratária a emergência significativa de outros grupos sociais que galgam cada vez mais espaço na arena política, tendo em vista que não existe vácuo no poder e todos os espaços são preenchidos. O grupo que vem mostrando grande capacidade de ressignificação, engajamento eleitoral e representativo são os evangélicos. (Rezende, 2022, p. 150)

Lynch (2017) destaca que como o Rio se tornou uma “vitrine” nacional tudo o que acontece no Estado e na cidade do Rio de Janeiro não somente ganham destaque em âmbito nacional, como também internacional. E além disso, mesmo com o olhar do mundo sobre a capital fluminense, os problemas orçamentários, a desigualdade social, a falta de estrutura em diversas áreas ainda permaneceram.

Como num longo casamento de quase 300 anos, o Rio de Janeiro tem fielmente servido ao Brasil como seu principal símbolo, tanto na alegria e na tristeza, quanto na saúde e na doença. É sua principal cidade turística; a segunda em renda e população; seu principal polo universitário e de ciência e tecnologia. Por isso, tem sido sempre escolhida como “sala de visitas” do país nos mais importantes eventos internacionais por

ele sediados, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), em 1992; os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012; foi sede do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, abrigando a partida final e a cerimônia de encerramento; por fim, a integralidade dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas nem tudo é felicidade. (Lynch, 2017)

Quando se trata do contexto socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro, podemos destacar uma grande crise orçamentária dentro do período analisado de 2002 até 2022. Se o chamado “frenesi” oriundo da exploração da camada de petróleo pré-sal gerou uma expectativa de crescimento, houve novos problemas financeiros e fiscais que complicaram a crise fluminense. Existiu de fato, uma expansão com uma nova onda de crescimento da indústria naval brasileira, em 2006. Com novos estaleiros na Barra do Furado, em Niterói e em outros locais, com cerca de quase 10 mil novos empregos na área. Mas, todo esse investimento e crescimento da indústria naval teve um custo elevado, com baixa produtividade somada ao alto custo do aço comprado no mercado interno. Gerando consequências ainda piores para o orçamento fluminense. (Brito e Oliveira, 2008).

Todos esses problemas financeiros geraram uma crise fiscal tão severa que em 17 de junho de 2016, o Estado do Rio de Janeiro no Governo Luiz Fernando Pezão (PMDB), decretou estado de calamidade pública pelo governador em exercício Francisco Dornelles. (G1, 2016)

Houve então um acordo entre o Estado do Rio de Janeiro e a União, no Governo Luiz Fernando Pezão, que resultou no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Mas, além da questão de recuperação fiscal e endividamento do Estado, os cidadãos fluminenses foram surpreendidos com grandes escândalos de corrupção principalmente no final do governo de Sérgio Cabral (2007-2014), ou seja, além da grave catástrofe econômica a situação do governo estadual piorou ainda mais a partir de uma crise política. (Brasil de Fato, 2023)

Assim, soma-se um endividamento do Estado com crise política e fiscal. Entretanto, por outro um lado, a descoberta do pré-sal anunciada em 2007 surge como uma imensa oportunidade para escrever uma nova história de prosperidade para o antigo Estado da Guanabara. Houve um *boom* de investimentos das empresas petrolíferas no

Estado no período dentre 2010 e 2012 de cerca de R\$ 83 bilhões. Além de ter um investimento para a importante área do turismo no Estado, pensando na organização de uma sucessão de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. (Osorio e Versiani, 2013)

Porém, o que parecia uma solução “mágica” não comungou para resolver as maiores mazelas sociais, gerar melhorias tão necessárias para o Estado do Rio de Janeiro ou mesmo, conter a crise econômica e fiscal. A experiência internacional mostra que poucos foram os países bem sucedidos com a exploração de recursos naturais, como a Noruega. Entretanto, vários outros países tiveram problemas como Nigéria e Venezuela. A gestão governamental tem sido o principal dos apontamentos para a prosperidade através da renda petrolífera. A questão principal tem sido compreender como o Brasil e, em especial, Estado do Rio de Janeiro teria ou não instituições que possam transformar a riqueza mineral em progresso econômico e social. (Monteiro, 2012)

As ações do governo federal para garantir o crescimento industrial no antigo Estado da Guanabara e minimizar os impactos da mudança da capital para Brasília não resolveram os problemas econômicos do Estado. Diferente das expectativas de boa parte da população fluminense, a descoberta do pré-sal na plataforma continental fluminense também não salvaria a receita estadual. (Leite, 2007).

O país sempre buscou a autossuficiência do petróleo, no entanto, foi esvaziando o programa naval que havia sido estruturado para importações oriundas do Oriente Médio a partir do novo reservatório de óleo. Por conseguinte, a descoberta de novos reservatórios na Bacia de Campos não gerou ampliação de investimentos industriais no Estado. Pois também, a maior parte dos equipamentos, serviços e demandas da área do petróleo foram obtidas no exterior. Assim, a economia fluminense foi ao longo do tempo cada vez mais, perdendo prestígio no parque industrial brasileiro. (Silva, 2004).

Com a grave crise fiscal, foi necessário ter a aprovação através da Lei Complementar Federal de número 159 em 2017, do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) desenvolvido para os Estados que estavam com grande desequilíbrio orçamentário. Sendo considerado “desequilíbrio financeiro quando a receita corrente líquida (RCL) anual do Estado é menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; o somatório das suas despesas com pessoal, juros e amortizações seja igual ou maior que 70% da RCL e o valor total de obrigações seja superior às disponibilidades de caixa. Só poderá aderir ao

RRF o Estado que cumprir esses três requisitos de entrada”. (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2024.)

Assim sendo, o novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF, posteriormente instituído pela Lei Complementar nº 178 de 2021 gerou uma nova possibilidade para suspender dívidas administrativas com a União até dezembro de 2022, tendo a possibilidade de quitar os pagamentos de forma parcelada, ampliando o prazo das dívidas não pagas até 30 anos. No entanto, em troca, o Estado precisaria se responsabilizar em respeitar as medidas de ajuste obrigatórias para que haja de fato um equilíbrio fiscal das contas públicas estaduais. (Ministério da Fazenda, 2022)

Alguns estudos apontavam uma baixa autonomia fiscal do Estado do Rio de Janeiro no final dos anos 2000 (Vergolino, 2014). Essa situação se agravou na segunda década do século XXI, e permaneceu nos últimos anos como mostra a continuidade do RFF.

3.3 História Política do Estado do Rio de Janeiro

O processo de redemocratização do Brasil teve como um dos marcos a aprovação da Lei da Anistia no Congresso Nacional, em 1979. Assim, nomes como Leonel Brizola, Fernando Gabeira, Luiz Carlos Prestes, Herbert José de Sousa (Betinho) e outras personalidades ligadas à política fluminense exiladas durante a ditadura militar, retornam ao Brasil. (Memória Globo, 2021)

Com a reforma político-partidária acaba o bipartidarismo entre ARENA e MDB e em 1982 há o retorno das eleições para governos estaduais. Inicialmente, para o governo do Estado houve a ascensão de uma candidatura feminina, Sandra Cavalcanti, que já fez parte da Arena (Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio ao governo imposto pelo Golpe Militar), porém estava filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mas, logo depois, os candidatos Miro Teixeira e Moreira Franco ficaram empatados e Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) tem uma candidatura com crescimento rápido, vencendo o pleito. Sendo assim, as eleições vão resultar numa redefinição do sistema partidário, contando o Estado com quatro forças políticas consideráveis: o partido PDT de Leonel Brizola, o PMDB, o PDS e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que retornou à cena política. (Dias, 2015)

Em 1986, o ex-prefeito de Niterói, Moreira Franco, venceu a eleição para governador, ampliando o protagonismo para outras cidades além da capital, favorecendo o eleitorado da região metropolitana. (Dias, 2015)

Anthony Garotinho já havia sido prefeito da cidade de Campos, no Norte Fluminense, posteriormente secretário de Agricultura do Estado do Rio, quando ainda estava aliado à Leonel Brizola. Assim, é eleito governador em 1998, pelo PDT de Brizola, mas em 2001 rompe e passar para o PSB, para tentar uma candidatura à presidência da república. Boa parte do sucesso de Garotinho e sua família no interior do Rio de Janeiro e na capital também é explicitado como ao fato do aumento de grupos pentecostais no Estado, leva ainda muitos prefeitos a mudarem de partido, criando, “uma sólida máquina partidária no território fluminense”. (Jacob, Hess, Waniez, & Brustlein, 2003)

Garotinho tornou-se uma peça chave nas eleições do Estado do Rio de Janeiro, pois somou o eleitorado pedetista que seguiu orientações quando ainda era aliado à Brizola, e o apoio pentecostal. Diante disso, em 2002, a primeira governadora mulher assume o cargo: Benedita da Silva (PT) se tornou governadora do estado, pois Garotinho teve que se desencompatibilizar do governo estadual para se candidatar à presidência da República. (Jacob, Hess, Waniez, & Brustlein, 2003)

Depois desse mandato, outra mulher assume o governo estadual, Rosinha Matheus (PSB) que venceu a eleição de 2002, e é importante observar a vitória da segunda mulher a chefiar o estado, pois essa tem ligação com o movimento pentecostal e representa uma continuidade por ser a esposa do governador anterior. Trata-se de uma candidatura feminina “tutelada” por um membro familiar. Em relação a uma indicação familiar, chamada de “tutela”, pode-se perceber como traço característico da política brasileira um tipo de chancela para as mulheres feitas por parentes homens. Ou seja, uma ocupação de cargos por indivíduos da mesma família. O que segundo os autores, tornou-se mais marcante na representação feminina, “uma vez que este grupo utiliza deste capital político "herdado" como forma de superação dos constrangimentos institucionais e socioculturais que limitam ou dificultam a sua participação”. (Lenkic & Guedon, 2017)

Por um outro lado, a eleição com a vitória de Rosinha Matheus pelo Partido Socialista Brasileira (PSB), foi uma disputa entre duas mulheres, a esposa do ex-governador e também, sua vice-governadora, Benedita da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) disputaram o pleito, tendo ao total de 6.802.534 votos no Estado para mulheres, 85,09 % do eleitorado fluminense votou em mulheres. Enquanto 1.191.920 votaram nos candidatos homens, com 14,1% votou nos candidatos: principalmente em

Jorge Roberto Silveira, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 1.141.060 votos. (TSE, 2023)

Depois do mandato de Rosinha Matheus, as eleições seguintes, em 2006 foram disputadas por Sergio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a jurista, Denise Frossard Loschi, Partido Popular Socialista (PPS), tendo 76% dos votos para os candidatos homens, com a maioria para o então eleito governador Sergio Cabral Filho com 3.422.528 votos. (TSE, 2022)

Em 2006, Sergio Cabral (PMDB) é eleito governador do Estado, permanecendo por dois mandatos no cargo. Em seu governo pode-se observar uma parceria entre governo federal e estadual. Nas manifestações que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, partidos políticos e governos foram rejeitados; também o governo do PMDB foi duramente criticado. (G1 , 2007)

É importante destacar que neste período do PMDB (2007-2014) existiu de fato uma parceria entre governo federal e estadual. Conforme explicitado anteriormente, Sergio Cabral foi preso por corrupção, e a parceria entre governo federal e estadual entrou em crise posteriormente em 2014. Entretanto, mesmo com toda a crise gerada a partir de 2016, com a decretação do estado de calamidade pública, houve um certo momento de prosperidade econômico dentre 2007 até 2010. Pode-se destacar que boa parte dos investimentos públicos, para esse período de prosperidade no Estado do Rio de Janeiro, veio por parte do governo federal, por conta de grandes eventos esportivos que seriam sediados na capital carioca. (Fidélis, 2020)

A crise iniciada nos mandatos de Sergio Cabral foi considerada uma das piores enfrentadas pelo Estado do Rio de Janeiro. Foram problemas tanto na parte econômica, com uma grande queda do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e desequilíbrio orçamentário, além disso, problemas na infraestrutura e sociais, e o desemprego também assolaram a população fluminense. Mesmo a ampliação dos graves problemas no segundo Governo Sergio Cabral (2011-2014), com manifestações contrárias ao governo estadual e federal, mesmo assim, o governador eleito em 2014 significava a continuidade do mandato de Cabral, com a vitória do até então vice-governador, Luiz Fernando Pezão (PMDB). (Pinto, 2019)

Limongi (2023) dentro deste contexto, destaca os movimentos sociais que despontaram no período de extrema crise política, social e econômica no Brasil. Estes tiveram um grande protagonismo no Rio de Janeiro. A corrupção desde o início da Operação da Polícia Federal, Lava Jato demonstrou-se “sistêmica”, colocando políticos

no banco dos réus. Todo o processo irá gerar mudanças nas antigas disputas partidárias, com surgimento de novos líderes e uma grande polarização tanto em nível nacional como com eleitorado fluminense.

Movimentos de protesto tampouco brotam e se constituem de forma espontânea ou automática em resposta a crises. Não tematizar as relações entre as lideranças políticas emergentes e o sistema político é, mais uma vez, perder o essencial. Em democracias, a distribuição do poder é uma função dos resultados eleitorais. Movimentos sociais, em geral, são armas a que recorrem as forças minoritárias para mostrar sua força e sintonia com a sociedade, tentativas de indicar a falta de correspondência entre o poder instituído e o povo. Os protestos contra o governo foram bem-sucedidos, contribuindo decisivamente para aprofundar a crise política que culminou no impeachment. Mas seu papel, como será mostrado, foi mais limitado do que estipula o modelo canônico, isto é, o impeachment não foi uma resposta à pressão popular. (Limongi, 2023, p. 5)

No mandato de Luiz Fernando Pezão, a situação no Estado não melhorou. A crise econômica aumentou ainda mais atrapalhando o pagamento de fornecedores, e, tendo atrasos nos salários de servidores estaduais e também em investimentos no fomento para pesquisas acadêmicas. No Governo Pezão, foi preciso renegociar a dívida através do acordo já mencionado, regime de recuperação fiscal, em 2017. (Pinto, 2019)

Além disso, houve um certo esgotamento da esperança no aspecto administrativo e político, com a exposição de diversos casos de corrupção, relacionados às ações da Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato, que apesar de ser considerada controversa por muitos, também prendeu diversos políticos importantes no Estado do Rio de Janeiro por ações relacionadas à corrupção. (CNN Brasil, 2023)

Diante de tantos casos de corrupção, pós muitas manifestações contra o alto custo dos serviços e péssima entrega de políticas públicas principalmente na área da saúde, parte da população que estava descontente, somada a um novo eleitorado conservador, ligado aos movimentos pentecostais, assim um novo político ganhou popularidade. Wilson Witzel foi inicialmente candidato a governador pelo Estado do Rio, indicado pelo então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, com um discurso semelhante ao de Bolsonaro, anticorrupção, contra o Partido dos Trabalhadores (PT), pró-armas, antiesquerda e em prol do cidadão de bem, e da segurança pública. (El País, 2020)

A ideia do político que não tinha um passado na própria política, um passado que poderia ser relacionado a casos de corrupção, ainda mais estando na classe jurídica, que durante a Operação Lava Jato passaram a serem admirados por muitos, trouxe esperança

de encontrar um novo nome, um nome não corrompido pela política. A divisão dos três poderes de Montesquieu. Na separação de poderes, pelo sistema de freios e contrapesos, existem divisões na nossa democracia do poder político e judiciário, no entanto, a partir da Operação Lava Jato, parece que os juristas se tornaram políticos, e vice-versa. A anatomia e autonomia entre os três poderes se misturam e criam novas disputas de poder. (Piske de A. Barbosa & Benites Saracho, 2018)

Assim como esse novo desenho que ameaçou até mesmo a democracia brasileira, no cenário mundial, o mesmo ocorreu. Partidos e lideranças de direita, e de extrema direita começaram a galgar lugares poderosos e se mostrarem como possibilidades de mudança em relação ao descontentamento de populações em relação às democracias liberais e suas dificuldades de ter um sistema estável, incorruptível e incapaz de trazer soluções numa crise multifacetada. (Gallego, 2019)

A luta contra um inimigo em comum, a figura populista de um grande salvador, a ideia que a ordem e força para lutar contra o mal-estar democrático se coloca nas mãos de um governo autoritário, ou que comunga com totalitarismo cresceu cada vez mais no mundo. Não somente no Brasil e nos Estados Unidos, mas outros países como Hungria, Polônia, Áustria República Tcheca e até na Itália houve a criação de raízes totalitárias e populistas. Existe a possibilidade de a democracia viver um “encolhimento global”. (Mounk, 2019)

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência. (Mounk, 2019, p. 19)

Assim, em 2018 diante desse cenário do crescimento da extrema direita no Brasil, o ex-juiz Wilson Witzel foi eleito governador pelo Partido Social Cristão (PSC), tendo inicialmente intenções de voto muito pequenas, e que cresceram a partir do apoio de Flávio Bolsonaro, candidato ao Senado naquele ano, e do próprio Jair Bolsonaro. Witzel deu fim à tradição liderança peemedebista e ganhou a eleição estadual. No entanto, conforme já foi explicitado, Witzel sofreu impeachment por corrupção e lavagem de

dinheiro na área da saúde, e seu vice-governador, Claudio Castro assumiu o mandato. (CNN Brasil, 2021)

Castro pelo Partido Liberal (PL) foi reeleito governador em 2022, diante de uma nova polarização nacional, competindo com Marcelo Freixo, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 2023, Cláudio Castro tentou uma nova revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ao governo federal. A União sinalizou diante da proposta que iria renegociar as bases da recuperação fiscal. Sendo assim, a Secretaria do Tesouro Nacional, mostrou-se receptiva na discussão de aumento do prazo do regime e de flexibilização de regras. (Agência Brasil, 2023)

Ao refletir sobre a presença de mulheres na história política do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos pós redemocratização, pode-se facilmente perceber que os homens continuaram dominando a política fluminense como elite política responsável pelo *establishment*. E também quando se trata de analisar a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a quantidade de mulheres ocupando cargos ainda é muito menor do que a de homens. Araújo (2012) é categórica ao mostrar que para ter igualdade de gênero e direitos para mulheres, uma das partes mais importantes e fundamentais é a representação política. Pois, ter acesso à cargos de chefia nos poderes Executivo e Legislativo dentro das democracias representativas é ter possibilidade de adentrar a arena política e conquistar a cidadania.

O que se pode analisar a partir da teoria das elites. Ao perceber que o poder dos governantes pode não gerar benefícios para a massa desorganizada, pode-se ampliar o diagnóstico da pouca presença feminina na política brasileira, e principalmente, dentro do Estado do Rio de Janeiro. Pois, a teoria mostra que historicamente os homens estão divididos entre governantes e governados. A classe política explicitada por Mosca vai conduzir as massas a partir do monopólio do poder sendo aquela que "monopoliza" os recursos de poder e pode utilizá-lo para benefício próprio. Enquanto, os governados são a classe mais numerosa, porém desorganizada. Analisando por este ponto, é possível perceber que existe uma manutenção deste sistema em que as mulheres foram destituídas por anos devido à estrutura patriarcal que determinou quem seria a classe política que domina, lidera e determina quais serão as prioridades para políticas públicas, projetos de leis, debates e uso de orçamento. (Perissinotto; Massimo; Domingos, 2023).

Araújo (2001) destaca dentro deste debate, que a lei de cotas¹ é parte do jogo institucional, e “um dos desafios consiste na capacidade de compreender o sistema no qual as mulheres estão tentando penetrar”. Ou seja, para além de termos mecanismos não orgânicos para implementação da participação feminina na política, é preciso compreender de forma muito mais profunda, quais questões tanto no campo institucional, como não- institucional vão se tornar desafiadoras, ou obstáculos para essa participação mais equiparada para as mulheres na política, no poder legislativo e também executivo. Visto que é fundamental termos essa representatividade caso queiramos que as demandas femininas e as elites políticas comunguem dentro de um mesmo *establishment*, dentro das verdadeiras esferas decisórias.

3.4 Representação Feminina no Estado do Rio de Janeiro

Através dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pode-se perceber poucas mudanças no número de mulheres votadas durante os últimos 20 anos para o cargo de deputada estadual dentro da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), o aumento ainda foi muito pequeno ao longo dos anos em relação à participação de mulheres na política após a lei de cotas. Se no Poder Executivo tivemos neste período, apenas 2 mulheres ocupando a liderança como governadoras, Benedita da Silva, que assumiu mandato sendo vice de Anthony Garotinho, e Rosinha Matheus que ganhou um forte apelo popular por ser esposa do também ex-governador Garotinho, os números de votos para mulheres na Alerj também não são percentualmente animadores. (TSE, 2022)

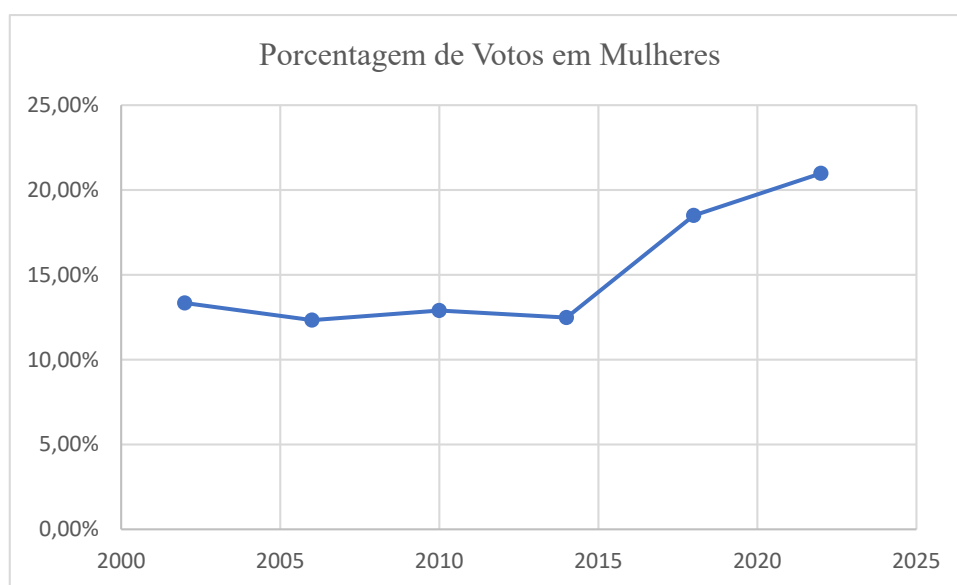
E quando se reflete sobre isso, existe também um fato relevante, o número de eleitoras vem crescendo, tornando a proporção do eleitorado feminino maior. Em 1989, eram 49%, e hoje, as eleitoras se tornaram maioria em 2002, com 50,9%. (G1, 2022)

Em 2002, 13,34% dos votos foram para mulheres na eleição para Alerj, já nos quatro próximos pleitos as porcentagens foram semelhantes, 2006, com 12,33%, 2010,

¹ Em abril de 2022, o Congresso Nacional promulgou uma cota de 30% do Fundo eleitoral dos partidos políticos para candidaturas femininas, através da Emenda Constitucional 117 (originária da PEC 18/21). A distribuição deve ser proporcional ao número de candidatas. A cota vale tanto para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha – mais conhecido como Fundo Eleitoral – como para recursos do Fundo Partidário direcionados a campanhas. Os partidos também devem reservar no mínimo 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão às mulheres (Agência Câmara de Notícias, 2022).

12,90%, 2014, 12,48% dos votos válidos foram para candidatas mulheres. Já em 2014, houve um pequeno aumento para 18,50% de votos em mulheres, e em 2022, o melhor resultado dentro deste marco temporal com 20,98% de votos para candidatas do gênero feminino. Pode-se perceber a tímida evolução a partir do gráfico 1. (TSE, 2018)

Gráfico 1. Porcentagem de votos em Mulheres para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) de 2002 até 2022



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Ao refletir sobre a pequena porcentagem do número de votos, com um acréscimo apenas no ano de 2020, com 20,98%, pode-se constatar que claramente o baixo número de votos também irá determinar o número de mulheres eleitas, como pequeno. Durante o marco temporal estudado, por mais que não se tenha um número grande de eleitas, algumas mulheres de diferentes e opostas frentes ideológicas tiveram destaque quanto à sua colocação nas eleições. É importante destacar que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é integrada por 70 deputados. No formato ideal esses representantes

seriam de diferentes classes sociais, grupos políticos gerando representatividade para todo o Estado do Rio. (Alerj.gov, 2020)

Mas, como se pode analisar a partir da tabela 1 com dados do TSE, em 2002, apenas 15 mulheres foram eleitas no Estado, Eliana Ribeiro do antigo PMDB, atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tem um destaque ocupando a 12ª colocação a partir do número de votos no Estado do Rio de Janeiro. E o partido que mais elegeu mulheres neste ano foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com 4 eleitas. (TSE, 2002)

Tabela 1. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2002

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Eliana Ribeiro	PMDB	56.683
Andreia Zito	PSDB	56.531
Aparecida Panisset	PPB	50.338
Georgette Vidor	PPB	50.013
Pastora Edna	PMDB	42.066
Graça Pereira	PT do B	41.325
Graça Matos	PSB	40.878
Cidinha Campos	PDT	39.554
Cida Diogo	PT	38.181
Jurema Batista	PT	35.986
Aparecida Gama	PSB	35.797
Inês Pandeló	PT	32.673
Heloneida Studart	PT	31.039
Nubia	PPB	30.863
Waldeth do INPS	PL	27.077

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Já na tabela 2, pode-se perceber a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que em 2006 houve uma redução no número de mulheres eleitas, de 15

para 11 deputadas. Nesse pleito novamente o PMDB, atual MDB, elegeu como 6ª maior votação, Graça com 92.163 votos. O partido com maior destaque deste pleito foi o dos mais tradicionais e poderosos no Estado, o PMDB. Enquanto nas eleições de 2002, teve um destaque para partidos vistos como de centro-esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o partido que surgiu que a herança trabalhista de Brizola, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Dessa vez, houve uma mudança com mulheres mais alinhadas a partidos mais direcionados para o centro e centro-direita como: Partido da Frente Liberal (PFL) (atual DEM), Partido Republicanos (PRB) e o próprio PMDB (atual MDB). (TSE, 2006)

Para classificar os partidos segundo sua posição ideológica, será considerado como esquerda, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), já no campo ideológico considerado Centro-Esquerda, são: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), já dentro da democracia brasileira, os partidos políticos de centro são: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e atual Cidadania (PPS), já na centro-direita e direita: Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Progressistas (PP), Republicanos, Partido Liberal (PL). (Zucco, 2011)

Tabela 2. Deputadas Estaduais Eleitas no Estado do Rio de Janeiro – 2006.

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Graça	PMDB	92.163
Cidinha Campos	PDT	53.556
Graça Pereira	PFL	51.255
Jane Cozzolino	PTC	50.496
Sheila Gama	PDT	44.984
Sula	PMDB	43.549
Aparecida Gama	PMDB	42.701
Beatriz Santos	PRB	39.266
Inês Pandeló	PT	36.395
Renata Do Posto	PAN	28.124

Waldeth do INPS	PL	20.932
-----------------	----	--------

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Já na tabela 3, a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2010, 13 mulheres foram eleitas, e como relatado, a onda conservadora, de direita veio para ficar no Estado do Rio de Janeiro em relação às candidaturas femininas. Como 5ª mais votada, Clarissa, filha do ex-governador Anthony Garotinho e da ex-governadora, Rosinha Matheus, que tem como origem a cidade de Campos dos Goytacazes, e um eleitorado oriundo da igreja pentecostal. (TSE, 2010)

Tabela 3. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2010

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Clarissa Garotinho	(PR)	118.863
Cidinha Campos	(PDT)	89553
Lúcia Helena de Amaral	(PSDB)	67.035
Andreia do Charlinho	(PDT)	62.599
Graça	(PMDB)	61.294
Graça Pereira	(DEM)	38.746
Aspásia Camargo	(PV)	34.733
Claise Maria Zito	(PSDB)	33.664
Inês Pandeló	(PT)	28.798
Myrian Rios	(PDT)	22.169
Enfª Rejane	(PCdoB)	21.033
Rosângela Gomes	(PRB)	10.586
Janira Rocha	(PSOL)	6.442

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Já na tabela 4, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2014, houve uma redução do número de eleitas, com apenas 8 mulheres. Cidinha Campos conseguiu manter sua candidatura pelo PDT, com 10º lugar no número de votos. Tia Ju pelo Partido Republicanos (PRB), ficou em 13ª colocação do número de votos dos candidatos do Estado do Rio de Janeiro. (TSE, 2014)

Tabela 4. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2014

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Cidinha Campos	(PDT)	75.492
Tia Ju	(PRB)	74.803
Lucinha	(PSDB)	65.760
Daniele Guerreiro	(PMDB)	55.821
Delegada Martha Rocha	(PSD)	52.698
Marcia Jeovani	(PR)	34.870
Enfermeira Rejane	(PCdoB)	33.990
Graça Pereira	(PRTB)	16.876

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na tabela 5, de acordo com as informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no pleito de 2018, pode-se constatar um aumento de apenas 3 mulheres eleitas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em relação a 2014. Além disso, essa eleição seguiu a polarização nacional, a terceira candidata mais votada nas eleições para o cargo de deputado estadual, Alana Passos (PSL) foi a mulher mais votada, novata na política a paraquedista e sargento do exército brasileiro, defende pautas alinhadas a extrema direita bolsonarista, como redução da maioridade penal, militarização das escolas. E ao mesmo tempo, existe neste mesmo pleito foram eleitas: Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), é possível perceber que esse fenômeno se deve também ao grande crescimento do nome de Marielle Franco que era filiada ao partido e foi executada como crime de violência política devido a sua luta contra milícias na Zona Oeste da capital fluminense. (TSE, 2018)

Além disso, é importante lembrar que a Operação Lava Jato como destaca Lavareda, Telles (2020), gerou modificações nas eleições de uma forma geral. Houve uma queda de credibilidade na classe política por conta de prisões e surgiram diversos candidatos que não eram tradicionalmente da política, e sim, candidatos vistos como “fora do sistema” (Lavareda, Telles, 2020).

Tabela 5. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2018

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Alana Passos	(PSL)	106.253
Lucinha	(PSDB)	65.735
Renata Souza	(PSOL)	63.937
Tia Ju	(PRB)	56.766
Rosane Felix	(PSD)	53.644
Delegada Martha Rocha	(PDT)	48.949
Franciane Motta	(MDB)	45.123
Mônica Francisco	(PSOL)	40.631
Enfermeira Rejane	(PCdoB)	33.003
Dani Monteiro	(PSOL)	27.982
Marina	(PMB)	12.294

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na tabela 6, de acordo com as informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no pleito de 2022, temos o maior número de mulheres eleitas para o cargo de deputada estadual, seriam 14. Pode-se perceber a mesma polarização política nacional neste pleito semelhante ao anterior. Renata Souza do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi a mulher mais votada e a terceiro no quadro geral com 174.132 votos. O segundo nome foi Erika Takimoto do Partido dos Trabalhadores (PT) com 95.263. Já o terceiro nome é Giselle Monteiro do Partido Liberal (PL) com 95.028, alinhada com bolsonarismo, com a extrema direita e representante da igreja evangélica, e irmã do ex-vereador, Gabriel Monteiro também do PL que foi preso acusado de estupro. O esgotamento das lideranças tradicionais: os exemplos de SP e BH

Tabela 6. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2022

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Renata Souza	(PSOL)	174.132
Erika Takimoto	(PT)	95.263
Giselle Monteiro	(PL)	95.028

Dani Balbi	(PC do B)	65.815
Tia Ju	(PRB)	63.373
Delegada Martha Rocha	(PDT)	61.767
Lucinha	(PSD)	60.387
Índia Armelau	(PL)	57.582
Verônica Lima	(PT)	55.738
Dani Monteiro	(PSOL)	50.140
Célia Jordão	(PL)	49.680
Marina do MST	(PT)	46.422
Franciane Motta	(União)	37.873
Carla Machado	(PT)	34.658

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em relação ao legislativo municipal, nas últimas eleições, em 2020, dez mulheres foram eleitas, destas apenas duas eram negras, mostrando mais uma face da desigualdade além do gênero. Foram elas: Rosa Fernandes pelo PSC, Tainá de Paula pelo PT, Monica Benício pelo PSOL, Teresa Bergher pelo Cidadania, Vera Lins do PP, Tânia Bastos do Republicanos, Verônica Costa do DEM, Luciana Novaes pelo PT, Laura Carneiro pelo DEM e Thais Ferreira pelo PSOL. Este número de mulheres eleitas representa 31,97% do total de vereadores eleitos. No pleito anterior, foram 31,44%. Vale destacar que ambos os valores estão muito próximos da porcentagem mínima de mulheres eleitas, segundo a lei de cotas 30% do número de vagas para cada sexo. (TSE, 2020)

As mudanças e vitórias que foram resultado de muita luta para “corrigir” o não ingresso de mulheres na política, e posteriormente, o número extremamente raro de lideranças femininas são contrapontos aos que sempre foi feito de forma tradicional e dominante na política. No entanto, ainda assim, existem barreiras a serem vencidas e muitas vezes o direcionamento da verba destinadas as campanhas femininas podem não adotar o propósito de ampliar a participação política feminina. É como se o formato político “tradicional” sempre tentasse se manter. (BRAGA, DALCIN & BONI)

A adoção das cotas nas listas partidárias e sua obrigatoriedade foi acompanhada pela ampliação no total de candidatos em cada lista. A verba destinada a campanhas de mulheres inclui gastos coletivos com campanhas de homens, o que leva a candidaturas, por exemplo, com um

homem sendo candidato a prefeito e uma mulher como sua vice-prefeita. E, por fim, a reserva de recursos destinada às candidaturas femininas não definiu para quais disputas seriam direcionados, deixando a cargo dos partidos decidirem seu destino. Acrescente-se, ainda, a resolução de cotas de recursos para as candidaturas de pessoas pretas, que passou a vigorar nessas eleições. A questão problemática nesse quesito diz respeito a como os partidos cumpriram tal distribuição no caso das mulheres pretas. (BRAGA, DALCIN & BONI, 2021, p.204).

Quando se observa a porcentagem de pessoas pretas votadas em 2014, dentro do Estado do Rio de Janeiro, segundo os últimos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), observa-se um total de 236.055, 3,30% dos votos em deputados estaduais, para pessoas pardas 1.361.161 e 19% dos votos, cerca de 1% para indígenas (TSE, 2014)

Quanto ao ano seguinte, na eleição de 2018, foi também possível perceber no Estado do Rio de Janeiro, uma queda ainda maior para votos em indígenas reduzindo para 0,16%, para pessoas pardas foram 1.724.553 votos em pessoas pardas, percentualmente teve um pequeno aumento de 19% para 24,52%. Votos em pessoas pretas para deputados estaduais no Estado também aumento depois do último pleito, sendo 630.091, sendo de 3,30% para 8,96%. (TSE, 2018)

Na eleição de 2022, pode-se perceber no Estado do Rio de Janeiro, que em relação à votação em candidatos a deputado estadual de origem indígena, o percentual é sempre muito pequeno, cerca de 68.854 votos, representando 0,85 % dos votos totais. Em relação às pessoas pardas, 1.579.958 votos, com 19,58% dos votos, tendo uma queda em relação a 2018. Foram 12,99% votos para pessoas pretas, cerca de 1.048.256. (TSE, 2022)

Ao observar os últimos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relacionados à raça dos eleitos e votados é basilar analisar dentro da estrutura da construção da República brasileira, mulheres na política e suas lideranças a partir da ótica racializada. E ainda, pensar também nas interseccionalidades não somente de raça, mas também de gênero (refletindo sobre participação lgbtqiap+) que ainda são paradigmas que afastam mulheres dos lugares de poder.

Ao analisarmos o número de votos em pessoas pretas, pardas e de origem indígena, percebe-se que a busca por representatividade ainda é uma questão e a desigualdade política vai além somente de termos mais mulheres na política, e sim, pensarmos que existe uma manutenção do status quo, e o perfil de políticos no Brasil ainda são de grande maioria homens, brancos, segundo dados do TSE, em termos de

profissões são políticos de carreira, advogados e empresários, heterossexuais, a maioria casados. Mônica Francisco explicita que na política do Rio de Janeiro, de fato, tudo foi feito direcionado para favorecer homens brancos, depois a mulher branca e em escala de desigualdade, temos o homem negro e lá no final, a mulher preta. (Francisco, 2019)

Um fato, que não pode ser negado, é a sub-representação das mulheres negras nos espaços institucionais. Tudo foi construído para o homem branco, depois para a mulher branca. Depois, bem depois, está o homem negro. E lá longe, bem no fundo, a mulher negra. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é assim: homens brancos, casados, com média de 46 anos e nível superior completo. Este é o perfil dos parlamentares que ocupam a maioria das 70 cadeiras da Alerj. As mulheres ocupam 12 das 70 cadeiras, representando 17,15% dos deputados eleitos. A situação se agrava quando fazemos o recorte por raça: somente quatro pretos eleitos. A maioria segue branca: 48 parlamentares se declaram brancos, 18 se declararam pardos (...) Apesar do evidente crescimento, em relação as legislaturas anteriores – em 2010, eram três; no pleito de 2014, foram 12 eleitas – ainda é um crescimento modesto. (Francisco, 2019, p 232)

Através deste artigo da cientista social e deputada estadual, Mônica Francisco, é possível ver a partir da luz de quem vivenciou na prática a desigualdade na política fluminense, como as relações de poder ocorrem e quais grupos dificilmente tem acesso a essa elite política. Francisco (2019) destaca um dado interessante, a maioria das pessoas pretas na política do Rio eleitas nos últimos mandatos são mulheres. Destas em grande parte oriundas de partidos identificados como esquerda ou progressista, muitos deles trazendo a luz o debate sobre a importância de ter mulheres pretas na política. Avelar (2001) e Biroli (2014) ressaltam que o debate sobre representatividade é muito mais amplo do que termos diferentes perfis de pessoas eleitas sentadas nas cadeiras parlamentares.

Ou seja, vale ressaltar que as demandas sociais, propostas, políticas públicas e projetos de governos das mulheres na política também são essenciais para termos uma democracia sadia e plural. Só de estar neste espaço de poder, as mulheres racializadas ou não, já veem uma possibilidade de ocupar quaisquer outros espaços valorizados socialmente, e que sempre foram vistos como masculinos. Biroli (2014)

No entanto, para além de termos números, cadeiras ocupadas por mulheres, é preciso que as candidatas e candidatos eleitos estejam com comprometimento com a abertura do espaço político para os grupos de menor poder diante de elites políticas e

sociais. Portanto, serão analisadas nessa pesquisa como se dá a relação entre o CEDIM/RJ e as mulheres que atuam na política parlamentar, na ALERJ. (Avelar, 2001).

Hooks (2018) observa que quando as mulheres assumem um papel que antes a sociedade só permitia ser assumido por homens, mas ao mesmo tempo, fazem a manutenção da forma de liderança masculina, elas estão apenas mantendo a opressão de gênero e “servindo ao patriarcado”. A partir desta análise de Hooks será importante analisar o perfil ideológico, de ação e estratégia das lideranças existentes no Conselho, Cedim, e realmente, cumprem sua função principal.

Hooks (2018) demonstra que muitas vezes, as mulheres fazem uso de diferentes tipos de violência, pois acreditam que somente desta forma teriam autoridade.

A maioria das mulheres claramente não usa violência para dominar homens (...), mas muitas mulheres acreditam que uma pessoa que tem autoridade tem o direito de usar de força para manter a autoridade (...) Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas(...). (Hooks, 2018, p. 76)

Cumprir enfatizar que alguns esforços legislativos já foram e continuam sendo realizados no sentido de tentar fomentar a inclusão feminina nos espaços formais de poder. Todavia, a representação ainda segue desproporcional e a realidade fática vem revelando uma série de entraves à própria concretização dessa política de inclusão. A exclusão persiste e resiste.

Outra questão de suma importância para o debate central, é entender quais mulheres atuam no CEDIM/RJ e também quais estão em cargos de poder. Quando se observa a presença de mulheres na política, em cargos de poder, não basta olhar apenas para mulheres como um grupo homogêneo. É preciso também observar o acesso das mulheres não brancas a cargos de poder, como forma de avaliar a saúde democrática do Brasil.

Segundo dados da pesquisa do Instituto Alziras que analisou o perfil de prefeitas no Brasil de 2017 a 2020, as mulheres negras são 27% da população, mas governam apenas 3% das prefeituras no Brasil. (Instituto Alziras, 2020).

Por isso, é de suma importância trazer o debate à tona, e não apenas fechar a ideia de desigualdade entre homens e mulheres, sem analisar a ideia de interseccionalidade.

Maria Lugones (2020) mostra a importância de analisar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade a fim de quebrar as barreiras do feminismo hegemônico e ter uma análise mais sistemática das violências sofridas pelas mulheres de cor, percebe-se que essas são vítimas da “colonialidade do poder” e, da “colonialidade do gênero”.

Lugones (2020) destaca também a reflexão sobre indiferença da violência sofrida por mulheres de cor na sociedade. Essa reflexão é fundamental para avaliar a ausência deste grupo ocupando cargos de poder político, mesmo sendo 27% da população brasileira. Ter mais mulheres de cor nesses espaços poderia mudar progressivamente a visão da sociedade. E partir disso, ter um olhar mais atento à violência sofrida por este grupo, principalmente nas periferias do Brasil.

Esse olhar mais responsável em relação aos espaços sociais ocupados pelas mulheres de cor, como também a violência diária sofrida por elas em vários locais do mundo, traz à tona o caráter invisibilizado de determinados grupos sociais pela sociedade patriarcal branca colonial. A partir do apontamento, Vergès (2020) mostra como o corpo invisibilizado da mulher racializada, um corpo que vivencia um esgotamento fruto de um extrativismo primitivo da sociedade capitalista. Quem mais vivencia esse espaço invisibilizado para a autora estão diretamente relacionados ao trabalho de cuidado e limpeza.

O trabalho extremamente necessário de limpar o mundo permanece como invisível, e segundo Vergès (2020), ele é relacionado ao conceito de gênero, é racializado, pouco remunerado e subqualificado. Além disso, é destacado que essas mulheres que limpam o mundo, executando trabalho doméstico, pertencem ao Sul Global, propondo um feminismo decolonial, que denuncie e torne visível a estrutura social vigente. Sendo também, antipatriarcal e anticapitalista, pensando sobre as consequências da colonização nas relações atuais como estímulo para repensar o feminismo por dentro, obrigando-o a entrecruzar além de questões de gênero e raça, já bem mapeadas pelo feminismo negro.

No Brasil, o processo tem semelhanças. A mulher branca foi vista como “virginal e doce”, a que serviria para o casamento e a maternidade. Suas funções eram reprodução e cuidados com a criadagem doméstica. Já a mestiças e negras tinham seus corpos como objetos sexualizados, “destinados ao prazer do senhor” e também designados ao trabalho (Daniel Janja Bloc Boris & de Holanda Cesídio, 2007).

Giacomini (1988) relata em sua obra “Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil”, que “a continência sexual da branca e a ‘liberdade

sexual' da negra não são senão formas da dominação patriarcal de uma sociedade escravista. O que gera um conflito entre brancas e negras, enquanto umas eram oprimidas sexualmente, outras eram sexualizadas, enquanto umas viviam no ócio, a outras cabiam todos os trabalhos domésticos e o papel de “ama”, que posteriormente, torna-se o de empregada doméstica. Destacando que a mulher negra ‘não tinha domínio sobre seu próprio corpo, não tinha identidade (...) é um instrumento e não uma pessoa com identidade e individualidade’. (Giacomini, 1988)

Ao contrário do que pretendem os apologistas da benignidade do escravismo brasileiro, não houve espaço, senão intersticial, para a pacífica coexistência entre senhoras e escravos. Da mesma maneira, não houve muito espaço para a “solidariedade feminina”, e, muito menos, para a emergência de uma escrava “livre enquanto mulher” (...) a opressão da mulher branca em nosso recente passado colonial-escravista não tem contrapartida numa maior liberdade da negra escrava. (Giacomini, 1988, p. 88)

A reflexão de Vergès (2020) e de Giacomini (1988) traz um grau de importância amplo e importante de ser refletido. Quando se analisa a política no Estado do Rio de Janeiro, percebemos a presença minoritária de mulheres no cargo executivo, porém, ao olhar para mulheres racializadas, apenas Benedita da Silva (PT-RJ) se torna governadora. Benedita tem uma longa carreira na política², no entanto, assume o Poder Executivo, quando era vice-governadora, pois, o governador eleito de sua chapa se afastou para concorrer à presidência da República.

Outro ponto de importante reflexão é a invisibilidade e desprezo em relação ao trabalho de cuidado e limpeza, direcionado na sociedade patriarcal para mulheres racializadas. Ao analisar dados do Instituto Alziras podemos perceber que a divisão de tarefas domésticas nem sempre ocorrem quando mulheres estão em cargos políticos. Ocorrendo o que é chamado de divisão sexual do trabalho, mas que Vergès (2020) traz o caráter racial, social, patriarcal. (Instituto Alziras, 2020)

É importante frisar, entretanto, um outro caráter do trabalho doméstico no Brasil. Castro (2020) explica que mesmo tendo diversas pesquisas acadêmicas que associam o trabalho doméstico remunerado com a desvalorização, desenvolvido por mulheres pretas

² Benedita da Silva, nasceu dia 26 de abril de 1942, na favela da Praia do Pinto, e logo após o nascimento se mudou para o morro Chapéu Mangueira, no Leme, Rio de Janeiro, onde viveu por 57 anos. Formada em Auxiliar de Enfermagem e Serviço Social, foi deputada constituinte em 1988 pelo PT, senadora e a primeira governadora negra do Brasil. Foi ministra de Trabalho e Assistência Social no primeiro governo Lula, onde ajudou a criar o programa Bolsa Família. Fonte: (<https://beneditadasilvaoficial.com.br/>)

remetendo ao período da escravidão em que escravos negros da casa-grande serviam aos seus senhores, por outro lado, a politização, a sindicalização e liderança dentre as empregadas domésticas em busca de direitos modificou a trajetória. Se tornando “classe que cada vez mais descola subjetividades de vivências e entrelaces de distintos processos sociais, como os de gênero e raça.”

Ou seja, participar de um processo político é uma grande arma na luta contra desigualdade e como demonstra Lugones (2020) ainda existe uma despreocupação e uma invisibilização por parte da sociedade em relação ao processo de exclusão e violência vivenciada por mulheres de cor.

4. A Atuação do CEDIM/RJ no período de 2002 a 2022

4.1 Origem, formação e estrutura do Conselho Estadual de Mulheres do Rio de Janeiro, CEDIM/RJ

Ao refletir sobre a desigualdade na participação feminina na política partidária e parlamentar e também sobre a falta de equidade como um todo, torna-se fundamental compreender de onde surgiu e como foi formado o objeto de estudo desta pesquisa, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ).

É primordial explicitar que a criação do CEDIM-RJ foi um resultado da luta de mulheres, e movimentos sociais feministas, no período pós redemocratização. Dessa forma, foi criado em 1987, no governo Moreira Franco o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher CEDIM/RJ, sendo um dos primeiros conselhos de direitos da mulher do país.

O Conselho começa a se formar a partir de 1987, mas passa a entrar em vigor pela Lei Estadual nº 2.837, de 19/11/1997. De acordo com o Diário Oficial, CEDIM/RJ tem como objetivo central garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre ambos os gêneros enquanto exercem a cidadania no Estado do Rio de Janeiro.

Medeiros (2012) conta que desde o governo de Leonel Brizola (PDT) nas eleições de 1982 já havia uma expectativa alta do movimento feminista para criação do CEDIM/RJ, pela pauta brizolista ter um cunho mais progressista. Porém, mesmo tendo militância feminista dentro do partido, não aconteceu.

Com a vitória do PMDB nas eleições de 1986 para o governo do estado do Rio de Janeiro e com a presença das militantes dos movimentos de mulheres e feminista nos quadros do partido, Branca Moreira Alves, Heloneida Studart e Comba Marques Porto, entre outras, atuaram articuladas com as organizações de mulheres e feministas do Rio de Janeiro de forma decisiva para a criação do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cedim). Assim sendo, dois meses após a posse, o governador Moreira Franco (PMDB), criou o Cedim através do Decreto no 9.923/87, vinculado à Secretaria de Estado de Governo (...) em 18 de setembro de 1987, o governador Moreira Franco designou, também por decreto, as 21 integrantes do conselho deliberativo do Cedim, dentre as quais: Branca Maria Moreira Alves, feminista e militante do PMDB, nomeada presidenta do conselho para um mandato de dois anos, prorrogado por mais dois anos. A solenidade de posse de Branca Moreira Alves e das demais conselheiras do primeiro conselho deliberativo aconteceu no Palácio Guanabara, em outubro de 1987. O Jornal do Brasil registrou o evento e publicou a matéria “Estado institui conselho para lutar por direitos da mulher”, na qual destacou o tema da violência contra a mulher. (Medeiros, 2012, p. 107)

O CEDIM/RJ passou a ter como sede um prédio tombado como patrimônio histórico que está localizado no Centro do Rio de Janeiro, em que existe o Espaço Cultural Heloneida Studart e a Biblioteca, em que diversos eventos foram feitos ao longo do marco temporal desta pesquisa e no ano de 2024 está sendo reformado, através de um orçamento estadual oriundo de uma luta de mulheres das representantes da sociedade civil.

Quanto à formação do conselho é feito através da liderança oriunda ou da atual secretaria da mulher, antiga superintendência, ou subsecretaria que anteriormente era vinculada à secretaria dos direitos humanos. Além disso, os membros de movimentos sociais podem se inscrever para participar. É a entidade que entra como liderança, podendo ter troca de mulheres que participam que são representantes desses movimentos. Ademais, existem vagas para partidos políticos. Sendo assim, todas essas representantes montam comissões dentro do próprio CEDIM, uma muito atuante é a de Segurança.

Segundo o último edital para formação do Conselho e ingresso de entidades em 2022, que está no último regimento aprovado pelo Decreto nº 46.052 em 28 de julho de 2017, foram abertas 34 vagas, 17 de titulares, 17 de suplentes. Este processo eleitoral foi composto por três fases: na inicial em que a Instituição recebe as inscrições, na segunda tem uma habilitação e a final, são eleitas as conselheiras habilitadas com votação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e suas participantes vigentes naquele período.

Para preencher os requisitos necessários para participar no Conselho é preciso fazer parte de algum tipo de representatividade referente às diversas expressões do

movimento organizado de mulheres. Somente mulheres podem participar e, entidades que tenham como foco objetivos semelhantes ou não conflitantes com os do CEDIM/RJ, ou seja, garantir a igualdade de oportunidades e cidadania para homens e mulheres. Como por exemplo, fóruns regionais de mulheres, de mulheres negras, mulheres trans, lésbicas, portadoras de deficiência, trabalhadoras rurais, da terceira idade, ou mulheres relacionadas ao empreendedorismo.

Além disso, também poderão participar comunidades acadêmicas, núcleos de estudos de gênero de universidades, instituições de classes, sindicatos, partidos políticos, setores que possam se relacionar a grupos com responsabilidades em relação a promoção da igualdade de gênero em diferentes âmbitos da sociedade.

É possível abrir espaço para participação para organizações que contam com diferentes identidades de gênero, no entanto, para que possam fazer parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, faz-se necessário ter um setor responsável por questões de gênero ou de políticas para mulheres segundo regimento interno, no Art. 6º do Decreto nº 46.052.

Segundo regimento interno, existem pré-requisitos para a entidade participar. É importante enfatizar que quem entra para dirigir o Conselho é a entidade, e não a liderança pessoal. Assim, caso seja necessário trocar as dirigentes é possível. Os pré requisitos para se enquadrar, segundo informações da última seleção, são primeiramente, estar a par de um plano nacional que é focado na autonomia das mulheres “em todas as dimensões da vida”, tais como: a busca da igualdade de gênero, respeito à diversidade, respeito ao Estado laico, e ser antirracista. É necessário também atuar pelos menos há 03 anos para garantir e defender os direitos das mulheres

No ato da inscrição, a entidade que deseja participar precisa enviar documentos que comprovem esse tipo de atuação, sendo fundamental ter como foco a atuação voltada para luta contra desigualdade de gênero. E também uma carta de indicação da líder que será conselheira representante da entidade. Sendo assim, preenchidas 17 vagas para sociedade civil, com uma representante titular e uma suplente.

A composição do Conselho é feita a partir de um tipo de equilíbrio, segundo o Edital: são oito vagas para Entidades, Instituições, Fóruns, Organizações e coletivos com viés feminista ou que atuam em prol da defesa de direitos das mulheres, três vagas para partidos políticos tenham um departamento focado também em prol dos direitos das

mulheres, duas para sindicatos que assim como os partidos políticos, tenham um setor pensado nos direitos das mulheres, duas outras vagas para instituições acadêmicas com pesquisa e produção direcionada para o feminino. E por fim, duas para grupos indígenas e quilombolas que também comprovem esse tipo de atuação.

Entretanto, caso não se preencha as vagas por alguns desses grupos, segundo o último regimento, as vagas ficarão para o primeiro grupo destinados às Entidades, Instituições, Fóruns, Organizações e coletivos com viés feminista. Existe assim uma comissão eleitoral, na qual o Ministério Público é convidado para participar. Essa comissão é desenvolvida por conselheiras do CEDIM/RJ. É importante salientar que para manter a transparência, as conselheiras que serão eleitas para nova gestão não podem participar deste conselho. E o resultado é publicado no mesmo dia em Diário Oficial.

São compostos na diretoria do Conselho de Direitos da Mulher, CEDIM/RJ, a presidente, o conselho deliberativo, secretaria geral e secretaria de finanças. Sendo assim, 42 conselheiras, sendo 34 representantes da sociedade civil (17 titulares, 17 suplentes), 08 representantes do Governo do Estado, sendo 04 titulares e 04 suplentes do mesmo órgão do governo, nomeadas pelo governador, tendo segundo Diário Oficial “contribuído de forma significativa em prol dos direitos da mulher”.

As reuniões são mensais e convocadas pela presidência do Conselho. É possível ter participação pública para quem tiver interesse em estar presente. A presidente do Conselho guia a reunião, mas as pautas são predefinidas anteriormente e tudo que é definido é votado, tendo ampla participação das conselheiras que representam a sociedade civil. Os mandatos são de 04 anos, podendo a entidade entrar novamente para o Conselho.

Do marco temporal de 20 anos, de 2002 até 2022, apenas um mandato teve como presidente representantes da sociedade civil, com Helena Piragibe e posteriormente, liderança de Edna Calheiros.

A luta pela segurança da mulher é uma das bandeiras mais antigas e extremamente importantes em todos os mandatos pesquisados e relacionados ao Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro. Pode-se perceber isso durante a análise das atuações de lideranças dentro do Conselho.

4.2 Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, o que são e como funcionam no Brasil

Antes de trazer um panorama documental sobre os mandatos das presidentes do CEDIM/RJ, deve-se compreender como foram feitas e quais medidas foram ou não tomadas em prol de ampliar e garantir a cidadania para homens e mulheres, como também garantir igualdade de oportunidades dentre ambos, que são os objetivos previstos no regimento interno do Conselho, também é preciso explicar como é o funcionamento de um Conselho e quais são suas atribuições dentro do exercício da democracia no Estado do Rio de Janeiro. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Portanto, torna-se fundamental evidenciar como os Conselhos são formas ativas de participação e de controle social, assim como, maneiras de aprimorar políticas públicas para lidar com os desafios de uma gestão democrática. De acordo com a Cartilha do CEDIM/RJ de 2024, os Conselhos são grupos públicos independentes, tendo cada um deles seu regimento próprio. Estes são criados por decretos ou projetos de lei. E é essencial compreender que cada um tem seu formato. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Segundo esta cartilha do CEDIM/RJ, ele é formado por representantes do governo e da sociedade civil organizada. De acordo com a cartilha, o CEDIM/RJ apresenta grande importância por ter função fiscalizadora, promover políticas públicas, a zelar pela garantia de direitos a grupos determinados pelo seu próprio regimento. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Ao olhar para o início dos Conselhos de Direitos no Brasil, anteriormente, não eram criados por leis e não teriam autonomia em relação ao governo. No entanto, depois do processo de redemocratização, no decorrer da Constituição de 1988, há mudanças e a luta por direitos da mulher ganha destaque. (Silva, Wolff, Scheibe, 2019)

Os conselhos estavam vinculados ao poder local (estadual ou municipal), não sendo criados por lei, e, conseqüentemente permaneciam à mercê dos governos em vigor. De toda maneira, independentemente dessa debilidade estratégica, a atuação dos conselhos, em vários estados, no decorrer da elaboração da Constituição, em 1988, assegurou uma dinâmica benéfica às demandas femininas. Garantiu também uma conjuntura na qual as feministas obtiveram recursos suficientes para formular diretrizes e promover iniciativas destinadas à salvaguarda dos direitos da mulher e à supressão das medidas discriminatórias inscritas na legislação. (Silva, Wolff, Scheibe, 2019, p.6)

Evelina Dagnino (2004) também explicita a mesma questão, como a Constituição de 1988, e o processo de redemocratização trouxe um tipo de frescor para as ideias feministas importantes diante da luta da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. No entanto, ela alerta para a participação ativa da sociedade civil em conselhos que também tem dentro do seu cerne, o poder estatal. Podendo “passar a responsabilidade” estatal para outros organismos dentro da democracia. E a partir disso, pode-se perceber como se deu a participação da sociedade civil, diante também de um novo Brasil, no entanto, também dominado pelo neoliberalismo e redução de direitos.

Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente —mas não só— pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências. Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não governamentais (ONG) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que de uma maneira ou de outra vivenciam a experiência desses espaços ou se empenharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: “o que estamos fazendo aqui?”, “que projeto estamos fortalecendo?”, “não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado?”. O risco —real— que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. (DAGNINO, Evelina, 2004, p. 97)

Fabíola Covas (2008) demonstra que do ponto de vista legal e institucional, o objetivo dos Conselhos seria exatamente próximo ao que a crítica de Dagnino relatou, uma real aproximação entre Estado e Sociedade. Porém para gerar “integração, participação, fortalecimento, fiscalização e controle de pautas de efetivação de direitos fundamentais”. Definindo assim como espaços na instância institucional fundamentais “para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social”.

Um dos outros pontos centrais de ter conselhos é o controle social. Pois, por mais que não tenha função executiva, ele deve contribuir para produção, ampliação e

fiscalização de políticas públicas que se relacionem com seus objetivos e regimento interno. A atuação de um conselho pode ser tanto fiscalizatória, acompanhando as ações dos Poderes Executivo e Legislativo, ou mobilizadora, trazendo a população ou grupos sociais para atuar juntamente, levando informações e propondo políticas públicas, como também, deliberativa, tendo maior intervenção, podendo intervir, formular, propor mudanças e avaliar políticas públicas, e por fim, consultiva, emitindo opiniões. Mas, é fundamental destacar que nenhuma dessas funções são executivas. (Covas, 2008)

Dentro desta questão das funções de um conselho como ferramenta participativa num Brasil pós 1988, no processo de redemocratização, é importante perceber como um ente entre Estado e sociedade civil, que pode contribuir e atuar no processo decisório. Reflete também a necessidade de termos nesse Brasil ainda mais desigual, pós ditadura militar, não somente de participação social, mas de produção de políticas públicas como um todo. (Da Silva, Jaccoud, Beghin, 2005)

A partir de 1988, a construção ou reconstrução dos conselhos nacionais de políticas sociais baseou-se nas críticas ao padrão de relação predominante entre Estado e sociedade no Brasil, que seria marcado pela falta de democratização do processo decisório e à ineficiência da máquina pública. Assim, tais espaços seriam antídotos aos problemas da burocratização, do corporativismo, do patrimonialismo e da captura dos espaços públicos por interesses privados no âmbito das políticas sociais. Distintos arranjos de participação foram instituídos nas diversas áreas das políticas sociais, inserindo, no interior do Executivo, novos espaços institucionais que contam com a presença do governo e da sociedade civil, com atribuições que transitam entre a cogestão, a deliberação e a organização da agenda política (...) De forma sintética, os conselhos são instâncias públicas, localizadas junto à administração federal, com competências definidas e podendo influenciar ou deliberar sobre a agenda setorial, sendo também capazes, em muitos casos, de estabelecer a normatividade pública e a alocação de recursos dos seus programas e ações. Podem ainda mobilizar atores, defender direitos, ou estabelecer concertações e consensos sobre as políticas públicas. Em qualquer dos casos, ou seja, em acordo com as linhas de ação do Estado ou em conflito com elas, contribuem para a legitimação das decisões públicas. (Da Silva, Jaccoud, Beghin, 2005, p. 380)

Assim como relatado pela cartilha do CEDIM/RJ, Covas (2008) destaca que os conselhos não apenas são órgãos colegiados compostos por sociedade civil e governo, como também, devem ter paridade com essa representação. O chefe do Poder Executivo geralmente é quem determina quem são os representantes do governo, já os membros da sociedade civil seguem a lei e o regimento interno. Conselhos não devem estar atrelados

diretamente aos partidos políticos, devendo estar abertos à diversidade de tendências ideológicas.

Em relação aos recursos financeiros e orçamentários, Covas (2008) demonstra que essa designação deve ser prevista no anteprojeto de criação, e que o todo o apoio administrativo se deve à secretaria que está vinculado o Conselho em si.

Segundo a Cartilha do CEDIM/RJ, os conselhos são grupos independentes, criados por lei e regras próprias assim como relatado por Covas (2008), no entanto, destaca também como esses grupos atuam quando são direcionados ao feminino. Sendo vistos como “indispensáveis” para acabar com a discriminação contra as mulheres, garantir melhores condições de liberdade, igualdade de direitos e oportunidades, e ampliação feminina no protagonismo político, atividades econômicas e culturais, os conselhos são de extremo valor dentro da democracia. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

4.3 CEDIM/RJ, Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, Comissões e atuações

Uma questão importante é explicitar que dentro da composição do CEDIM/RJ, existem Grupos Temáticos e Comissões. Elas podem ser temporárias ou permanentes, são focadas em temas específicos, uma Comissão que no período avaliado tem uma forte presença e foco na maioria dos mandatos é a Comissão focada na Segurança da Mulher. Tendo como objetivo não somente, estudos e pesquisas sobre esta área, mas também a ideia de desenvolver propostas concretas sobre a temática da Comissão. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Lembrando que a criação da comissão deve ser submetida à votação, assim como as decisões elaboradas de forma interna. Na prática, dentro do que foi observado ao participar de uma reunião ordinária mensal do Conselho CEDIM/RJ na própria análise documental e corroborado em entrevistas de forma geral, as comissões funcionam e atuam ativamente. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Por exemplo, as mais recentes comissões ativas (2024) são a Comissão Especial de Segurança da Mulher - criada em 1999, como uma das primeiras e mais ativas comissões do Conselho – a Comissão de Saúde, que tem como foco a luta contra Violência Obstétrica, a Comissão de Acompanhamento Eleitoral dos Municípios,

Comissão do Grupo Costurando Moda com Direitos, e Comissão do PPA 2024-2027, o PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, trata-se de um documento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos por um governo. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Segundo o regimento do Conselho, as comissões precisam definir os objetivos específicos, como será sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos, é permitido também trazer representantes de órgãos e entidades públicos e privados e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para participar de forma ativa. (Secretaria de Estado da Mulher & Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, 2024)

Uma das comissões que é essencial destacar nesta pesquisa é a Comissão Especial de Segurança da Mulher, criada em 1999 pelo Decreto 25.208, e passou a estar vinculada ao CEDIM/RJ, em 2001, pelo Decreto 27.865. Esta é sempre coordenada pela presidente do Conselho e tem em sua composição, pessoas atuantes e reconhecidas na luta contra violência contra mulher. A defesa da segurança da mulher, e a luta contra a violência doméstica é um dos pilares mais importantes dentre as pautas do CEDIM/RJ ao longo dos anos. A necessidade de debater esse tema e combater o feminicídio é realidade mundial. Tanto que a temática esteve presente na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, por iniciativa das Nações Unidas, em 1997 e atualmente o assunto ainda tem sido debatido, pois, os números referentes à violência contra mulher continuam muito altos índices de feminicídio em diversas partes do mundo. (De Jesus, 2010)

O Brasil atendeu ao que foi solicitado pela Resolução n. 52/86 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 12 de dezembro de 1997, no que tange à Prevenção ao Crime e Medidas da Justiça Criminal para Eliminar a Violência contra as Mulheres, elaborando uma lei penal, Lei n. 10.886, de 17 de junho de 2004, acrescentou o § 9.º ao art. 129 do Código Penal (CP), o qual descreve o delito de lesão corporal, com objetivo de coibir a violência doméstica. No entanto, não foi suficiente nem do ponto de vista legal, nem do ponto de vista concreto, quando se observa os números atuais. (De Jesus, 2010)

Souza, T. M. C., & Rezende, F. F. (2018) demonstram como a violência especificamente contra mulher traz danos não somente físicos, como também psicológicos, morais, patrimoniais e sexuais. E além disso é oriunda da desigualdade de gênero, como já foi relatado vem de uma concepção da superioridade masculina resultado de uma sociedade de formação patriarcal, mas também da ideia da virilidade relacionada à masculinidade e violência. É importante perceber que apesar da violência de gênero,

ainda existem dificuldades para aplicar uma efetivação de políticas públicas de enfrentamento da violência.

A ex-governadora Benedita da Silva assinou um decreto em 1999 colocando como dever do Estado instituir o combate a violências nas relações, e assegurar assistência a cada integrante da família. Mesmo que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher tenham sido criadas, anteriormente pela LEI nº 1340, de 23 de agosto de 1988, no governo Moreira Franco. (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

Sendo assim, o Governo Estadual e Federal passou a se comprometer para desenvolver políticas públicas com objetivo específico de erradicar a violência contra mulher e todas as formas discriminatórias. Este documento é também apoiado e assinado pelo CEDIM/RJ, assinado pela então presidente do Conselho em 1999, Lígia Doutel de Andrade. (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

Instituída a Comissão Especial de Segurança da Mulher, dentro do âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública para apoiar a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania com os seguintes objetivos: identificar as necessidades relativas ao atendimento nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, DEAMs; criar uma ponte entre Governo e Sociedade Civil, ampliando canais de expressão para movimentos feministas ou que gerem debate sobre desigualdade de gênero. Por fim, também cabe a Comissão, auxiliar na capacitação policial, profissionais da Saúde, do Direito no que for referente à violência contra mulher. E também, ajudar a monitorar políticas de segurança pública referente à mulher e trazer propostas para gerar um crescimento de serviços públicos de proteção à mulher. (Rio de Janeiro, 1999)

A Comissão de Segurança quando instituída foi composta pela Subsecretária Adjunta da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania e da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Bárbara Musumeci Soares), Subchefe da Polícia Civil (Martha Mesquita da Rocha), Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ (Lígia Doutel de Andrade), Professora de Direito (Glória Márcia Percinoto), Defensora Pública e Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ (Rosane Reis Lavigne), Coordenadora da Casa da Mulher de Volta Redonda (Maria da Conceição Santos), participante do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro (Nair Jane de Castro Lira), diretora da Ong Cepia que atua em defesa dos direitos humanos, acesso à justiça e combate à violência contra a mulher (Leila Linhares Barsted), Presidente do SER-MULHER e Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM. (Graciela Rodrigues). (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

Os objetivos dessa comissão são extremamente importantes em relação ao legado desse Conselho. Pois como foi relatado e destacado, é uma das bandeiras mais atuantes. Portanto, são eles, ajudar na fiscalização de políticas públicas na parte de segurança pública referente à mulher que sofre qualquer tipo de violência. Além disso, criar, sugerir e supervisionar políticas públicas de ordem preventiva, promover e defender os direitos das mulheres dentro do território fluminense. (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

Também se constitui como função trabalhar identificando necessidades e serviços essenciais nas redes de atenção às mulheres vitimizadas pela violência, sugerindo melhorias, identificando informações e acompanhando denúncias. Sempre no intuito de treinar melhor as equipes nas áreas do Serviço Social, Educação, Justiça, Saúde e Trabalho, como também, conseguir melhores condições para diversas demandas relacionadas como atendimento psicológico, abrigo, cursos profissionalizantes, trazer novos e aprimorados protocolos de atendimento. (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

A Comissão deve buscar estabelecer comunicação e conscientização com a sociedade através de cursos, eventos, artigos em jornal, comentários relacionados à conjuntura atual, notas de repúdio sobre situações e assuntos relevantes e muito comentados naquele momento na sociedade. Por fim, também está estabelecido pela Comissão, o incentivo à pesquisa na parte de violência de gênero contra a mulher e trazer proposições para campanhas de prevenção. (Governo do Rio de Janeiro, 1999)

4.4 Luta contra violência e a atuação do CEDIM/RJ nos primeiros anos analisados

Ao realizar uma análise documental da atuação do CEDIM/RJ, no período de 2002 a 2022, primeiramente é basilar explicitar que a grande maioria da documentação do Conselho CEDIM/RJ está localizada na Rua Camerino, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, como o prédio estava em reforma e não houve uma preservação total da documentação, infelizmente, vários mandatos de presidentes e líderes tem pouco material referente. O que pode causar uma certa dificuldade no aprofundamento desta análise. No entanto, a fim de amenizar a falta de informações, foi feito um esforço de mobilizar a história oral como metodologia de pesquisa qualitativa, que será apresentada no capítulo seguinte, num total de oito entrevistas de cerca de 1 hora, com lideranças importantes do Conselho, a partir de um questionário semiestruturado, a fim de compreender um pouco

mais como o CEDIM/RJ de fato, contribui para a cidadania da mulher no Estado do Rio de Janeiro, e principalmente para equidade de gênero e oportunidades.

Esta análise tem como início o mandato da delegada Martha Rocha em 2003, como presidente do CEDIM/RJ, pois o de Ana Lipke teve apenas um ano de mandato. Para contextualização, é basilar demonstrar quem eram as presidentes dos mandatos pesquisados do Conselho de Direitos da Mulher. Faz-se mister destacar que este capítulo é totalmente baseado na base de dados físicos da biblioteca do Conselho Estadual de Direitos da Mulher/RJ, e também de documentos oficiais como Diário Oficial, e arquivos da imprensa.

Sendo assim, a análise começa pelo mandato de Martha Rocha. Martha Mesquita da Rocha se formou na Universidade Candido Mendes (UCAM) em Direito e tem especialização em Direitos Humanos, e também em Administração Pública e Políticas Públicas. Atualmente ocupa o cargo de deputada estadual na Assembleia Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

Quando assumiu a presidência do CEDIM/RJ, Martha Rocha era subsecretaria de políticas para as mulheres, que era parte da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (assim como a maioria das mulheres que foram presidentes do Conselho, exceto as superintendentes que seriam as suplentes, e nos períodos que a sociedade civil assumiu a liderança, assim também, ocorreu no período seguinte quando foi criada a Secretaria da Mulher, tendo a secretária como presidente do CEDIM/RJ). Martha tem um histórico muito direcionado para a preocupação com a segurança da mulher. Sua experiência como a primeira mulher delegada de polícia, também esteve presente no CEDIM/RJ.

No dia 08 de março de 2003, Martha Rocha assinou como presidente do CEDIM/RJ, um artigo para o jornal “O Dia”, mostrando como as mobilizações do dia da mulher sempre acontecem levando a uma reflexão sobre a data, no entanto, mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, ainda existem preconceitos, mesmo com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), comprovando que o apoio à força de trabalho feminina tem impacto significativo sobre o crescimento econômico. (Rocha, 2003)

Durante o mandato houve uma comemoração no dia 12/03/2003, o CEDIM/RJ distribuiu bolo na rua para comemorar dois anos da criação de mais um Centro de Atendimento à Mulher (Ciam)³. Segundo informações do CEDIM/RJ, nos dois anos de

³ Centros integrados e especializados que atendem mulheres vítimas de violência.

existência, foram feitos 15.022 atendimentos a mulheres em situação de discriminação e violência através do Ciam. A equipe é formada por cinco psicólogas, cinco assistentes sociais, duas advogadas. Ainda em 2003, O Disque Mulher conseguiu atender cerca de cinco mil ligações pedindo orientação. De acordo com a nota, a então presidente do CEDIM/RJ, delegada Martha Rocha, quis realizar uma comemoração na rua a fim de sensibilizar a importância desta conquista, e para a pauta em si, visando os homens para a questão da violência contra a mulher. Ela chama a atenção para o fato de serem realizados mensalmente cerca de 600 atendimentos.

Ainda dentro do escopo da luta contra à violência doméstica, CEDIM/RJ organizou em setembro de 2003, juntamente com a faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá, um mutirão para arrecadação de absorventes, fraldas descartáveis para internas da penitenciária Talavera Bruce. Além de atendimento jurídico gratuito, feira de artesanato e palestras sobre violência contra mulher.

Em fevereiro de 2003, próximo ao Carnaval, o CEDIM/RJ promoveu músicas carnavalescas no seu espaço cultural Heloneida Studart, localizado junto à sede do conselho, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, o evento Vinil de músicas carnavalescas, No mês seguinte, março, mês da mulher, houve uma amostra especial de cinema no espaço cultural do Conselho, o uso do espaço também foi utilizado para gravação de um projeto próprio chamado Memória Viva, valorizando a história de mulheres importantes. No mesmo mês, também foram promovidos: cursos profissionalizantes, amostras, exposições, sessões de cinema e o lançamento da cartilha “Mortalidade Materna e Acesso à Justiça”. Além de promoção de cursos profissionalizantes para mães de família, em parceria com BID, Bando Interamericano de Desenvolvimento.

CEDIM/RJ entra em acordo com DETRAN para auxiliar no programa “Mulheres em Movimento” auxiliando em 2.445 profissionais, 50% da força de trabalho, analisando necessidades e expectativas dessas mulheres. O Conselho estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), órgão da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão; com a Fundação Cide, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo lançaram o banco de dados chamado A Condição Feminina no Estado do Rio de Janeiro.

Em maio de 2003, CEDIM/RJ inaugura um curso profissionalizante online sobre violência de gênero, gratuito. No mesmo mês fecha uma parceria com a Amebras/RJ (Associação de Mulheres Empresárias do Brasil no Estado do Rio de Janeiro), o Cedim fez a exposição Grandes Damas do Samba, comemorando 75 anos da escola de samba Estação Primeira de Mangueira com a apresentação de fotos e peças.

Como parte do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, em maio, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher participou do primeiro Fórum Fluminense Maternidade Segura e Cidadania, evento promovido pela Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos com parcerias do CEDIM/RJ.

Em julho de 2003, o CEDIM/RJ trouxe um seminário sobre mulheres executivas na sociedade fluminense. Justamente com objetivo de ampliar a participação política feminina do Estado. Além disso, também pretendia analisar e perceber quais desafios teriam em relação à presença da mulher no Poder Executivo do Estado.

Em 04 de setembro de 2003, CEDIM/RJ com uma outra parceria com a Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (Cide) lançou o Projeto Condição Feminina, disponibilizando um banco de dados com estudos sobre situações política, econômica e social de mulheres em 92 municípios fluminenses, sendo divididos em seis áreas temáticas- população, trabalho, educação, saúde, violência e participação política.

Em outubro de 2003, a Coordenadoria Estadual da Juventude, vinculada à Secretaria Estadual de Ação Social, fechou um convênio de cooperação com o CEDIM/RJ para capacitar jovens envolvidos nos programas da coordenadoria, para fazer uma assessoria e promover a igualdade de gênero, como também atuar no combate à discriminação contra a mulher.

O conselho tem ações não somente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em maio de 2003, foi criado o Núcleo de Articulação de Mulheres na Baixada Fluminense - NUAMB – este é um serviço oferecido pelo CEDIM/RJ, em convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense (SEDEB) e com o Programa Nova Baixada da Secretaria de Estado de Integração (SEIG). A atuação seria em articular instituições da Baixada Fluminense que atendam demandas específicas de mulheres, organizações não governamentais e sociedade civil, a fim de implementar ações conjuntas para reduzir as desigualdades sociais, com atenção a questão de gênero, especialmente no que diz respeito a segurança e a cidadania.

É muito relevante também trazer que o CEDIM/RJ com intuito de disseminar dentro da sociedade o combate à violência doméstica e as discriminações contra mulheres, também atuou de forma opinativa em relação à análise de conjuntura. Em setembro de 2003, a Rede Globo de Televisão trouxe o debate da violência contra mulher à tona. Nos episódios da novela “Mulheres Apaixonadas”, a personagem Raquel sofreu violência doméstica com cenas pesadas e resolveu buscar ajuda numa Delegacia de Atendimento à

Mulher, DEAM no Rio de Janeiro. Além disso, a personagem de Helena Ranaldi também foi a um Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam). Martha Rocha, como presidente do CEDIM/RJ, comentou a situação e alertou que era importante a ação da personagem. "As ameaças psicológicas, os maus tratos físicos e quaisquer tipos de violência contra a mulher devem ser denunciados".

Em setembro de 2003, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher lançou o livro: "As Mulheres e o Poder Legislativo no Estado do Rio de Janeiro: Lugares, Perfis e Experiências Municipais". Essa publicação contribuiu para ajudar a ampliar a participação feminina na vida política. A presidente Martha Rocha, explicou que esperou com esse lançamento um crescimento do debate nos partidos políticos e na sociedade a respeito da presença das mulheres na vida política e também para fornecer elementos com base de dados e experiências, visando aumentar o conhecimento para as mulheres que possam participar de disputas eleitorais. Esse livro foi um resultado de uma pesquisa com vereadoras, deputadas e candidatas às eleições de 2000. Uma parte dessa publicação foi feita durante os três cursos de capacitação para candidatas, feito pelo CEDIM/RJ nas cidades do Rio de Janeiro, Barra Mansa e Búzios.

Além disso, outra temática ainda não relatada no mandato de Martha Rocha até agora foi o enfrentamento ao racismo. Enquanto grande parte do trabalho do Conselho foi direcionado ao combate à violência doméstica, investimento do ponto de vista profissionalizante, pode-se perceber que a temática não tinha grande protagonismo em 2003. Mas, teve o evento, mesa-redonda debatendo o livro "O Sortilégio da Cor, Identidade, Raça e Gênero no Brasil", da pesquisadora, psicóloga, advogada e cientista social Elisa Larkin Nascimento.

Além disso, no mandato da delegada Martha Rocha que foi direcionado principalmente para a parte de segurança da mulher, e da advogada e política Ana Maria Rattes, em 2004, houve a ampliação do atendimento às mulheres vítimas de violência com mais um Ciam, Centro Integrado de Atendimento à Mulher na Baixada Fluminense. Todos os Ciams prestam assistência social, jurídica e psicológica às mulheres que foram vítimas de violência ou estão em risco eminente de sofrer algum tipo de violência. É um serviço do CEDIM/RJ com vínculo com a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos do Cidadão, ou seja, com recursos do Estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que só foi criada a Secretaria da Mulher posteriormente no início de 2024, ou seja, todos os outros serviços teriam vínculos com Secretarias relacionadas aos Direitos Humanos.

Ainda em 2003, houve no campo cultural uma peça de teatro desenvolvida por jovens da comunidade do Complexo da Maré para comemorar 03 anos do Centro Integrado de Atendimento à Mulher, Ciam, no Centro do Rio. Na data o Ciam já teria prestado mais de sete mil vítimas de violência.

Ainda dentro deste mesmo ano, mas no mandato da delegada Martha Rocha, ela se reuniu com lideranças em Nova Friburgo para implantação de um Centro Integrado de Atendimento à Mulher, Ciam, para atender aos municípios serranos. Além de ter feito parcerias com prefeituras para manter o funcionamento de treze Niams, os Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher⁴. Eles prestam orientação especializada às mulheres e estão funcionando nos municípios de Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa, Resende. Quissamá, Três Rios, Angra dos Reis, Marica, Itaperuna, Queimados, Niterói e Nova Iguaçu.

É possível perceber que o foco maior é sempre na luta contra violência doméstica, no entanto, houve também em 2004, a organização da Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, presidida pela então governadora Rosinha Garotinho, para definir propostas focadas no plano nacional de políticas da mulher, a fim de trazer sugestões dos grupos feministas do Estado do Rio de Janeiro ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Neste evento seria redigido um documento pelo CEDIM/RJ para ser apresentando na Primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres, de 17 a 19 de junho, em Brasília.

Ainda em 2004, o CEDIM/RJ no campo cultural promoveu uma apresentação do Coral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para o lançamento e a noite de autógrafos do livro “Ser Mulher”, da escritora Simone Magalhães Freitas. A temática gira em torno do universo feminino, desejos e anseios, mostrando o que é ser mulher, sem medos e preconceitos.

No mandato de Ana Maria Rattes, o maior debate girou em torno da legalização ou não do aborto em 2004, quando o Supremo Tribunal Federal, na figura do ministro Marco Aurélio de Mello, autorizou um pedido de aborto legal por anencefalia do feto, o que não era comum na legislação brasileira, já que era permitido aborto apenas em caso de estupro ou de risco para a vida da gestante.

⁴ O NIAM é um espaço dedicado ao apoio e atendimento de mulheres que compareçam à Delegacia de Polícia e desejem registrar a ocorrência da violência por elas sofrida, oferecendo um ambiente seguro e livre de julgamentos, com o objetivo de promover a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher.

No entanto, essa liminar do ministro Marco Aurélio de Mello, teve quatro meses depois uma tentativa de cassação, a partir de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) (...), um instrumento jurídico ainda pouco utilizado na jurisprudência brasileira, que visa permitir a interpelação da sociedade civil na Suprema Corte. Assim, a liminar foi derrubada.

Quando se trata da temática aborto, a legislação brasileira geralmente tende a ser conservadora, por isso, houve uma revisão dos dois permissivos legais do Código Penal, para dessa forma a revogá-los ou torná-los ainda mais restritivos. Existindo ainda a questão de quando começa a vida. Mesmo assim, na última década, houve tentativas de emendas constitucionais para retirar os excludentes de penalidade do aborto ao sustentar o pressuposto moral do direito à vida do feto desde a fecundação, sem pensar na questão dos direitos sexuais e reprodutivos. (Diniz, Vélez, Gonzalez, 2008)

Essa compreensão equivocada da democracia representativa associada à forte influência da moral cristã na história política e social do Brasil abre espaço para diferentes compromissos com a razão pública laica entre diferentes representantes da estrutura básica da sociedade. No Brasil, o Congresso Nacional é considerado a expressão da democracia representativa, sendo a ideia de representação entendida no sentido estreito de cacofonia moral e não como a promoção de interesses defensáveis para a vida pública de um Estado laico a partir de uma pluralidade de argumentos. É nesse contexto de pouca cultura e tradição democrática que a Suprema Corte assume um papel ainda mais preponderante para garantir não apenas a secularização do Estado, mas principalmente que o confronto argumentativo dar-se-á em bases defensáveis e fundamentado na razão pública laica. (Diniz, Vélez, Gonzalez, 2008, p.649)

A então presidente do CEDIM/RJ, Ana Maria Rattes, se posicionou diante deste debate e em nome do Conselho num artigo de jornal.

Permitir o aborto somente em casos de estupro ou quando a mãe corre risco de vida - segundo nossa legislação, que data de 1940 - é desconsiderar uma realidade de 800 mil mulheres que abortam todos os anos no Brasil. O aborto é, hoje, a quarta causa de morte materna no país e, quando realizado em condições de risco, frequentemente é acompanhado de complicações severas. Esses efeitos senão menos danosos se houvesse alterações na lei para proteger a saúde da mulher. O efetivo estabelecimento de políticas e programas que cubram a rede pública de saúde é fundamental para a reversão desse quadro. O aborto clandestino quase sempre é usado como método contraceptivo, embora não seja, como forma de se livrar da gravidez indesejada. O ideal seria o estabelecimento de mecanismos de atendimento específicos, difusão de informações corretas e implantação de serviços de planejamento familiar

para dar as mulheres esclarecimentos e métodos contraceptivos (camisinha, DIU, pílula, diafragma etc) para que possam exercer o controle efetivo da sua fecundidade (...) O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio é defensor de amplo debate, nos moldes do que propõe a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Também é favorável ao aborto de fetos sem cérebro (anencefalia), independentemente de questões religiosas ou ideológicas. O ponto crucial é a decisão da mulher sobre seu próprio corpo, de optar ou não pela gravidez, amparada por sistema de equipamentos públicos capazes de permitir o acesso a um planejamento familiar adequado.

Essa relação do Direito com sexualidade e reprodução tem gerado debates mais recentes, ainda novos dentro da área. Mesmo assim, está dentro dos debates acadêmicos e nos foros políticos. Mas ainda, devido as dificuldades de trazer o debate à tona, e a falta de informações, assim como tabus sobre o tema, essa temática não está tão presente nas conversas onde prevalece o senso comum. Já existe uma bibliografia sobre saúde sexual e reprodutiva, assim como sobre questões relativas ao planejamento familiar, principalmente quando estão ligadas à questão demográfica. No entanto, no campo do direito ainda existem alas mais conservadoras e a questão só foi mais debatida na segunda metade do século XX. (Aldana, Winckler, 2009)

O aborto, que continua sendo encarado pela Igreja Católica somente como problema ético, para o movimento de mulheres já passa a ser visto como um dos direitos reprodutivos – pois com ele se determina o grau de domínio que a mulher pode ter sobre seu próprio corpo – e como uma questão de saúde da mulher e de saúde pública. Essa duplicidade de visões tem marcado o debate que se trava no Congresso nacional sobre a reprodução humana no Brasil. (Aldana, Winckler, 2009, p. 168)

É importante refletir sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O direito ao aborto legal, a saúde reprodutiva, e à escolha sobre o próprio corpo. Se a sociedade brasileira ainda tem como elite política homens brancos, no final, são eles que vão legislar sobre o corpo das mulheres que são grande parte da população. Como foi relatado, as questões religiosas, morais, a inexistência de educação sexual efetiva faz com que boa parte da população rejeite a legalização do aborto, ou alguma medida efetiva e dentro da realidade focada na saúde das mulheres. (Soares, 2021)

Todas as mulheres possuem o direito ao amor, ao carinho ao cuidado e a tomarem as decisões sobre seus corpos e seus relacionamentos, independente do Estado, dos homens, da família, das igrejas e da sociedade. No Brasil, o Decreto nº 1.904 de 13/05/19% estabeleceu o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH em que temos a base de quais são os direitos humanos pelos quais o país deve zelar. Chamamos de direitos sexuais os direitos que cada mulher possui de desfrutar de relações sexuais e amorosas satisfatórias e seguras, ou seja, construídas através da livre escolha, da informação e da autonomia sentimental, social e cultural. Lutamos pelo nosso direito a construir relacionamentos livres de coerção, de violência psicológica, patrimonial e sexual, chantagem, manipulação e exploração sexual. Isso inclui também o direito à livre orientação sexual, identidade de gênero e a decidir se e quando engravidar e ser mãe. Os direitos reprodutivos estão ligados aos direitos sexuais, mas dizem respeito ao conjunto variado de condições necessárias para que qualquer mulher possa decidir e se informar sobre sua reprodução e temas relacionados como adoção, aborto, tutela, guarda e outras modalidades da família. (Soares, 2021, p.24 e 25)

No ano seguinte em 2004, foi inaugurado o espaço cultural Heloneida Studart homenageando a jornalista, escritora, política, feminista e mãe de seis filhos, que foi perseguida e presa pela ditadura militar em 1969.

Foi concedido pelo Estado, no ano de 2008, o valor de R\$ 1.000.000,00 para implantação de Centros Integrados de Atendimento à Mulher: Ciam-Médio Paraíba e CIAM-Norte Fluminense. O convênio previu um investimento de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), com a quantia de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para a execução das ações de implantação do Centro Integrado de Atendimento à Mulher do Médio Paraíba: incluindo a capacitação de profissionais do Centro Integrado do Atendimento à Mulher do Médio Paraíba e do Centro Integrado de Atendimento à Mulher do Norte Fluminense. Em 2009, as metas eram a implantação: do Centro de Referência da Mulher no município de Silva Jardim, a segunda meta, ampliação de serviços de atendimento no município de Duque de Caxias: CRAM⁵ e CRAM Itinerante, e Centro de Educação e Reabilitação do Agressor e realização de cursos de Capacitação para as mulheres atendidas na Casa da Mulher do município.

⁵ As mulheres em situação de violência são acolhidas no CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher, onde recebem atendimento especial para a superação da situação.

Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/cram-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher>

O objetivo era reduzir índices de violência com a implantação de serviços e da capacitação das usuárias, para informar, prevenir e fomentar a criação de medidas para superar as situações de violência contra as mulheres.

Em novembro de 2007, o Estado do Rio de Janeiro, que é signatário do Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, afirmou que adotaria como prioridade a ampliação das políticas de enfrentamento à violência, a implantação e consolidação de serviços de atendimento, de acordo com a Lei 11.340/06. Apresentando o que foi deliberado na 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres- II CEPM. Esse documento conclui a partir de uma análise da realidade brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

No entanto, no que se refere às conclusões, houve um número reduzido de adesões ao Plano Nacional no estado do Rio de Janeiro, comprometendo essa implementação. Segundo o estudo, em 2007, menos de 11% dos prefeitos fluminenses aderiram ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Concluindo também um número insuficiente de recursos institucionais no Estado do Rio de Janeiro (Secretarias, Subsecretarias, Superintendências, Coordenadorias) para o desenvolvimento das políticas para as mulheres.

Outra conclusão importante para a formulação de políticas públicas, em geral, existe um tipo de setorização na qual a questão da mulher é ignorada. Ou seja, não existe ainda um consenso de que questões de gênero estão em âmbitos multidimensionais, sendo necessário o envolvimento de mais de um setor da administração pública em muitos casos, o que ainda é aquém dentro do Plano Nacional.

Além de se observar a importância de termos em um planejamento público pensando nas dimensões diversas em que a mulher está inserida, não se pode ignorar especificidades geracionais, raça, outras dimensões de gênero, orientação sexual, ou necessidade para portadoras de deficiência. Na 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres- II CEPM, este tópico ficou definido segundo a documentação como importante para ser colocado em prática.

Para que todos os pontos anteriores deste documento oriundo desta Conferência gerem resultados é preciso investimento na capacitação dos servidores públicos. O que se concluiu é ainda são reduzidos os recursos para tal, tanto no sentido do planejamento com

a perspectiva de gênero, quanto da gestão de forma compartilhada entre os diversos setores e esferas de governo.

Nesta pesquisa tem-se mostrado uma ampliação por parte do Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio em relação a criação de Centros Integrados, e houve alguns estímulos a criação de Conselhos Municipais, com capacitação em diversas áreas do Estado do Rio, principalmente no interior. No entanto, ainda existe uma vulnerabilidade do Controle Social: menos de 20% dos municípios fluminenses tem Conselhos Municipais, e os movimentos sociais também não conseguem implementar o Plano Nacional no Estado do Rio de Janeiro em todos os espaços.

Na análise documento foi possível perceber o relato de algumas delegadas e representantes do Poder Político municipal mostrando que várias ações contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estão em andamento nos municípios por integrarem a programas nacionais, como os do Ministério da Saúde ou do Ministério da Educação. Foram também apontadas ações vinculadas aos programas nacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR.

Foram incluídos eixos para futuros debates chamados: Educação inclusiva, não-sexista, não racista e não homofóbica. "Gênero Meio Ambiente e Sustentabilidade" no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, refletindo sobre a importância de promover ações de desenvolvimento sustentável, políticas específicas de apoio às trabalhadoras rurais e às mulheres das populações tradicionais, como também, promover a qualificação das mulheres, visando à inclusão no mercado de trabalho, a geração de renda, o acesso à alfabetização. Outra meta citada foi a valorizar da produção cultural e científica das mulheres, através de criação de um sistema integrado de cultura e ciência, formulada por diversos países durante a ECO-92.

Em relação ao aborto garantir o abortamento previsto em lei pela rede de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS). Ampliar o atendimento humanizado neste caso, com profissionais capacitadas, principalmente pensando as especificidades de raça, cor, cultura. De 2011 até 2015 não foram encontrados documentos no acervo físico disponível do CEDIM/RJ.

4.5 Mudança de Regimento e Liderança da Sociedade Civil

Em 2016, o Conselho de Direitos da Mulher, CEDIM/RJ, passou por uma grande modificação oriunda de uma luta interna liderada pela sociedade civil presente na figura das conselheiras. A presidência do CEDIM/RJ sempre ficou com a Superintendente, ou Subsecretária de Direitos Humanos, acumulando a função de liderar o Conselho e também de estar à frente de um cargo público, e político ligado ao Governo do Estado. Por mais, que na concepção de um Conselho e do próprio regimento interno do CEDIM/RJ esteja a independência como um fator importante, ainda era um entrave em certas situações.

Por isso, em 2016 houve uma mobilização para alteração da Lei do CEDIM/RJ que contou com apoio da deputada estadual, Enfermeira Rejane do PC do B, alterando artigo 4o, da Lei Nº 2.837, de 19 de novembro de 1997, que passando a ter a seguinte redação:

Art. 4o - Integrará a estrutura do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher CEDIM/RJ um Conselho Deliberativo composto por 42 (quarenta e duas) conselheiras, 21 (vinte e uma) titulares e 21 (vinte e uma) suplentes, sendo 34 (trinta e quatro) representantes da sociedade civil, com 17 (dezessete) titulares e 17 (dezessete) suplentes da mesma instituição, e 08 (oito) representantes do Governo do Estado, sendo 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes do mesmo órgão governamental, escolhidas dentre mulheres que tenham contribuído de forma significativa em prol dos direitos da mulher, e serão denominadas Conselheiras, nomeadas pelo Governador, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo haver uma recondução consecutiva. Art. 2o- Fica alterado o parágrafo 1o do artigo 4o, da Lei Nº 2.837, de 19 de novembro de 1997, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 4o (...) § 1o - A escolha dos integrantes do Conselho Deliberativo contemplará as diversas expressões do movimento organizado de mulheres, representantes de redes feministas, de fóruns regionais de mulheres, de fóruns de mulheres negras, de núcleos de estudos de gênero das universidades, de instituições de classes, de sindicatos, de partidos políticos e de órgãos públicos entre outros.

A maior alteração e de grande vitória para a sociedade civil foi a alternância de poder entre Governo e Sociedade Civil no que tange à presidência do Conselho. Art. 4o - Fica alterado o artigo 5o, da Lei Nº 2.837, de 19 de novembro de 1997, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º- A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/RJ será eleita entre as Conselheiras e nomeada pelo Governador, observando a alternância entre órgão governamental e sociedade civil.

As duas principais lideranças, para promover essas mudanças na de Lei de Criação do CEDIM/RJ, foram a ativista política, professora e advogada Helena Piragibe e a professora e ativista política Edna Calheiros durante o mandato da sociedade civil. Em 2018, a principal luta se tornou a captação de recursos, já que desde a sua fundação, o fundo especial do CEDIM/RJ não recebeu os recursos previstos legalmente para garantir a estrutura para seu funcionamento.

Durante o mandato de Helena Piragibe houve a pandemia do covid-19, tendo assim a necessidade de suspender as atividades presenciais. Ainda assim, o Conselho conseguiu se adaptar e promover reuniões online e conteúdo de capacitação utilizando plataformas digitais. Segundo os relatórios internos eles contribuíram para que o encontro do Fórum Estadual dos Conselhos e Gestoras Municipais fosse online e tivesse uma boa qualidade. Sendo desenvolvidos 14 eventos online alcançando mais de 3 mil inscrições, essas palestras estão disponíveis na íntegra nas redes sociais do CEDIM-RJ (Facebook e Youtube).

Durante o período da pandemia, o CEDIM/RJ manteve o foco direcionado à questão da violência contra mulher, participando de mais de 30 reuniões online com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), com a Rede: Juizado da Violência Doméstica e Familiar, Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), Ministério Público (MP-RJ), Delegacia de Atendimento à Mulher (Deams) e Secretaria de Saúde a fim de refletir e buscar soluções de atendimento as mulheres vítimas de violência, agravada pelo isolamento social.

Diversas reuniões foram realizadas nos anos de 2020 e 2021 para discutir a ocupação dos serviços no prédio do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) da Baixada Fluminense e a retomada do acordo com a Defensoria Pública; falta de segurança e continuidade dos furtos noturno no prédio do CEDIM/RJ causando graves prejuízos; abandono do prédio do IML de Nova Iguaçu; ações de gestores dos municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Itaperuna, Cabo Frio e Itatiaia. Cobrando ainda mais as autoridades.

É possível perceber que com o ingresso da Sociedade Civil na liderança do CEDIM/RJ a exigência ao poder público foi maior pelo menos dentro do que foi documentado no acervo físico. Pois, quando não existem outros vínculos, de fato a participação política passa a ser mais efetiva. Pois, os conselhos tem como objetivo de serem um viés da democracia participativa no Brasil, por terem essa função fiscalizadora,

autonomia, então por mais que em sua composição tenha agentes do governo e da sociedade civil, é preciso uma isenção para ter liberdade de representar as necessidades das mulheres. Mas ainda, para de fato, atuarem como ferramenta dentro da democracia faz-se necessário não ter esse tipo de contradição. (Tatagiba, 2005)

Os conselhos gestores de políticas públicas constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo. Presentes na maioria dos municípios brasileiros, articulados desde o nível federal, cobrindo uma ampla gama de temas como saúde, educação, moradia, meio ambiente, transporte, cultura, dentre outros, representam uma conquista inegável do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós. Sua novidade histórica consiste em apostar na intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade – em canais públicos e plurais – como condição para uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos. Como experiências que acompanham e particularizam o processo de redemocratização no Brasil, os conselhos são também espelhos que refletem as dimensões contraditórias de que se revestem nossas experiências democráticas recentes. Avaliar essas novas experiências de gestão é, por isso mesmo, tarefa tanto desafiadora quanto necessária, principalmente em um contexto como o nosso, atualmente marcado por um forte consenso em torno do ideário participacionista. (Tatagiba, 2005, p.1)

Assim, o CEDIM/RJ no período da pandemia conseguiu reunir 77 participantes de 37 municípios, os debates foram sobre as seguintes temáticas: “O Impacto da Pandemia na Vida das Mulheres”, “ações de combate as diversas formas de Violência contra a mulher na Rede de Enfrentamento à Violência nos municípios”, “ações dos Conselhos e Gestão municipais para o fortalecimento do direito da mulher nos tempos de Pandemia”, “incentivo à criação (ou revisão) de planos municipais de direito da mulher”.

Posteriormente, o CEDIM/RJ fez uma nota de repúdio apoiando uma matéria feita pela Globo News, em 2020, denunciando o desmonte no Centro Integrado de Atendimento à Mulher, Marcia Lyra.

Além disso, desenvolveu um projeto chamado “CEDIM ITINERANTE”, este foi resultado de uma Emenda Parlamentar da Deputada Federal Jandira Feghali, fazendo uma parceria dentre deputadas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O objetivo é o fortalecimento do Fórum Estadual dos Conselhos e Gestoras Municipais e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No encontro houve diversos debates, dentre eles: "A Saúde da Mulher em Tempos de COVID-19", "história da luta das Mulheres por

Direitos à Saúde”, COVID-19 e Atenção ao Parto e Nascimento no Brasil, saúde da Mulher no Estado, o impacto do racismo nas políticas públicas: desafios da gestão.

Depois, houve também a atuação da Campanha 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, foram realizadas 6 palestras online: Fui agredida e agora? Marcha das Mulheres Negras; HIV/AIDS em tempos de COVID-19; Masculinidade Tóxica; Um Alerta à Violência Contra a Mulher; Região dos Lagos Presente; Invisibilidade da Mulher no Sistema Prisional.

Neste período, o CEDIM/RJ criou um canal no Youtube (www.youtube.com/@cedimrj2861) e ampliou suas redes sociais Facebook, Youtube e Instagram, pois com o aumento da violência doméstica na pandemia, e o isolamento foi visto como uma necessidade ampliar o uso da disseminação de informações referentes ao Conselho. Segundo um relatório interno, também houve uma certa revitalização da Biblioteca do CEDIM/RJ por uma organização do mobiliário e higienização do acervo.

4.5 Marco no CEDIM/RJ, Luta e consolidação da Criação da Secretaria da Mulher

Uma das maiores lutas nesse período e pouco documentada foi a luta em busca da criação da Secretaria da Mulher no Estado do Rio de Janeiro. Pois, anteriormente, existia apenas a Subsecretaria da Mulher ou Superintendência, vinculadas à Secretaria da Ação Social e Direitos Humanos.

Diante da luta do mandato do CEDIM/RJ presidido pela sociedade civil, o então governador Cláudio Castro percebeu a demanda social e o foco na questão de equidade de gênero presente hoje na sociedade, e em 2023 inaugurou a nova Secretaria da Mulher trazendo como secretária e também presidente do Conselho, a advogada e ex-presidente do RioSolidário, Obra Social do Governo do Estado, Heloisa Aguiar. Segundo o Governo do Estado, a proteção à mulher é prioridade, principalmente devido aos números alarmantes com aumento do feminicídio. (G1, 2023; Governo do Estado, 2023)

A proteção integral da mulher é prioridade para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Estado da Mulher foi criada para atuar na prevenção da vulnerabilidade às situações de violência; para estar presente em todas as regiões do estado do Rio de Janeiro com ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e para a promoção de sua autonomia social e econômica. Nossa missão é promover a dignidade, a cidadania e a autonomia das mulheres fluminenses. A Secretaria de Estado da Mulher tem o objetivo de atuar

em parceria com as demais secretarias e órgãos do Governo, que já têm muitas e boas políticas públicas voltadas para o público feminino. A proposta é que essas iniciativas sejam ampliadas e aperfeiçoadas. Para isso, é necessário estar próximo da sociedade civil, da iniciativa privada, dos parlamentares e das demais entidades de forma a combater a violência e a garantir a autonomia econômica das mulheres. (Governo do Estado, 2023)

5. Entrevistas e Análise da História Oral – Entrevistas CEDIM/RJ

Antes de iniciar a análise deste capítulo, é importante explicar como foi desenvolvido dentro do que foi proposto a fim de compreender como funciona o papel do CEDIM/RJ, como as líderes atuam e principalmente se em negociações com governo estadual e com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho consegue de fato sugerir pautas e influenciar a elaboração de políticas públicas, bem como o aperfeiçoamento do marco legal, para que amplie a cidadania para a mulher dentro da sociedade fluminense.

Por ocasião da pesquisa de campo, foi oferecido a todas as entrevistadas que caso quisessem teriam suas identidades preservadas, mas como em grande maioria, tratava-se de mulheres ligadas à política, movimentos sociais, concepções feministas, e muitas tinham orgulho da sua trajetória e da sua atuação dentro do Conselho, nenhuma das entrevistadas optou pelo anonimato. Também foi explicitado que elas poderiam não responder qualquer questão caso se sentissem incomodadas, ou não estivesse dentro do que escopo de trabalho no CEDIM/RJ, no sentido de não se aplicar a situação ao mandato em si. Todas elas optaram por seguir as entrevistas e se identificarem.

O questionário semiestruturado está disponível no apêndice dessa pesquisa. As questões foram divididas em 4 blocos temáticos: questões básicas para identificar o perfil da entrevistada, como idade, raça, gênero, estado civil, local do domicílio, escolaridade/formação, ocupação, principal atual, filiação partido político e filiação movimento social; como foi o ingresso de cada uma delas no CEDIM/RJ; a experiência

no seu período no Conselho, observando especialmente a relação entre o Conselho, o Governo Estadual e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; A relação entre o CEDIM/RJ, os Movimentos Sociais e a Sociedade Civil.

Inicialmente, o critério de seleção das participantes foi ter tido uma participação ativa e atuante no Conselho e ainda se relacionar com o mesmo nos dias atuais. A maioria das participantes ainda é conselheira atualmente, e algumas das escolhidas são antigas presidentes do CEDIM/RJ. Além disso, foi assegurado, de forma preliminar, a perspectiva interseccional nas entrevistas, entrevistando conselheiras que são lideranças em movimentos *lgbqiapn+* e movimentos negros. O objetivo foi fazer uma análise a partir de uma concepção de um marco temporal através de histórias orais de lideranças femininas nos últimos 20 anos no Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro (2002-2022).

É de suma importância trazer diferentes experiências relacionadas à raça, classe e gênero, Maria Lugones (2020) enfatiza como a interseccionalidade e a presença desses marcadores sociais são fundamentais para a reflexão sobre desigualdade política entre homens e mulheres. Existe uma crítica ao chamado “feminismo hegemônico”, pois há uma contestação oriunda da crítica de grupos que percebiam diferenças enormes nas trajetórias e oportunidades em nossa sociedade dentre mulheres brancas e pretas, pobres ou não, lésbicas, bissexuais, mulheres transsexuais dentro da democracia contemporânea, implicando o fator interseccionalidade como fundamental para realização desta pesquisa.

Trata-se de algo relevante na pesquisa, conforme foi explicitado no Capítulo 2, a presença de mulheres na política fluminense ainda é pequena mesmo com a política de cotas de gênero, mas quando se reflete por exemplo sobre o número de votos em pessoas pretas ainda existe uma outra desigualdade gigantesca. Por isso, Lugones (2014) explicita a necessidade de resistir à “modernidade capitalista” e ampliar a forma de análise mesmo que entre em tensão com esta lógica.

Ser mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras - e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica "categorial". Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão

em tensão com esta lógica. O aparato moderno as reduz a formas pré-modernas. Assim, conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídas em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica, "categorial". (Lugones, 2014, p.935)

Lugones (2020) destacou a importância de fazer uma análise interseccional, pois existem uma certa indiferença da violência sofrida por mulheres de cor na sociedade. E essa violência também ocorre no ponto de vista político. Sendo assim, através da representatividade política ter mais mulheres de cor nos lugares de poder e liderança poderia ampliar ainda mais as políticas contra violência doméstica, dentre outras que as mulheres pretas sofrem ainda mais.

Refletindo sobre isso, nesta pesquisa houve a preocupação importante de trazer lideranças femininas com trajetórias diferentes, algumas interseccionais, outras foram líderes no Conselho através de seu cargo no governo estadual, e claro lideranças com inserção destacada na sociedade civil. Dentro deste escopo, foram feitas 08 entrevistas de cerca de aproximadamente 90 minutos. Todas gravadas em vídeo e áudio com conselheiras integrantes do Conselho desde 2000 até 2022. Apenas a atual gestão não se sentiu confortável de participar da entrevista. Outras gestoras que têm protagonismo ativo na política atual, por conta de ser um ano eleitoral, não puderam participar.

5.1. Importância da História Oral e Critérios de Análise

Uma das maneiras mais eficazes dentro da pesquisa acadêmica de trazer a real experiência das mulheres em cargos de liderança no mundo público é através da história oral. Por um período a academia não aceitou tanto esse método, priorizando outras formas por não entender que poderia sim retratar de forma objetiva os fatos. (Ferreira, 2002)

Nos últimos tempos, grandes transformações marcaram o debate historiográfico, e muito poucos historiadores preservam a crença na capacidade da história de produzir um conhecimento inteiramente objetivo e recuperar a totalidade do passado. A objetividade das fontes escritas com que o historiador trabalha foi definitivamente posta em questão. A historiografia da Antiguidade clássica, como é sabido, recorreu aos testemunhos diretos na construção de seus relatos. Esse tipo de fonte foi desqualificado na segunda metade do século XIX, mas foi restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo presente. No entanto, a incorporação à disciplina histórica do estudo da história recente e do uso de fontes orais produzidas

através da metodologia da história oral não é ponto pacífico: muitas vezes é vista com suspeição e avaliada de forma negativa. (Ferreira, 2002, p. 314)

Segundo Portelli (2007), a história oral se relaciona diretamente também à questão política de quem teria protagonismo. Pode-se perceber isso facilmente dentro da área de pesquisa das ciências humanas, principalmente da história. Desde a formação da República, as elites brasileiras tinham uma grande preocupação política em relação a memória política, pois temiam o surgimento de novas elites. E num outro ponto, as novas elites também temiam como os conservadores iriam fazer uso da história para política. Sendo assim, as novas elites republicanas desde sua chegada ao poder buscaram liderar e controlar a produção da memória coletiva. Refletindo sobre isso existe a grande importância da análise documental, que sempre foi uma prática conhecida dentro das ciências humanas, mas também da história oral, que seria um “espectro que assombra os muros da academia”.

Portelli (2007) destaca que a recusa pelo método da história oral é oriunda da falácia de que só se poderia ter uma criticidade e objetividade com o objeto de pesquisa se tivesse no passado, sem “testemunhos vivos”.

Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados (...) A comunidade intelectual italiana, sempre suspeitosa das novidades de fora - e ainda assim tão subserviente para "descobertas estrangeiras"-, se apressou a pôr de lado a história oral antes de procurar entendê-la e saber como usá-la. O método empregado foi o de imputar à história oral pretensões que esta não possuía, de modo a deixar a mente de todos à vontade para recusá-las. Por exemplo, La Repubblica, o jornal diário mais intelectual e internacionalmente orientado, precipitou-se a destituir "descrições populares e os pacotes artificiais da história oral em que as coisas parecem mover e falar por elas mesmas". sem se deter em explicar que não são coisas, mas sim o povo (não obstante o povo sempre ter sido considerado como "coisa*") que a história oral espera que "se movimente e fale por si mesmo"! Parece se temer que uma vez abertos os portões da oralidade, a escrita (e a racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontrolável de (...) material amorfo. Mas esta atitude cega-nos para o fato de que nosso temor respeitoso de escrever tenha distorcido nossa percepção de linguagem e comunicação até o ponto em que não mais se entendem quer a oralidade quer a própria natureza da escrita. Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas

e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). (Portelli, 2007, p. 14)

Assim como destaca Portelli (2007) claramente o método de análise documental mais comum e conhecido não se opõe à história oral, no entanto, apenas exigem formatos diferentes de interpretação. Apesar disso, a metodologia é muito rica principalmente quando as fontes orais tem um histórico importante dentro da temática, não colocando a história oral como mera forma de interpretar ou talvez, apenas um suporte para fontes tradicionais escritas.

Augusto (2011) explicita como é engrandecedor dentro do campo das ciências sociais utilizar a história dessa forma, como uma ferramenta de pesquisa, como uma metodologia de “trajetórias” a afim de incitar a discussão e ampliar a produção de conhecimentos a partir de experiências importantes. Destacando a importância de fugir do tradicional num formato “monocultura do saber”.

Isso justifica propor, como estratégia de pesquisa, a metodologia da história oral de trajetórias para abordar e compreender a produção de saberes, habilidades e a constituição de identidades políticas no cotidiano das práticas sociais no campo. Parece já haver consenso acerca da natureza situada ou contextualizada da aprendizagem, mas indagações sobre a natureza dos aprendizados na e pela prática, para além do “ensinamento”, é que estão na origem de importantes inovações nos estudos dos processos de educação e formação nas ciências sociais tomados como prática social cotidiana de vida, de trabalho e de ações coletivas (...) Entretanto, uma “monocultura do saber”, amplamente difundida como verdade pelo pensamento ocidental moderno, criou uma forte tendência a entender a variação do saber em termos de uma escala progressiva. A construção do padrão com o qual o sujeito do saber poderia ser avaliado levou a um processo sócio-político de colocar os saberes e as pessoas que os produzem em uma escala hierárquica onde formas inferiores e formas superiores de saber (e de ser, já que todo saber possui uma dimensão ontológica) são comparadas. Esse processo, nos últimos dois séculos de hegemonia do paradigma da ciência moderna, fez com que sujeitos e diferentes formas de conhecimentos fossem destituídos de valor público. Nesse sentido, esta pesquisa quer se somar, justamente, ao esforço histórico dos camponeses, a partir da segunda metade do século XX, no sentido de tornarem a si mesmos, seus modos de vida e suas lutas visíveis em um país de terras e produção agrícola continentais que, paradoxalmente, tem, segundo as lideranças camponesas, uma “triste” e absurda tradição colonizadora, na qual as elites econômicas e intelectuais se esforçam pelo apagamento e pela invisibilidade dos sujeitos políticos do campo. (Augusto, 2011, p. 174)

Sendo assim, Augusto (2011) traz um pensamento valioso, principalmente quando se refere a uma pesquisa que busca compreender ações e processos de liderança dentro do CEDIM/RJ, tendo uma vertente direcionada ao trabalho de lideranças femininas na ação política ativa e coletiva, em prol de lutar por políticas públicas para este grupo social e historicamente excluído nos âmbitos do poder público. Pois, trazer a história oral como metodologia também pode auxiliar a quebrar o formato tradicional somente focado na análise de dados, a temática já traz em si a importância de lutar contra o que foi imposto pela tradição.

Rosely Augusto (2011) ainda cita Roberto DaMatta no que abrange o papel do pesquisador ou pesquisadora, de “transformar o exótico em familiar”, principalmente ao romper barreiras e também de “estranhar o familiar”, tendo um olhar amplo sobre seu objeto de pesquisa e quais ferramentas serão utilizadas para alcançar resultados satisfatórios que possam contribuir para com a sociedade.

Santos & Araújo (2008) explica o período em que foi dado início do uso da história oral no Brasil como método, ferramenta e principalmente técnica para termos pesquisas acadêmicas ainda mais robustas. Foi no período de redemocratização que esta prática cresceu no meio acadêmico, relacionando com o momento político importante da história brasileira com o furor das lutas por liberdade, tanto de imprensa como no retorno dos anistiados com a liberdade política e de ir e vir, conquistados com o fim da ditadura militar de 1964. A necessidade de exigir direitos sociais e cidadania por parte do Estado em relação à população mostra a importância de ouvir a história por parte dos participantes ativos nas pesquisas acadêmicas.

Assim, neste período e como consequente, posteriormente na década de 70 os cientistas sociais brasileiros buscaram novas maneiras de análise de seus objetos de pesquisa, fugindo um pouco do tradicional estruturalismo, do historicismo e dos métodos quantitativos. Dessa forma, em 1975, ampliou-se o campo das experiências sistemáticas da história oral como método de pesquisa válido, houve um crescimento lento até então do uso de metodologias que continham entrevistas. Por um período, a história oral tinha ainda como base, outros métodos tradicionais como utilização de documentos escritos, métodos quantitativos, qualitativos. (Santos & Araújo, 2008)

A crença de que somente havia objetividade nos métodos documentais ou quantitativos caiu por terra. A desconfiança com a suposta subjetividade e a dependência da memória do entrevistado ou de quem contribuiria com depoimentos tornando a pesquisa distante da realidade foi aos poucos perdendo valor. Com métodos próprios, a

história oral ganhou espaço nas ciências sociais, reduzindo a ideia de que seria necessário distanciamento muito grande do entrevistador- pesquisador do seu objeto e isto só seria possível ao analisar documentação escrita e dados objetivos. (Santos & Araújo, 2008)

A Ciência Política brasileira também tem incorporado a história oral como recurso metodológico relevante, como podemos ver em muitos trabalhos de referência publicados (D'Araujo; Castro, 1997; Ismael, 2005; Raposo. 2011)

5.2 Percepções Gerais nas Entrevistas

Durante as entrevistas foi utilizado um questionário comum com as mesmas questões para todas as entrevistadas.⁶ O fator mais importante para essa análise é compreender a atuação do CEDIM/RJ como um todo. Não é um objetivo dessa pesquisa reduzir ou comparar a atuação de mulheres do ponto de vista individual, pois cada uma delas chegou a sua posição de forma diferente, com um histórico distinto e respeitando o que é explicitado através do regimento interno deste Conselho. (SEASDH, 2023)

No Quadro 1. “Lideranças do CEDIM/RJ” foram reunidas as mulheres que consentiram e aceitaram participar da entrevista conhecendo a temática desta pesquisa. Foram oito entrevistadas, dentre elas cinco foram presidentes do CEDIM/RJ, muitas delas ainda participam como conselheiras ou estão muito próximas ao Conselho, por isso foram selecionadas para participar, no entanto no quadro todas as cinco presidentes tiveram como período vigente.

Das cinco presidentes escolhidas, três eram superintendentes ou subsecretárias da mulher na época que ingressaram e receberam o cargo de presidente do CEDIM/RJ: Cecília Teixeira, Ângela Fontes e Cristiane Lamarão. Além dos mandatos com indicação do Governo do Estado, duas mulheres, Helena Piragibe e Edna Calheiros, dividiram o único mandato relacionado à alternância de poder devido às mudanças no regimento interno, para que a sociedade civil também pudesse ter representatividade no cargo de presidente do CEDIM/RJ.

Um detalhe de grande importância dentro dessa análise é que tanto no antigo regimento interno, como no atual, as mulheres que são indicações do Governo do Estado

⁶ O questionário está disponível no Anexo 1.

devem ter um histórico relacionado à luta pela igualdade de direitos e cidadania para mulheres.

Significa afirmar que, pelo próprio regimento atual do CEDIM/RJ, o Governo vigente teria nos mandatos anteriores aos da alternância de poder, e os que continuam em sua responsabilidade, escolher quem lidera a atual Secretaria da Mulher- assim como foi feito recentemente com a escolha da Heloisa Aguiar tanto para secretaria como também na presidência do CEDIM/RJ- mulheres que serão líderes no Conselho e que é necessário ter experiência prática no âmbito da igualdade de gênero seja no poder público, dentro do Estado ou em movimentos sociais.

Quadro 1 - Lideranças do CEDIM/RJ Entrevistadas na Pesquisa de Campo

Cargo Presidente/Conselheira	Trajatória no Mundo Público	Período	Como entrou no CEDIM/RJ	Governo vigente
Cecília Teixeira (presidente)	Psicóloga e Professora da Especialização em Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência contra a Mulher da PUC-Rio.	2007 - 2011	Indicação do Governo	Sérgio Cabral Filho
Ângela Fontes (presidente)	Economista, mestra em engenharia e doutorado em Geografia. Atuou como coordenadora da formação Mulheres Mais Fortes na Política,	2012 - 2013	Indicação do Governo	Luiz Fernando Pezão

	foi Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres no Governo Federal.			
Cristiane Lamarão (presidente)	Assistente Social com experiência na área de combate à violência contra mulher, foi Secretária de Estado de Desenvolvimento Social no Rio de Janeiro e atual Secretária-Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Queimados.	2017 - 2018	Indicação do Governo	Luiz Fernando Pezão
Inês Pandeló (conselheira)	Jornalista, ex-deputada estadual, ex-prefeita de Barra Mansa, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).	2017 - 2021	Representante Partidária	Luiz Fernando Pezão
Rosi Torquato (conselheira)	Coordenadora Nacional dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil.	2018 - 2024	Sociedade Civil	Wilson Witzel/ Cláudio Castro

Helena Piragibe (presidente)	Professora, advogada, ativista política feminista. É líder na União Brasileira de Mulheres.	(maio) 2018 - 2021	Sociedade Civil	Wilson Witzel/ Cláudio Castro
Edna Calheiros (presidente)	Professora e Presidente da - Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema (AMEAS).	2022- 2023	Sociedade Civil	Cláudio Castro
Rosângela Fernandes (conselheira)	Liderança na Articulação Brasileira de Lésbica (ABL).	2023- 2024	Sociedade Civil	Cláudio Castro

Fonte: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ (SEASDH, 2023)

Para analisar como foi a atuação do CEDIM/RJ ao longo dos anos, a partir do Quadro 1, é importante trazer as respostas das lideranças de forma comparativa. E um dos pontos chave foi compreender quais ações do CEDIM/RJ mais contribuíram a partir da visão das entrevistadas para que de fato o objetivo central do Conselho se concretizasse. Lembrando, que seria desenvolver, sugerir e auxiliar na execução de políticas públicas com objetivo de garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, para garantir à população feminina o pleno exercício de sua cidadania. (SEASDH, 2023)

Entre as perguntas principais, destacamos a seguinte: “Teve alguma situação em especial que marcou seu período no Cedim, que tenha contribuído para gerar alguma política pública, mudança na sociedade em termos de melhorias para mulheres ou legislação em prol delas?”

A psicóloga e gestora, Cecília Teixeira Soares explicou que devido a uma mudança interna em que a Superintendência da Mulher ligada à secretaria da ação social e direitos humanos passou a ter a liderança no CEDIM/ RJ, dificultando um pouco a ação política, enquanto conselho, pois ela passou a acumular as funções dentro do Governo do Estado e como presidente do CEDIM/RJ. Mas que em termos de melhorias concretas para

sociedade tinha como foco o olhar direcionado para o combate à violência doméstica. Conforme explicitado no Quadro 1, Cecília esteve à frente do CEDIM em 2007, no governo da gestão de Sérgio Cabral.

Eu privilegiava muito a questão da violência e fui muito criticada por isso, mas naquele tempo o próprio governo federal privilegiava também. Então, os recursos que a gente recebia eram para projetos, eram do enfrentamento à violência. Foi em 2007, que foi meu primeiro ano lá. A gente recebeu muitos recursos para a implantação de serviços, para a capacitação da rede, para eventos também, tudo nessa área de enfrentamento da violência. Mas você vê como fica confuso. Eu já estou te respondendo como gestora do Executivo, falando de verdade. O CEDIM era outra coisa, era um conselho. Eu fui a primeira que ficou em dois cargos, né, porque antes era a única pessoa que tinha, era a presidente do CEDIM com a função executiva, o CEDIM tinha essa função anômala, mas a partir de mim ficou a superintendente e a presidente do CEDIM em dois cargos com a mesma pessoa fazendo papéis que são incompatíveis porque o CEDIM tem a função de controlar, né, de acompanhar, de monitorar, de avaliar as políticas públicas que são executadas pela mesma pessoa, entende? (Soares, 2024)

Mesmo com os desafios de estar nos dois cargos simultaneamente como presidente do conselho e também chefiando a superintendência da mulher, vinculada à Secretaria Estadual da Ação Social e dos Direitos Humanos, Cecília destacou que seu período na liderança do CEDIM/RJ foi muito produtivo, especialmente na ampliação da rede de apoio às mulheres que sofrem violência doméstica, com serviços de atendimento como os Centros Integrados de Atendimento à Mulher, dentre outros.

Olha, foi um tempo muito profícuo, assim, muito produtivo, e aí eu não consigo muito separar o que que foi a Superintendência e o CEDIM, né, mas a gente, a gente implantou a rede que existe hoje de serviço de atendimento às mulheres em situações de violência, foi nessa época. Também a gente mudou, a gente começou a mudar, porque na realidade isso demorou muito para andar, e só recentemente é que isso foi realmente implementado, mas a gente começou a mudar o regimento para que a sociedade civil pudesse alternar a presidência com o governo, então foi uma coisa que, sei lá, faz uns quatro anos, você deve saber melhor que eu, que a Helena Piragibe entrou como a primeira presidenta da Sociedade Civil. Mas isso começou na nossa gestão, a gente fez isso de legal. Muita coisa boa, muita coisa. Teve uma coisa super legal que foi com o conselho mesmo, que foi um evento, não foi uma grande coisa, mas o 8 de março caiu num carnaval e aí a gente fez uma campanha chamada os direitos das mulheres não são uma fantasia. E aí tinha aqueles leques com várias coisas dos direitos das mulheres na saúde, dentro dos

confetes, na saúde, na segurança, na educação. E a gente fez garrafinhas, a gente fez banners e a gente foi para a avenida, distribuiu tudo, então isso foi uma coisa. Ação do Conselho mesmo, né? A gente fez muita coisa nos municípios, a gente fazia eventos até para capacitar os conselhos municipais, para implantar conselhos municipais. O CEDIM tem uma Comissão Especial de Segurança da Mulher, a qual pertenço até hoje. E aí tinha o Livro das nossas reuniões, um livro de atas que teve alguns pesquisadores e pesquisadoras que utilizaram. Foi muito importante naquele tempo. (Soares, 2024)

Já na gestão seguinte sob comando da economista, acadêmica e gestora, Ângela Fontes, entre 2012 e 2013, também existiu um destaque maior para ações envolvendo o enfrentamento à violência doméstica.

Teve a questão do pacto de enfrentamento às mulheres, você teve toda uma relação com a então subsecretária estadual de Políticas para Mulheres, Adriana Mota. Nós fizemos um pacto, tinha toda uma relação de rede de apoio com as mulheres aqui no Rio de Janeiro, na questão estadual, aí participava a Defensoria Pública, participava a Saúde, educação. Tinha toda uma rede participando desse tipo de ação que nós estávamos fazendo. Isso acho que foi muito positivo, tá? Tem também a Comissão de Segurança do CEDIM, que é uma comissão de notáveis, enfim, que tem a, desde que ela foi criada, com o decreto, tinha uma juíza e agora é desembargadora, enfim, e essa mulher fazia uma diferença dentro da situação de enfrentamento à violência contra mulheres. A criação de empregos, nós sempre fazíamos alguma, algum tipo de atividade para poder trazer as mulheres de modo que fizessem alguma coisa para ampliar, como empreendedorismo. Nós fazíamos e íamos nas conferências dos municípios, fazíamos com que os municípios tivessem força para fazer as conferências junto com os seus conselhos, e aí fortalecemos a questão de ter governismo de justiça para as mulheres nos municípios também. Então isso sim, foi uma coisa que eu acho que foi bem feita. Era algo que trouxe de Brasília, o que fazemos no Governo Estadual é preciso levar para os municípios também, a fim de dar sequência nessa política pública. (Fontes, 2024)

Diante disso, Ângela também salientou como é o CEDIM/RJ, e como funciona, afinal como as líderes poderiam desenvolver ações concretas na sociedade e qual é de fato, o papel de um Conselho dentro da sociedade, dentro da democracia fluminense, para que possa desenvolver essas ações.

Quando os Conselhos iniciaram, eles tinham um papel de executivos, né? Os Conselhos de Mulheres, eles executavam o Conselho Nacional, ele executou toda a função na constituinte para que as mulheres tivessem as nossas reivindicações atendidas. Você não tinha um OPM (Organismo de Políticas para as Mulheres), você não tinha um organismo de políticas para as mulheres do executivo, tá? Com o Fernando Henrique, você

chegou a ver, houve uma secretaria que era ligada ao Ministério da Justiça com pouquíssimo orçamento. Com o Lula, em 2003, aqui é criada a Secretaria de Política para as Mulheres, e daí você tem então, de fato, com um orçamento, sempre pequeno, mas aí é uma outra discussão, e você tem o órgão executor de políticas para as mulheres. Por isso, você tem um imbricamento dos papéis. As conselheiras não têm esse papel do Conselho, fica muito, vamos dizer, diluído daquilo que faziam até então. Quando eu chego em 2012, no CEDIM, você tem toda a estrutura da superintendência que estava ali, naquela casa. Então, tinha uma vida naquela casa, assim como o Conselho também se reunia naquela casa. Então, havia muita comunicação, não apenas em questões do trabalho executado, mas também em questões relacionadas com o feminismo. Então, as organizações estavam lá e nós fazíamos nossas reuniões mensais, eu procurei fazer questões de economista e planejamento dentro da minha cabeça, eu procurei fazer um planejamento para o CEDIM, para aquele ano, ano seguinte, fazer um pouco de, vamos dizer conversar mais com as conselheiras sobre o que nós íamos fazer enquanto CEDIM, para fazer junto com a superintendência, tá? Essa questão não foi muito à frente por que, enfim, era difícil algumas situações, mas nós fizemos o fórum de conselhos, fórum municipal, fórum dos conselhos municipais. (Fontes, 2024)

No período de 2017 a 2018, a presidência do CEDIM esteve sob a gestão de Cristiane Lamarão, também com uma experiência prévia na gestão pública, na secretaria de desenvolvimento social, e na parte de políticas relacionadas às mulheres. Com experiência na assistência social, e ainda com foco muito direcionado ao enfrentamento a violência contra mulheres, Lamarão explicitou na entrevista como tentou driblar a ausência de recursos e que se colocou como presidente do CEDIM de forma autônoma para as representantes da sociedade civil, demonstrando estar ali independente de ser uma representante do Governo.

Os recursos são mínimos e aí a gente teve que fazer muitas parcerias inclusive na época que eu tive lá o espaço não estava sendo ocupado é que ali no centro faltou uma porção de coisa, não tinha segurança, assim muita falta de recursos e eu acho que o recurso financeiro ele é uma mola mestra. Acho que se a gente tivesse mais investimento com um olhar de recursos para essa política ela teria como decolar. Mas, uma coisa bacana que eu acho que eu fiz foi reunir os gestores por região para discutir política pública, para ter esse entendimento. Eu ia muito nas regiões, conversava com os secretários que cuidavam dessa pasta para falar da importância de ter um equipamento mesmo que fosse regional, para atender o município, que não tinha condição por que não tem recursos pra bancar. Então tive assim apoio dos juízes das regiões que me ajudavam. Em Volta Redonda, eu fiz um consórcio e a gente conseguiu um abrigo, fiz em Itaguaí,

Friburgo, na Baixada Fluminense, no Noroeste. Foram ações importantes do CEDIM. (Lamarão, 2024)

Pode-se perceber que o foco direcionado ao combate à violência doméstica contra a mulher tem uma grande relação a partir da fala de Cristiane Lamarão principalmente com o aparato estatal relacionado a rede de apoio, como psicólogos, assistentes sociais, assistência jurídica, abrigo. Episódios de violência contra mulher em grande parte das vezes é oriunda de ações do próprio marido ou companheiro. O que ocorre no Brasil se relaciona diretamente com a desigualdade de gênero amplamente debatida nesse trabalho. Pois, a partir da ideia de submissão feminina que por muito tempo as mulheres sofriam agressões caladas e sem aparato legal para recorrer. Por isso, as líderes do CEDIM/RJ até aqui desenvolveram trabalhos e ações não somente no campo legal, como também no social, no psicológico, financeiro, na obtenção de abrigos, dentre outros recursos importantes, afinal é preciso de fato de um conjunto de recursos para auxiliar a mulher que passa por violência (Martins, Cerqueira, Matos, 2015)

A sociedade brasileira é altamente demarcada por diferenças de sexo e gênero. Estas desigualdades se explicitam na forma como homens e mulheres são atingidos pela violência. Ao passo que os homens são mais frequentemente vitimados em espaços públicos, as mulheres são recorrentemente assassinadas e agredidas no âmbito doméstico. Os autores da violência, na maioria destes casos, são aqueles com quem a mulher possui uma relação íntima, como maridos ou ex-companheiros, independentemente de, ao tempo do crime, viverem na mesma casa. Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) identificou que 48% das mulheres agredidas (incluindo todos os tipos de conflito) haviam sido vitimadas em sua própria residência, em contraste com os 14% dos homens agredidos no interior de suas casas. Apesar deste fenômeno não ser recente, a violência contra a mulher e a violência doméstica são caracterizadas como problema público há poucas décadas - não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo. Muito embora as reivindicações e as conquistas de direitos civis, políticos e econômicos tenham ocorrido ao longo do século XX, foi apenas a partir dos anos 1970 que os direitos das mulheres a uma vida sem violência começaram a se estabelecer. Atribuiu-se uma dimensão política ao problema da opressão feminina, da forma como propunha o feminismo nos anos 1960 e 1970: "o pessoal é político". Este foi um dos slogans mais importantes do movimento de mulheres na segunda metade do século passado, por representar a relativização do caráter privado da sexualidade. (Martins, Cerqueira, Matos, 2015, p. 3)

Já na resposta da ex-deputada estadual, ex-prefeita de Barra Mansa e ex-conselheira do CEDIM/RJ, a jornalista Inês Pandeló, pode-se perceber outras perspectivas em relação a sua atuação. E até mesmo devido a sua experiência na política e que ela não foi presidente do Conselho e sim, conselheira representante de partidos políticos, do Partido dos Trabalhadores (PT) conforme consta do regimento⁷. Ela destaca que na sua experiência o principal foco foi lutar pela mudança de regimento para que a sociedade civil tivesse protagonismo e a presidência do CEDIM/RJ ter alternância de poder entre representante do governo e sociedade civil, isso ocorreu em 2018 com o ingresso de Helena Piragibe na presidência do conselho. Além também, é claro da questão do orçamento para o fundo do CEDIM/RJ. A mesma luta que a presidente oriunda da sociedade civil, Edna Ferreira relata em sua fala.

E naquela época que eu fui conselheira, a maior luta era a mudança do regimento interno do CEDIM, e a criação do fundo (financeiro). Quer dizer, o fundo já tinha sido criado, eu tinha até disponibilizado emendas, só que não viabilizava. Já tinha oito anos que estava se tentando fazer o novo regimento do CEDIM e criar o fundo e não conseguia. Então esse período foi mais assim, mais interno, de tentar contatos, relações para que isso funcionasse. E teve um período também que acabou o contrato. Existia um contrato no governo do estado com a UERJ para contratar pessoas nesse trabalho e tinha finalizado esse contrato. Então vários Centros de Atendimento à Mulher estavam ficando sem pessoas para trabalhar e tudo, CEDIM teve que entrar nessa negociação para poder manter o emprego das pessoas, os salários. Essa também foi uma luta muito grande. Então eu acho que esse período que eu fui conselheira foi um período de muita organização interna sabe? Talvez tem esses maiores marcos né? Durante esse período, essa questão do regimento interno e também do salário das pessoas. Ela contou bastante isso aí. (Pandeló, 2024)

Em relação à conselheira representante da Sociedade Civil e líder da Agentes de Pastoral Negros APNs – RJ, Rosi Torquato, a principal diferença que o CEDIM/RJ trouxe

⁷ Art. 6º - O Conselho Deliberativo terá assegurado em sua composição a representação das diversas expressões do movimento organizado de mulheres, tais como as redes feministas, organizações não governamentais - ONGs, fóruns regionais de mulheres, de mulheres negras, de lésbicas, de pessoas com deficiência, grupos organizados de mulheres jovens, de terceira idade, de trabalhadoras rurais, da comunidade acadêmica, núcleos de estudos de gênero das universidades, instituições de classes, sindicatos, partidos políticos, dentre outros setores comprometidos com a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens, que terão seus nomes apresentados ao Governador do Estado.
Regimento Interno COMPLETO do CEDIM/RJ, vide Apêndice.

de entrega para a sociedade e para as mulheres principalmente, assim como relatou a ex-deputada, Inês Pandeló, foi a luta para criação da Secretaria Estadual da Mulher também conseguir um orçamento para o fundo do CEDIM/RJ, que por muitos anos elas relataram ser uma das lutas principais. Afinal de contas, para poder desenvolver políticas públicas em prol de ampliar a igualdade entre homens e mulheres e garantir o acesso à cidadania é preciso de recursos. Por mais que as primeiras respostas demonstrem o foco das conselheiras em criar um aparato estatal em torno da rede de apoio às mulheres vítimas de violência, ainda que esta fosse a luta maior, a necessidade de ampliar recursos sempre foi demonstrada.

A primeira coisa, se tem a criação da Secretaria Estadual da Mulher, é uma luta nossa, luta do CEDIM/RJ. É, se nós temos algumas leis dentro do Estado, chamando a atenção do orçamento é uma luta nossa das mulheres que a gente solicita, o espaço do CEDIM também é uma luta pra permanecer ali, tanto que o CEDIM agora está em obra. Imagina quantos anos nós estamos nessa luta pra tentar orçamento pra essa obra, execução dessa obra. Então é ter o orçamento pra secretaria de mulheres e para o CEDIM. A questão do orçamento é uma coisa séria, às vezes tem o dinheiro e não tem o dinheiro. Às vezes é previsto o dinheiro e não tem orçamento, não tem nada. Chega no final não tem nada. Então eu acho que essa é a maior luta é dessa credibilidade. Eu vou chamar de credibilidade do que? Da gente aportar o dinheiro pra aquelas programações que nós pensamos, por que é perder tempo quando você faz aquilo ali e depois não acontece. Porque você mobiliza organizações, você mobiliza as conselheiras, você mobiliza representação do Estado e os partícipes que vão tá recebendo esse dinheiro pra tá colocando nas ações ou nas atividades e depois chegar na hora dizer que não vai acontecer que o prazo passou que não tem mais o orçamento e isso fica muito chato pra quem tá na frente, pra quem tá organizando. Então, acho que o maior desafio nosso é esse, é questão do orçamento. E o que nós conquistamos foi isso. Conquistamos a obra do CEDIM, a questão do orçamento, e a legislação pra garantia do orçamento. (Torquato, 2024)

Quando refletimos sobre o foco do CEDIM em cada gestão com o passar dos anos, pode-se destacar que o orçamento sempre foi uma questão já relatado aqui neste trabalho, mas com a primeira gestão da sociedade civil e com a mudança do regimento interno, a gestão de Helena Piragibe além da falta de recursos irá enfrentar também em seu segundo ano a pandemia do vírus COVID-19, o fechamento de estabelecimentos, problemas em encontros presenciais e o sucateamento do Estado. Além disso, no mesmo ano de 2020, o então governador, Wilson Witzel, sofreu um processo de *impeachment*. Helena explicita em sua fala os enormes desafios enfrentados e como a criação da Secretaria Estadual da

Mulher é um resultado de anos de luta de mulheres do Estado do Rio e principalmente, do CEDIM/RJ.

Olha, nós passamos um período de destruição, e na verdade de reconstrução. Nós pegamos justamente tudo destruído e com nosso espaço fechado. Nós pegamos isso. Então primeira da primeira luta era reabrir aquilo. Eu acho que isso foi uma grande vitória e nós festejamos e, vou dizer, as mulheres do Estado festejaram a reabertura do CEDIM. Você não pode ter uma entidade funcionando se você não tem local. A primeira condição sua de ter uma entidade é onde vai funcionar, porque eu preciso ter um local, nem que seja fictício. Mas um instrumento de Estado, de políticas públicas, que tem uma história de formação, de capacitação, de qualificação, um espaço onde você tem historicamente a luta das mulheres construída nesse Estado, você não pode ter uma entidade que não tenha uma localização. Então, uma entidade como a nossa, um Conselho que reúne todas as entidades, seu espaço. Então, essa foi uma grande vitória que nós comemoramos. Nós comemoramos também a vitória da gente ter contribuído com o orçamento. A gente tirar do zero e colocar dinheiro lá na conta do Estado, porque é dinheiro na conta do Estado. Colocar dinheiro porque nada vem para nós, viu? A bolsa é o Estado. Então nós contribuímos com a colocação, o debate dos Conselhos dentro do orçamento, porque a gente é formuladora de políticas, né? E uma dessas é os conselhos municipais, os conselhos, o Conselho Estadual e os 11 municipais terem conhecimento da necessidade de discutir com o Parlamento e com o governo, o orçamento. Inclusive, durante o processo da pandemia, passado aquele momento mais difícil, de março a abril, nós retomamos o processo utilizando as redes sociais. Nós fizemos cursos. De qualificação quando você capacita e qualifica, está usando um dos diversos instrumentos de política do seu estado você está criando organismos que vão construir políticas públicas então o CEDIM fez esse papel muito bem feito outra coisa que eu acho foi uma grande vitória que contribui com as políticas públicas foi o aumento do número de municípios que passaram a ter Conselhos de Mulheres reativar os conselhos de mulheres que estavam mortos e a gente fazia capacitação dessas pessoas. Fizemos um Fórum Estadual e nas redes sociais a gente convidava via Fórum e aí viram pessoas quando você bota na rede social você sabe que não fica limitado ao espaço geográfico, então isso veio aumentando o número de mulheres com mais consciência e com mais oportunidade de lutar no seu município para poder participar das políticas públicas. Isso é um grande ganho de políticas públicas para o CEDIM! É um avanço dos movimentos sociais participando do controle social, com a criação do Conselho da Mulher naquele município. Outra conquista é a implantação da secretaria. Secretaria, eu acho que foi uma grande vitória, uma vitória das mulheres desse Estado. A gente sempre lutou para ter uma secretaria da mulher. Ela não tem orçamento adequado, mas já tem, já é o, a gente comemora mesmo, filha, que cada vitória devagar, né? É uma vitória, né? Então a gente comemora como vitória da nossa luta. Como é a vitória da nossa luta, tá em obra agora o CEDIM. Eu estava agora conversando com uma colega, “Helena, o CEDIM tá em obra felizmente, depois de tantos anos de luta”. Nunca pode se esquecer que o que tá acontecendo hoje lá no

CEDIM é fruto da luta das que vieram antes. Não foi só eu não, dezenas de outras passaram ali, né? E sempre com a mesma retórica. E outra coisa também é que a gente tem as Conferências Estaduais de Mulheres, as conferências municipais que foram implantadas em 2002, com o primeiro governo Lula. E isso também contribuiu para essa formação, quer dizer, há um conjunto de situações que eu posso dizer que foram situações fruto da nossa luta, mas muito mais ainda da conscientização das mulheres através das políticas públicas do governo federal, quando ele criou o ministério. Isso dá uns status para a luta das mulheres. (Piragibe, 2024)

Dentro do único e mesmo mandato liderado pela Sociedade Civil, Edna Ferreira Calheiros Saraiva liderou depois de Helena Piragibe. Ela esteve à frente do CEDIM/RJ como presidente entre março de 2021 a fevereiro de 2023, e foi a segunda mulher da sociedade civil que dividiu a liderança do único mandato marcado pela mudança do regimento interno ao abdicar do cargo e passar para Edna Ferreira, que era suplente naquele momento.

Edna Ferreira destacou como um dos maiores resultados da luta, foi conquistar a Secretaria Estadual da Mulher, criada neste ano de 2024, deixando de ser uma superintendência ou subsecretaria dentro da Secretaria da Assistência Social e Direitos Humanos, principalmente no que tange ter um orçamento próprio. No entanto, antes de relatar essa questão, houve uma redução da metade do valor dos salários de todos os servidores da assistência social que eram cedidos pelo Governo do Estado e atendiam ao CEDIM/RJ, no governo Claudio Castro.

Chamamos Matheus Quintal, secretário de assistência social e de direitos humanos, e pedimos para que ele voltasse ao estágio inicial do salário das pessoas. Reunimos todos os Conselhos do Estado que vivenciaram isso. Perguntei se queriam fazer uma luta grande, todo mundo junto. Mas, queriam aguardar a reunião. Íamos lutar no CEDIM, as 42 conselheiras da sociedade civil, sem relação com governo, toparam. Conseguimos audiência com governador. Mas, além disso, exigimos na ALERJ, o papel de fiscalizadora de políticas públicas, pedimos nossa conselheira que era do PT, temos 3 assentos para partidos políticos que acaba ajudando muito, marquei assim uma audiência com André Ceciliano, presidente da Alerj. Montei um ofício de forma muito simples de tudo que a gente precisava no CEDIM. Foram 42 mulheres na Alerj, aí conseguimos uma proposta de sair do orçamento de 4 milhões para políticas para mulheres para 20 milhões e foi votado, 12 milhões foram para administração direta, ou seja, para na época, a subsecretaria da mulher, 1 milhão pro fundo do CEDIM, para votarmos e movimentarmos esse fundo. As dificuldades de executar as coisas vem da dificuldade em ter vontade política. (Ferreira, 2024)

Ainda sobre o orçamento, Edna alerta principalmente uma questão fundamental que sem orçamento não é possível produzir políticas públicas. E ainda, a forma como o Estado escolhe definir o foco do orçamento também se relaciona à política e a forma como serão direcionadas às políticas públicas, inclusive quando se cria a Secretaria Estadual da Mulher, isso implica dizer que essa pasta terá agenda, orçamento e se sentará juntamente com outras pastas como a da segurança, saúde, dentre outras e conseguindo ampliar seu alcance.

Não temos sistema de políticas públicas para as mulheres, como outras políticas, isso é uma garanti muito grande. Por isso, que entra governo e sai governo e não acaba o SUS, por exemplo. Queremos um sistema de políticas públicas para mulheres, desde governo federal, estadual até municipal. Isso é necessário. Existiu esse debate numa conferência importante, mas tivemos um retrocesso muito grande, reduzindo a implantação de políticas em rede, por exemplo (...) como dizia Brizola, se você quer saber o que é prioridade num governo, olhe no orçamento, onde é que o dinheiro está. E pensei vamos ter que mexer nisso agora. Conseguimos 7 milhões pro CEDIM/RJ direto para fazer uma ação. Mas para fazer isso você não tem ideia do trabalho que deu. Tínhamos prazos, aprovação de projetos, entrar no sistema, eram muitas coisas. Houve um convênio com a UERJ para conseguir receber o dinheiro, foram 23 projetos. Projetos pensados nos idosos, projeto Engenheiras do Futuro, site para apoio a mães e familiares de autista, trabalhos sobre a questão da violência obstétrica, projetos direcionados para alimentação saudável, cursos de capacitação para mais mulheres na política, projeto “*hashtag* namoro legal” discutindo relacionamentos abusivos, capacitação de professoras para falar sobre violência doméstica. Fizemos dois documentários, lutas das trabalhadoras domésticas, fizemos um documentário sobre a gestão da sociedade civil no CEDIM/RJ. (Ferreira, 2024)

Araújo (2018) torna claro que o “orçamento público pode ser encarado como um importante instrumento para a compreensão das políticas sociais governamentais”. Afinal, a gestão financeira dos recursos se refere também a uma correlação de forças sociais, de importantes interesses envolvidos. Orçamento é assim um “espelho da vida política de uma sociedade”, onde existem recursos estão os interesses da classe política vigente. Na redistribuição de recursos é onde estão na parte política, as prioridades de classe. Em termos de planejamento estratégico, o recurso financeiro é de suma importância para efetivação da cidadania e direitos sociais.

Pode-se perceber também que a presença de mulheres em cargos executivos no governo foi muito pequena, o que pode comprometer a forma como os recursos são direcionados. Pois, de acordo com Pitanguy (2011), no que trata a participação da mulher brasileira na esfera pública do Estado, âmbito do qual ela foi secularmente excluída, essa ocorreu de forma tímida ao longo do processo histórico, sendo o protagonismo feminino na política algo recente.

Céli Regina Pinto (2010) conta que não obstante, a cidadania para as mulheres se correlaciona diretamente com a participação política feminina. Pois, a participação e protagonismo político atuam como forma de garantir liberdade e autonomia. Dessa forma, pode-se perceber a necessidade de ter mais mulheres na política do Estado e um direcionamento para captação de recursos como forma de garantir a cidadania para mulheres e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sendo esse um objetivo citado no regimento interno do Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro.

Não obstante, Barsted (1994) mostra que no Brasil o modelo do que deve ser feito em termos de cidadania e políticas públicas não chega nem perto do que ocorre na empiria, na prática, na vida real.

Como em todas as sociedades modernas, existe no Brasil uma distância entre esse ideal de cidadania e as práticas políticas, sociais e econômicas. A especificidade brasileira a respeito dessa distância talvez resida não na contradição entre democracia formal e práticas não democráticas, mas na convivência relativamente harmônica entre ambas. Essa convivência delimita os contornos e o alcance da cidadania na mudança de um regime autoritário para um regime democrático. Os movimentos sociais tomaram consciência desse paradoxo, mas, mesmo assim, investiram no processo de redemocratização e no diálogo com o Estado. (Barsted, 1994, p. 38)

Sendo assim, é muito importante delimitar o orçamento como elemento fundamental para produção de políticas públicas conforme explicitado na fala das conselheiras do CEDIM/RJ. As lutas tanto pela criação da Secretaria Estadual da Mulher, assim como pelo fundo orçamentário para este Conselho, tiveram resultados positivos já na gestão de Cláudio Castro. Porém como enfatizou Helena Piragibe, essa vitória das mulheres fluminenses ocorreu devido a um resultado de anos de lutas, tanto das mulheres representantes da sociedade civil, como também pelas presidentes anteriores vindas de indicação governamental com experiência na área de luta pela mulher, como também por

representantes partidárias, conforme destacou a ex-deputada estadual, Inês Pandeló. (Abreu, Cilair Rodrigues de; Câmara, Leonor Moreira, 2015)

Parte-se da premissa de que o orçamento é um instrumento estruturante da ação governamental, visto que esse instrumento é um filtro de análise da viabilidade de execução das políticas públicas, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Isso se deve, respectivamente, pelo seu uso para avaliar a disponibilidade de recursos para a formulação das políticas públicas (análise estática) e também pelas possibilidades da gestão orçamentária dentro do contexto político institucional de decisão (análise dinâmica). (Abreu, Cilair Rodrigues de; Câmara, Leonor Moreira, 2015, p.74)

A questão da incorporação de recursos é tão forte e num Rio de Janeiro com diversas crises econômicas, além de problemas fiscais e políticos, que a disputa de recursos se torna ainda mais acirrada! Cada vez mais com as crises do capitalismo contemporâneo, as disputas por recursos públicos em termos de orçamento do Estado seguem mais difíceis. Portanto, movimentos sociais, representantes da sociedade civil, sindicatos lutam e cobram a fim de garantir orçamento para políticas públicas e sociais que são demandas de seus grupos. É importante existir também um fundo público, fundamental para manutenção de políticas públicas, e garantir do contrato social no âmbito da esfera político econômica. (Salvador, Evilasio; Teixeira, Sandra Oliveira, 2014)

Em relação a resposta de Rosângela Fernandes, da Associação Brasileira de Lésbicas, ABL, e também a conselheira entrevistada com mandato mais recente e menor tempo de experiência como conselheira do CEDIM/RJ, ela destacou que em termos específicos, para a população lésbica que sofre com violências constantes não houve nenhuma ação concreta convertida em política pública oriunda de uma luta do Conselho. Mas, a luta de combate ao feminicídio, violência contra mulher tem tido destaque com a construção de um verdadeiro aparato de Estado a partir da criação de Centros Integrados e abrigos.

Olha, em relação às lésbicas, eu não vi nada. Agora, o CEDIM sempre esteve junto ao movimento de mulheres. Por mais questionamentos que sejam feitos em relação ao CEDIM, o CEDIM sempre esteve junto. A questão do aborto, o CEDIM atua e traz o debate. Nas questões também de enfrentamento à violência

contra a mulher, eu acho que a participação do CEDIM é muito importante, pelas parcerias que foram feitas e com a pressão para criação de centros integrados de atendimento à mulher, embora a gente tenha muito pouco, né? Ainda pelo Estado, a gente tem muito pouco, mas muitos dos que mais temos eles existem por pressão do CEDIM, das decisões. (Fernandes, 2024)

5.3 A Relação do CEDIM/RJ com os Poderes Públicos

Outra questão importante para a compreensão de como foi a atuação do CEDIM/RJ nos últimos 20 anos foi compreender como ocorreu sua relação com Governo do Estado, assim como, a relação com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sendo questionado às conselheiras: “No seu período, como funcionou a relação entre o Cedim e o governo estadual? Quais as secretarias estaduais que mais interagem com o Cedim? O Cedim tem alguma influência no processo decisório da gestão governamental?”

Cecília Teixeira Soares afirmou que se por um lado foi complicado e desafiador ocupar uma posição de presidente do CEDIM/RJ, enquanto simultaneamente estava atuando como Superintendente dentro do Governo do Estado, no que implica se relacionar com o Estado para atuar, torna-se vantajoso.

Interagiram bem, consegui ter uma certa influência nesse processo decisório, eu acho que ajuda, eu acho que pelo contrário, justamente por que a presidência do CEDIM tem alguma coisa, só não é acima de secretário, mas acima de todos os outros, de todos os outros superintendentes subsecretários, que era até a gestão atual que é de finalmente uma secretaria. Então como presidente eu podia, e eu acho que as presidentes todos fizeram isso, interagir com as outras áreas, por que a proposta é mesmo fazer alguma coisa intersetorial e transversal. Então com a saúde, com a educação, poder incidir nessas áreas. Eu acho que o CEDIM faz trabalhos bacanas assim. Principalmente na coisa de se posicionar, se manifestar a respeito de políticas das outras áreas. Por exemplo, com a educação a gente fez bastante coisa assim de implementar programa Maria da Penha na Escola. Com a saúde a gente fez algumas coisas interessantes como conseguir botar na ficha de atendimento, o quesito cor e raça, que isso não existia antes. Com a segurança, um monte de coisas a gente conseguiu incidir por que sempre teve essa Comissão Especial de Segurança da Mulher. Hoje em dia tem uma comissão de saúde também, mas no meu tempo o que tinha mais era a comissão de segurança, que nem foi eu que criei, foi criada muito antes de mim, mas que a gente fez bastante coisa. (Soares, 2024)

Ângela Fontes afirmou também que o CEDIM consegue atuar junto ao Governo do Estado.

Eu acredito que sim, tá? Por que havia uma conjunção entre o que o movimento de mulheres que estava ali no CEDIM estava reivindicando e o que nós enquanto

superintendência estávamos fazendo. Por que hoje em dia eu não vejo muito assim, eu vejo muito paralelo, correndo em paralelo, não corre em conjunto, tá? Antes nós estávamos muito próximos ao movimento de mulheres que estava no CEDIM e quem estava na superintendência, independente de quem era. E nesse caso nós conseguíamos atuar. Junto às decisões, mesmo tendo que passar por outras decisões políticas que não estávamos à frente na tomada de decisão. Então isso dificulta muito você tomar decisão nas políticas governamentais se você não tem esse poder. Uma coisa é, como agora eu estava comentando ainda pouco, uma subsecretária da Secretaria Atual, elas estão fazendo as suas atividades, mas é paralelo, não estão fazendo atividades com o CEDIM. O CEDIM está no papel de fiscalizar, de orientar, de ver como as coisas estão acontecendo, que é o papel de um Conselho. Então antes nós, com essa coisa de os Conselhos, não estávamos à frente. Estavam muito bem definidos, os papéis estavam definidos, as conselheiras que haviam de outro tempo, anterior, não se desligavam daquele papel de conselheiras que executavam. Então, às vezes, você tinha algum tipo de problema da execução, mas o fato de ter um procedimento bastante próximo, influía, sim, nas tomadas de decisão do governo, e isso sem dúvida. (Fontes, 2024)

Cristiane Lamarão revelou que existiam algumas dificuldades com intersectorialidade, no entanto, de uma forma geral a relação com o Governo e com as outras subsecretarias e secretárias funcionava “na medida do possível”.

A intersectorialidade no processo decisório é um desafio sempre. Por que cada secretário tem aquilo ali como se fosse seu, né? E tem muita dificuldade na relação, às vezes, com os outros, de dividir espaços. Isso aí é uma coisa. Aí a gente tinha muita dificuldade, né? Mas isso é um desafio só no Estado, é um desafio em termos de governo geral. Algumas faixas, mas outras nem tanto. Que precisa de muita coisa, a mulher precisa de muita coisa, né? Precisa de, por exemplo, se ela tá no abrigo, ela precisa que a criança dela, que vai com ela para o abrigo, que seja transferida da escola, precisa de acompanhamento psicológico, que é dado na saúde, você tá entendendo? Então, é uma série de coisas que precisa acionar, não só a questão jurídica, mas dentro do governo. Mas na medida do possível, transitava bem, entendeu? Mas, vou estar aqui dentro. (Lamarão, 2024)

Além disso, em relação à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Alerj, Lamarão destacou que tinham algumas deputadas que “são muito aguerridas” e aderiram às lutas das mulheres e do Conselho Estadual de Direito das Mulheres, CEDIM/RJ.

Na minha época, a enfermeira Rejane era muito aguerrida junto ao CEDIM. Mas tem algumas mulheres, algumas deputadas que não veem essa causa como delas. São mais as deputadas de esquerda, que têm essa volta mais entranhada na luta. (Lamarão, 2024)

Inês Pandeló como ex-deputada estadual já tinha uma certa proximidade do Conselho mesmo antes de ser conselheira. Apoiando muitas lutas. Ela também demonstrou que sua atuação contribuiu para a criação da pasta da mulher dentro do Governo do Estado e que existia um processo de convencimento e luta para demonstrar a necessidade de ter maior foco na questão feminina pelo Estado.

Eu atuei muito como deputada para ter esse salto sair da superintendência para subsecretaria e depois secretaria. Na época, da Edna também ela conseguiu abrir muitas portas. (Pandeló, 2024)

Já quando analisamos a fala de Rosi Torquato turma conselheira representante da sociedade civil, percebemos uma diferença grande de percepção. A resposta se encaminha em outro ponto. Ela não vê uma coalisão entre Governo, Superintendência, Subsecretaria da Mulher e a atuação do CEDIM/RJ. E sim que o Conselho atua de forma combativa e devido à pressão as ações governamentais são iniciadas.

Bom, eles escutam, né? E nós provocamos. Nosso papel de provocar, de denunciar é um papel nosso. De balançar estrutura. Nós já falamos, ou eles passam, ou a gente para a Rua Camerino. E se pararmos a Camerino, paramos o Rio de Janeiro todo. Por que os ônibus que passam pela Central, a maioria passa ali. A gente para todo o Rio de Janeiro. Só parando ali, à frente do CEDIM. E aí, rapidinho resolve algumas coisas. Quando a gente ameaça, sabe? Na época da Edna houve alguma situação que o governo do Estado não estava respondendo e nós estávamos sem secretaria não tinha ninguém do governo do Estado respondendo não tinha nem a subsecretaria e só tinha a presidente do Conselho e aí nós falamos ou eles resolviam de nomear alguém para a subsecretaria né para estar resolvendo algumas coisas com a gente. E nós iremos parar rapidinho eles resolveram nomear uma mulher. Por que nós não podemos executar, quem faz a execução de atividade toda o governo do Estado é sempre o Governo. E estava acontecendo o seguinte, os funcionários não estavam recebendo, estava para parar. Ah, demitiram a metade, então as mulheres nos CIAMs estavam sendo exoneradas, estavam fechando as casas de acolhimento, estava acontecendo mil coisas. Foi no governo do Claudio Castro, é tudo ele nessa época. Olha, uma correria, só acontecendo, só demandas para nós mulheres e nós não estávamos podendo responder. (Torquato, 2024)

Assim como Rosi Torquato, Helena Piragibe destacou na sua fala as dificuldades em conseguir recursos com o Governo do Estado, demonstrando também o papel do Conselho na luta. E revelou um problema que foi a ausência de subsecretária quando a sociedade civil assumiu a liderança do CEDIM/RJ.

Precisávamos reconstruir o Estado, por que cada vez que tinha uma subsecretária tudo mudava. E chegou a ter sete subsecretárias num período eleitoral de quatro anos, cinco subsecretárias, era desse jeito a política de 2010 para cá, era assim, 2012 para cá, mas foi assim, você tinha cinco, sete, não, eu não vou culpá-las jamais. Mas elas não tinham recursos, faziam o que podiam e não podia bater de frente com o Governo, agora quando bota a sociedade civil, muda o tom, muda o tom, só porque, você não está me pagando, eu tenho representatividade, você, eu fui eleita. A primeira presidência e esse meu processo como presidente pegou o processo da pandemia, que foi outro desafio. Mas vamos contar antes da pandemia. Então, qual era o nosso objetivo? Primeiro que o CEDIM estava fechado, o espaço do CEDIM estava fechado. Sem obras, agora estão fazendo obras, não é? Estão fazendo obras. Então, o orçamento. Nós passamos o período todo da sociedade civil brigando com a de obra. Era furto de tudo, roubaram tudo. Delegacia sempre. Bom, esse foi o aspecto mais assim, vamos dizer, estrutural.

Portanto, ela destaca a importância de manter a sede, de ter meios materiais para que esse espaço se torne acolhimento de mulheres e também um local de resistência.

A gente manter a nossa sede, que ali é o espaço da mulher do Estado do Rio de Janeiro. História para chegar ali. Então, a gente não podia deixar perder e sair. Essa era nosso compromisso. Compromisso de orçamento, que só veio sair o orçamento no último ano de gestão da sociedade civil, que conseguiu fazer alguns projetos no último ano. E tomar consciência de que não há de verdade orçamento. E nós contamos nesse período que é importante também a gente não deixar de se referir, a participação do legislativo. A gente trabalhou muito com o legislativo. Essa intersetorialidade de ações é muito importante. E dentro do legislativo, nós tínhamos o apoio da líder da comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a enfermeira Rejane, ela era muito aguerrida. Então, a Rejane que ajudou muito, ela fez muita lei para mulheres, muito, muito, muito. Agora a gente tem que cobrar a execução dessas leis, por que não está faltando, nós temos muitas leis, muita gente. E aí nós conseguimos, junto com o presidente da Câmara dos Deputados, da ALERJ, um orçamento para fazer esse material, fazer os projetos. Mas voltando ao início, que é da minha gestão, que me compete falar da minha gestão. A gente lutou naquele período, a gente já estava lutando pela reconstrução, pelos equipamentos que a gente tem no Estado, que estavam sucateados. A gente lutou para que os profissionais da rede nossa, que são os CIAMs (Centro Integrado de Atendimento à Mulher), tivessem condições de trabalho. E assim, que se fosse respeitado, a gente até hoje luta, porque

vocês sabem que está cada vez mais difícil. Queríamos é que tivesse concurso público para que esses espaços do organismo de mulheres, ou qualquer outro também, sejam ocupados por profissionais concursados, para poder dar seguimento às políticas públicas. Então, a gente viu esse processo de degradação mesmo das políticas para as mulheres. Tomou o processo. Aí se você pensa que a gente tinha acesso aos municípios, porque eu não posso entender, eu não posso entender, um órgão estadual que não conversa com os municípios. A gente ali, vou te dizer, que a gente ocupou o papel de Estado, nosso papel não é esse. Não estava nem concorrendo com a coordenação, com a subsecretaria. Mas a gente exercia o papel de quase subsecretária, vamos dizer, de executivo, por que a gente exigia de igual para igual. Combatendo o sucateamento dos nossos equipamentos, obras profissionais, e fizemos no primeiro ano. (Piragibe, 2024)

Diante desses relatos e do que já foi mencionado na fala da então segunda presidente do único mandato da Sociedade Civil, Edna Calheiros, explicitou anteriormente como foi sua luta. A relação com a Assembleia Legislativa e também as dificuldades com o Governo Estado, de conseguir recursos, fundo orçamentário para o CEDIM/RJ, foram marcantes na fala de Edna Calheiros, e no período de atuação.

Rosângela Fernandes, conselheira representante da Associação Brasileira de Lésbicas, ABL, esteve em concordância com o que foi relatado pela maioria das mulheres da sociedade civil, que existe de fato uma dificuldade na atuação do CEDIM em relação ao governo estadual. Ela que está num mandato mais recente, mas já acompanhava o Conselho antes de sua instituição ingressar, relata essa dificuldade.

Olha, é complicado. Há uma tentativa muito grande, mas a gente sabe que existem governos e governos, e de um tempo para cá a gente sabe que o Estado do Rio de Janeiro tem tido péssimos governantes. Para você ver, eu não sei precisar de quantos mandatos, mas de um bom tempo para cá, a única governadora que não foi envolvida em corrupção, que não foi presa, foi a Benedita da Silva. Uma mulher preta, favelada. (Fernandes, 2024)

Foi apresentado aqui nesta pesquisa a importância de ter um olhar sobre interseccionalidade e principalmente entender como pensar em políticas públicas para mulheres também cabe ao Estado ter um aparato intersetorial. Por isso, foi questionado

às conselheiras e ex-presidentes do Conselho aqui relatado, se de fato, o CEDIM/RJ é plural e engloba todos os grupos.

De uma forma geral todas mostraram que existe um princípio de pluralidade. No entanto, a conselheira representante de um movimento *lgbtqiapn+*, Rosângela Fernandes, da Associação Brasileira de Lésbicas, ABL, relatou que pouco se tem de uma luta contra a lesbofobia, ou em prol da saúde da mulher lésbica, que em diversos segmentos da sociedade sobre ainda mais com a violência de gênero. Nesse quesito na reunião ordinária do CEDIM/RJ feita em dia julho de 2024 que tive a oportunidade de participar, quem guiou a reunião foi superintendente, Aline Inglez, sem contar com a participação da presidente do CEDIM/RJ, e Secretária da Mulher, Heloisa Aguiar, na ocasião pude ver que o debate sobre banheiros para mulheres trans e a defesa de seus direitos.⁸

Assim como na ocasião foi relatado repúdio ao Projeto de Lei 1904/24, chamada de “PL da gravidez infantil” que previa a proibição do aborto depois da 22ª semana de gestação, até mesmo em caso de estupro e de anencefalia. No entanto, o que se pode ver é que as conselheiras da sociedade civil cobraram falar nessas temáticas e a solução foi construir num futuro coletivamente uma nota de repúdio em nome do CEDIM/RJ. (Carta Capital, 2024)

As primeiras presidentes, Cecília Teixeira e Ângela Fontes, até a ex-deputada estadual e conselheira, Inês Pandeló tiveram um olhar de entender que como sociedade civil havia uma certa pluralidade no CEDIM/RJ. Edna Ferreira, representante do mandato da sociedade civil assim como Helena Piragibe veem a pluralidade, mas sentem que poderiam ter ainda mais representatividade de ramificações do movimento de mulheres dentro do Conselho.⁹

Já Cristiane Lamarão que foi presidente do CEDIM/RJ, no momento em que também era representante da subsecretaria da mulher, destacou que as vagas para ingressar no CEDIM/RJ poderiam ser ainda mais plurais, e isso seria possível com a divulgação desse espaço. Ela acredita que poucas entidades conhecem como funciona o ingresso no Conselho, e “são sempre os mesmos grupos”, “mesmos partidos políticos”.

⁸ Recebi o link para participação de reunião com facilidade, pois é aberta, não fui apresentada, mas pude ouvir e compreender como funcionam as reuniões ordinárias.

⁹ Documento referente ao Regimento Interno do CEDIM/RJ vide Apêndice.

Rosângela Fernandes da ABL também acredita que para pluralidade é necessário ter mais vagas no Conselho, grupos como prostitutas, mulheres no cárcere, mulheres com deficiências seriam importantes de terem sua representatividade. Assim como Rosi Torquato, também acredita que é importante englobar não somente mais grupos, como abraçar mais pautas, como pensar em relação às mulheres no cárcere, nas ruas, em situações de vulnerabilidade e refletir como CEDIM/RJ poderia ajudar. Existe uma questão relacionada à sobrevivência da população preta de periferia que precisa de mais apoio enquanto luta das mulheres, afinal diversas mães perdem filhos, dentre outras situações que tornam as mulheres mais vulneráveis.

Um outro destaque dentro das entrevistas que chamou muito a atenção principalmente em relação ao formato atual com a mudança de regimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, foi compreender quais dificuldades e desafios pessoais as mulheres tiveram dentro de sua atuação como líderes e conselheiras. Pois, a partir dessa pergunta percebemos uma crise dentro do modelo de gestão do CEDIM/RJ antes da mudança do regimento interno que perdura até os dias atuais.

Aqui temos uma unanimidade dentro do grupo de entrevistadas. Quando questionadas em relação aos “desafios pessoais” que vivenciaram enquanto conselheiras, presidentes do CEDIM/RJ, todas demonstraram um desconforto no formato em que você é ao mesmo tempo uma superintendente, subsecretária ou secretária do Estado, sendo um cargo com indicação política, e de confiança, e também, presidente de um Conselho que tem como objetivo fiscalizar o governo próprio estadual.

As mulheres entrevistadas que vivenciaram isso disseram que havia uma dificuldade até mesmo com a negociação interna com as conselheiras representantes da sociedade civil. Pois, elas ainda eram vistas como somente agentes do governo, e não como presidentes do CEDIM/RJ. Neste trabalho já foi relatada uma fala de Cecília Teixeira, uma das primeiras a ocupar os dois cargos simultaneamente. E demonstra como era difícil, no entanto, aos poucos foi conseguindo desenvolver um bom trabalho principalmente em relação ao combate à violência contra mulher.

Posteriormente, temos a mesma dificuldade de conciliar diferentes cargos por parte de Ângela Fontes, assim como Cristiane Lamarão. O orçamento também foi uma unanimidade. Estar à frente de um Conselho tão importante quanto o CEDIM/RJ com baixo orçamento dificultava todas as ações desenvolvidas. Lamarão relatou que fazia

parcerias com municípios a fim de criar abrigos para mulheres em situação de violência, como uma alternativa a ausência de recursos.

Rosi Torquato e Rosângela da ABL trazem uma nova vivência pois como desafios pessoais elas demonstram questões práticas com a dificuldade de reunir ainda mais as conselheiras que moram em lugares distantes e que sofrem com a violência urbana e até do Estado, a invisibilização da mulher preta, lgbtqiapn+ também dificulta a liderança política. O CEDIM/RJ tenta englobar mulheres representantes as Sociedade Civil de diversos lugares do Estado do Rio de Janeiro, apesar da sede ser na capital fluminense.

Edna Ferreira e Helena Piragibe também revelaram que as dificuldades materiais de ordem pessoal que dificultam a vivência da mulher na luta política e na liderança do CEDIM/RJ também. Dentre elas, que estar presente em movimentos sociais, assim como no CEDIM não são atividades remuneradas, entretanto, demandam bastante trabalho. Por isso, Helena Piragibe por exemplo destacou “estou aposentada, mas uma pessoa jovem trabalhando não conseguiria conciliar”.

Helena também ressaltou assim como as outras entrevistadas o grande conflito entre ser presidente do CEDIM/RJ e ao mesmo tempo ter um cargo público por indicação no Governo do Estado.

Absurdo isso. Absurdo, é uma contradição. Se eu for subsecretária, como é que eu vou fiscalizar? Você vai denunciar o governo pra você ser mandada embora? Se você tá ali é porque você quis ficar ali. Quando você assume uma função dessa que é transitória com o movimento social ou você é ou não é, então não quer, você vai sofrer. Mas quando você tá ali, você vai levar a sua rede pra lá, tá? Mas você tem que ter consciência de dizer, até aqui eu posso ir, daqui já não posso mais. É importante eu sair ou eu ficar. Eu achei importante estar no espaço do executivo naquele momento. Além da oportunidade política. Havia também a oportunidade de concretização das nossas políticas para as mulheres no qual a gente adepta, não é? Através das próprias conferências e tudo, entendeu? Agora é uma contradição, a gente avançou na mudança, tem bastante sociedade civil em volta das conselheiras. Mesmo assim, a presidente dos CEDIM que é secretária da mulher? O problema é a cabeça, né? Porque vocês sabem que tem que ter a cabeça de qualquer em qualquer atividade, sem cabeça não há um organismo que funcione. Por exemplo, na sala de aula a cabeça é o professor. Ele vai passar lá as tarefas, mas ele conduz, ele dá orientação. E além disso, existem as atividades da secretaria da mulher, não tem como conduzir tudo. (Piragibe, 2024)

É possível perceber que as lutas durante o único mandato da sociedade civil, que através do regimento interno passou a ter alternância entre sociedade civil e governo, teve muito mais resultados entregues à sociedade do que os anteriores. A luta por recursos conforme explicitado nas entrevistas foi muito mais incisiva, a luta pela Secretaria da Mulher a fim de conquistar uma pasta com maiores recursos, orçamento e direitos chegou a ameaçar a fechar a rua como relatado por Rosi Torquato do que de todos os outros mandatos. Por mais que tenha tido importantes resultados principalmente no que tange o combate à violência contra mulher.

Um último relato muito importante é não somente sobre dificuldades vivenciadas como conselheiras do CEDIM, como também dificuldades para ser uma mulher em liderança política. Esse foi o relato da ex-deputada estadual, ex-prefeita de Barra Mansa e ex- conselheira do CEDIM, Inês Pandeló.

Eu acho que ser prefeita de uma cidade como Barra Mansa, uma cidade dos barulhos do café, de famílias tradicionais... Que difícil! Se volta redondo é difícil, Barra Mansa é pior! Eu rompi com essa história, sendo uma pessoa migrante, uma família pobre, não sendo do município, não sendo de família tradicional, sendo do PT e sendo mulher. Então eu acho que eu rompi com vários preconceitos. Mas isso não foi aceito. Houve todo um trabalho de oposição durante o meu mandato. Para você ter uma ideia, a minha campanha de reeleição, na época podia outdoor. Tinha um outdoor lindo que pegava só parte do meu rosto espalhado na cidade. E a mãe deu todos com bigode. Esse é um reflexo claro. Depois, quando eu assumi, apareceu. O gambá pendurado na ponte principal de Barra Mancha, ali do Ano Bom, enforcado lá por conta da minha mecha branca. Eu tive várias vezes que, de início, evacuar o centro administrativo, por que teve denúncia de bomba. Duas vezes, três vezes, ligaram pra lá e disseram que tinha uma bomba. Eu evacuei e pedi pra olhar e não achou. Aí, na terceira vez, eu falei, estão brincando com a nossa cara, eu não vou evacuar, mas eu vou ficar aqui dentro. Se tiver que acontecer alguma coisa, eu estou junto aqui. Aí, eu vi que era brincadeira mesmo, que era brincadeira. Era uma coisa só pra assustar, e aí não aconteceu mais, não aconteceu mais nada. Aconteceu isso. E teve em todo o meu mandato uma atuação muito forte do ponto da oposição ir pra rádio e dizer essa mulher tem que pegar um ônibus e voltar pra Minas. Nem falava meu nome, nem nada. Essa mulher. Então, na época eu trabalhava tanto que eu não percebia, entendeu? Eu achava que era normal, era uma coisa de oposição, mas depois que eu saí, eu fui observando isso e fui vendo o quanto tinha ali de preconceito de machismo, né? Nisso tudo. E como deputada, eu não sentia isso não. Não sei se havia, mas como era no meio de muitos, embora eu era a única mulher daquela legislatura. Mas eu não sentia muito, porque eu acho que também eu tinha uma certa experiência, porque eu tinha sido assessora e tinha muitos vereadores novos do mandato, então ali eu acho que eu sobressaía, por que eu tinha mais

conhecimento interno ali do regimento, como as coisas funcionavam, né?
(Pandeló, 2024)

Essa fala também vai de encontro as respostas dadas à pergunta: O que dificulta a presença de mais mulheres participarem ativamente na política partidária e também dentro de conselhos, movimentos e sindicatos, na sua opinião?

A maioria das conselheiras e presidentes mostraram o machismo estrutural como uma grande dificuldade, assim como a violência política que foi relatada acima por Inês Pandeló. Outras questões foram o medo de se expor, a dificuldade de conciliar com a tarefa de cuidado, muito presente na fala de Edna Ferreira, demonstrando que a sociedade direcionou todo o cuidado de forma não remunerada para as mulheres e as afastou de atividades relacionadas à política, ao mundo corporativo dentre outras vistas como masculinas.

Olha só, eu acho que uma coisa que dificulta é essa estrutura social machista patriarcal e que coloca mulheres com uma obrigatoriedade do trabalho do cuidar. Eu percebi isso lá atrás na minha vida, quando a minha mãe dizia que eu nunca gostei muito de fazer serviço de casa, eu era estudiosa, gostava de estudar. Muito complicado. Eu acho que a mulher, desde o início da participação dela lá atrás, ela termina não sendo estimulada a essa participação política. E isso causa um impacto muito alto. Então a desvalorização desse trabalho, pelo fato dele não ser valorado economicamente, é muito grande. E as mulheres terminam tendo as que mais fazem esse trabalho. Impressionante mesmo. (Ferreira, 2024)

Com as entrevistas foi possível destacar pontos chave imprescindíveis para este trabalho, o primeiro foi relatar o foco do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro em desenvolver desde seu início um aparato de Estado capaz de auxiliar as mulheres que foram e são vítimas de violência doméstica.

Torna-se essencial dentro deste contexto, compreender que por mais que a luta contra a violência doméstica, feminicídio seja muito antiga dentro do movimento de mulheres, ainda existem números alarmantes. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos cinco primeiros meses de 2024, houve 380 mil casos de violência contra mulher. E principalmente, tendo um crescimento muito grande durante a pandemia do Covid19. Além disso, o aparato estatal relatado pelas conselheiras e presidentes do

CEDIM/RJ, visto como necessário, ele demonstra como a violência não se resume somente à física, como também psicológica, patrimonial, sexual. (Oliveira, Ramos, Azevedo, Alves, Pecorelli, Mendonça, Tissian, Deininger, 2021)

A violência doméstica perpetrada contra a mulher é uma realidade social e abrange agressões de caráter patrimonial, moral, psicológico, sexual, físico e não são raros os casos que culminam em assassinato, que representa manifestação mais grave dessa violência. Dados também apontam um crescimento da violência letal em 22,2% entre os meses março e abril de 2020 quando comparados ao mesmo período do ano de 2019, correspondentes aos meses da instalação do distanciamento social da COVID-19, culminando com 143 mulheres mortas. Apesar disso, as mulheres sentem-se desestimuladas a buscar ajuda frente à situação de violência sofrida, seja por medo ou pela dificuldade de fazer denúncias em tempos de pandemia, sobretudo nas famílias com renda insuficiente, o que contribui em definitivo, para as subnotificações dos casos e a perpetuação desse crime. (Oliveira, Ramos, Azevedo, Alves, Pecorelli, Mendonça, Tissian, Deininger, 2021, p.2)

E existe também como uma das demandas do CEDIM/RJ, a busca por qualificação dos profissionais que atuam nessa frente. Mesmo com poucos recursos, pode-se perceber nas entrevistas que essa foi uma das grandes preocupações, afinal não basta criar um Centro Integrado de Atendimento à Mulher, CIAM, como também ampliar abrigos se não tiver o treinamento necessários dos diversos profissionais que irão trabalhar com essa mulher tão fragilizada pela violência.

Durão (2013) relata a partir de uma pesquisa desenvolvida em Portugal uma realidade comum em diversos países, ainda existem desafios para segurança pública ao lidar com mulheres vítimas de violência doméstica. Reconhecendo que nem sempre essas vítimas são devidamente ouvidas. E que na verdade o trabalho da ação policial consiste em reconhecer que o cidadão merece o direito à segurança, sendo necessário o respeito e a compreensão do que foi vivenciado.

O segundo ponto importante é compreender como a estrutura com liderança por indicação do Governo, pode implicar com o que se espera de um Conselho, que seria a autonomia, conforme percebido através da diferença de mandatos guiados pela Sociedade Civil e guiados pela representação do Governo do Estado.

Silva, Tauana Olivia Gomes; Wolff, Cristina Scheibe (2019) constataram que anteriormente, antes da redemocratização e da criação da Constituição de 1988, os

Conselhos não tinham autonomia e nem eram criados por leis. No entanto, as mudanças deste processo, em 1988, alteraram essa formatação.

Tatagiba (2005) também enfatizou que o caráter democrático nos Conselhos se torna fundamental numa democracia participativa. Pois, conforme já foi explicitado até mesmo em relação ao regimento do CEDIM/RJ, os Conselhos tem como função fiscalizar as ações do Governo. Portanto, autonomia é fundamental. Eles seriam uma intercessão entre agentes do poder público e da sociedade civil.

Apesar disso, Tatagiba (2005) destacou que os conselhos dentro do Brasil contemporâneo também refletem as contradições de nossa experiência democrática atual. Por mais que se pressuponha autonomia, também é importante compreender que na teoria política e prática da ação haverá diferença.

Um terceiro ponto de grande destaque dentro das entrevistas é perceber a importância de ter uma cadeira, uma Secretaria própria destinada às políticas públicas focadas na população feminina. E isso se deve à importância política conquistada pela luta de mulheres, principalmente as de movimentos sociais e as do CEDIM/RJ ao longo das décadas, como também, à importância de se ter um orçamento destinado a executar essas políticas públicas. Principalmente, como foi visto nas entrevistas por ter a necessidade no caso da mulher, de políticas públicas transversais, como saúde, segurança, ação social, dentre outras.

6 Conclusão

Ao pesquisar a atuação do CEDIM/RJ um dos maiores objetivos foi compreender se o Conselho tem uma atuação real que implica de fato no seu objetivo central de ampliar os direitos da cidadania para mulher e garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, ou se a atuação não devolveria nenhum impacto à sociedade, e principalmente às mulheres fluminenses.

Pelo que foi apresentado tanto na análise bibliográfica, como na parte documental e principalmente nas entrevistas com as líderes deste Conselho, pode-se concluir que sim, o CEDIM/RJ tem um histórico de lutas importantíssimo, e lutou para a criação atual da

Secretaria da Mulher dentro do Governo do Estado, garantiu junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro um fundo orçamentário que tornou projetos possíveis, como também, a reforma da sede do Conselho, localizada na Rua Camerino, no centro da capital fluminense.

Além dessas vitórias relatadas acima, as lideranças do CEDIM/RJ, nos últimos 20 anos (2002-2020) buscaram diferentes formas de apoio para construir aparatos estatais no combate à violência contra mulher, como também no suporte das vítimas de violência doméstica, como a construção de Centros Integrados de Atendimento à Mulher, CIAMs. Tendo uma forte atuação no que tange à segurança e até hoje tem uma importante comissão dentro da temática.

No entanto, existem ainda desafios enormes pela frente. É preciso refletir sobre o formato dos Conselhos na democracia brasileira. Já que autonomia é uma peça chave, no caso do CEDIM/RJ, o modelo em que a mesma mulher ocupa um papel dentro do Governo do Estado e carrega a presidência do Conselho, traz malefícios no que tange a parte fiscalizadora e de luta por direitos sociais, mesmo tendo muitos membros da sociedade civil com cargos de conselheira dentro dessa estrutura.

No capítulo 1, foi possível analisar a luz da reflexão teórica, a importância da participação política feminina e principalmente, a participação representativa de fato. Ainda existem diversos entraves para que essa participação ocorra de forma coesa, livre e que entregue às mulheres representadas resultados que possam melhorar suas realidades dentro da democracia brasileira. Violência política, desigualdade dentro do mercado de trabalho, falta de creches, dedicação ao trabalho doméstico, formação patriarcal do Estado brasileiro, ainda são fatores que afastam as mulheres dos processos decisórios e tornam a saúde da nossa democracia ainda pior, e menos representativa, e plural.

Ainda dentro deste capítulo, foi possível analisar o formato de conselhos, como o CEDIM/RJ, como forma ativa de participação política e como um agente importante dentro da tomada de decisão na produção de políticas públicas. Mesmo que o Estado continue sendo o fio condutor principal dentro deste âmbito, a sociedade civil seria cada vez mais relevante para as práticas sociais e como agente fiscalizador e atuante em busca da ampliação da cidadania, tendo uma participação ativa.

A partir das reflexões do capítulo 2, foi possível analisar o Estado do Rio de Janeiro de forma panorâmica. Graves crises: fiscal, econômica, política, social assolou o

antigo Estado da Guanabara nas últimas décadas. Impeachment, governadores presos estamparam os jornais, tornando um Estado que foi ponto estratégico para o país, mal visto a nível nacional. Dentro dessa dificuldade política e de orçamento, percebe-se também outra questão: poucas mulheres como lideranças políticas no sistema partidário estadual, um retrato cada vez mais conservador do parlamento fluminense, e polarizado, dentre uma ala progressista e outra bolsonarista, seguindo a polarização nacional.

Dentre várias crises no estado do Rio de Janeiro, pode-se perceber um problema enorme na área fiscal, que culminou com o Regime Recuperação Fiscal. Com a renegociação da dívida e muitas demandas, ainda mais com período pandêmico, a não importância política dada às políticas direcionadas às mulheres mostrou um resultado triste, um aumento considerável do número de violências domésticas e feminicídios.

Por um outro lado, no capítulo 3, ao analisar a documentação de alguns anos de trabalho do Conselho de Direitos da Mulher do Estado do Rio, percebe-se que a luta contra a normalização da violência contra mulher no início dos anos 2000 é muito grande. Ações práticas que nem caberiam a um conselho que não teria função executiva, são desenvolvidas em detrimento à falta do Estado, como a Criação de Centros Integrados de Atendimento à Mulher, CIAMs, eventos culturais, desenvolvimento de algumas oficinas e treinamentos sobre a importância de termos mulheres na política, muitos treinamentos nos municípios demonstrando como se criar um Conselho municipal forte e aguerrido, demonstraram que existe esperança na luta pela cidadania feminina se depender das mulheres do CEDIM/RJ.

A criação da Secretaria da Mulher é uma conquista importante, principalmente pelo teor simbólico, no sentido de a questão feminina demandar uma secretaria especial, como também orçamentária como foi relatado. Mas, também é importante pontuar que as mulheres devem também precisam estar presentes em outras secretarias fundamentais no processo decisório governamental a nível estadual como fazenda, planejamento, saúde, educação e segurança pública.

O que se pode verificar preliminarmente nesta pesquisa é que a atuação das líderes representantes de movimentos sociais, da Sociedade Civil, pode gerar resultados ainda mais grandiosos para a cidadania feminina do que as lideranças que tinham vínculos com o Governo. Devido à questão ética de trabalhar para o Governo e simultaneamente, ter

embates em busca de recursos, direitos sociais para mulheres, ou simplesmente, reprovando ações, falas de representantes do Estado.

Além dessa questão, existe também a própria dificuldade de se provar como presidente do CEDIM/RJ com transparência em suas ações e forte relação com os direitos sociais femininos juntamente às representantes da sociedade civil. Pois, foi relatado que existe uma dificuldade para as lideranças de movimentos sociais de valorizar o trabalho e ver transparência em uma figura líder que ainda tem fortes vínculos com o Estado.

No entanto, esse debate também gera conflitos, pois para liderar o Conselho é preciso de uma grande dedicação, e as mulheres atualmente precisam de condições materiais de existência, podendo conflitar em ter agenda e disponibilidade para conciliar com empregos, por exemplo.

Sendo assim, por um outro viés, a mulher que trabalha no Governo poderia desenvolver esse papel e teria uma possível maior abertura em aprovar alguns projetos, conforme explicitado nas entrevistas.

Portanto, temos um enorme desafio para democracia brasileira em relação aos Conselhos. Por um lado, a necessidade de transparência e por outro fatores que complicam a atuação das mulheres.

Já no capítulo de análise de entrevistas, o capítulo 4, foi possível compreender ainda melhor as nuances do trabalho executado ao longo dos anos pelo Conselho. Pode parecer que a criação da atual Secretaria da Mulher dentro do aparato do Estado foi uma inovação política idealizada pelo Governador ou pela atual gestão, mas com essa pesquisa fica claro que na verdade se trata do resultado de uma luta de décadas das lideranças do Conselho Estadual de Direito da Mulher.

A mudança de regimento para que haja alternância de poder dentro da presidência do CEDIM, entre representantes do Governo e da Sociedade Civil, foi também um resultado de uma luta antiga e constante dessas mulheres. Houve uma forte pressão por parte do mandato com liderança da sociedade civil para ter um fundo orçamentário para o CEDIM/RJ, a criação da então Secretaria da Mulher, e também o pagamento integral que havia sido reduzido à metade de servidores do Estado que atuavam no Conselho e nas suas ramificações, tais como abrigos, Centros Integrados, dentre outros, por parte do governo Claudio Castro.

Pode-se perceber que o CEDIM/RJ foi e ainda é de fato, um Conselho com forte atuação em prol das mulheres. Mas, existem barreiras políticas, orçamentárias, dentro do próprio regimento do Conselho que ainda dificultam que sua atuação seja ainda mais ampla em vista das grandes necessidades de políticas públicas intersetoriais para as mulheres fluminenses que pouco foram atendidas ao longo das décadas de atuação política masculina e até mesmo, conservadora.

A pesquisa trouxe resultados importantes para a reflexão sobre a democracia dentro do Estado do Rio de Janeiro, com recorte para a participação política ativa feminina. Ainda assim, abre-se ramificações novas para em futuros estudos trazer temáticas como um debate maior da interseccionalidade dentro de organismos políticos como Conselhos, e também investigar a implantação de Conselhos semelhantes, ou de ações que apoiem o CEDIM/RJ, nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Além disso, trabalhar com uma perspectiva comparada, para compreender a atuação do CEDIM/RJ frente à de Conselhos direcionados à luta das mulheres em outros Estados do Brasil.

E também abre novos questionamentos para o futuro em relação à mudança de regimento interno, tendo a Sociedade Civil alternância de poder com a representação do Governo e ainda, como a Secretaria da Mulher irá atuar aos longos dos próximos anos e sua correlação com CEDIM/RJ, se de fato, terá novos frutos e políticas públicas efetivas para auxiliar na redução das mazelas que as mulheres fluminenses sofrem, alcançando então, o objetivo central : ter igualdade de oportunidades para mulheres e homens dentro do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a cidadania em nossa democracia.

7 Referências Bibliográficas:

ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Violência na política afasta as mulheres, diz especialista*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-as-mulheres-diz-especialista/>. Acesso em: 12/01/ 2021.

Agência Câmara de Notícias. (05 de 04 de 2022). Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/864409-congresso-promulga-cota-de-30-do-fundo-eleitoral-para-candidaturas-femininas/> Acesso em: 12/07/ 2021.

AGÊNCIA BRASIL. (13 de 06 de 2023). Fonte: Agência Brasil: O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Os dois se reuniram, no Palácio do Planalto, em Brasília, na noite dessa segunda-feira (12).

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. In: BIB, São Paulo, n. 89, 2019 (publicado em agosto de 2019), pp. 1-28.

ALDANA, Myriam; WINCKLER, Silvana. Direitos reprodutivos: debates e disputas sobre o direito ao aborto no contexto da redemocratização do Brasil. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, p. 167-184, 2009.

ALMEIDA, Jéssica Teles de. *A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Direito, Fortaleza, 2018. 214 f.

ALMEIDA, C., & TATAGIBA, L. (2012). Os conselhos gestores sob o crivo da política. *Serviço Social & Sociedade*, 68-92.

ALERJ.GOV. (s.d.). Fonte: Alerj.gov: <https://www.alerj.rj.gov.br/alerj/comofunciona> Acesso em 20/07/2024.

AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad* Madrid, Ediciones Cátedra, 1997.

ARAÚJO, Raquel Madureira de. Orçamento e políticas públicas para mulheres: análise da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres entre 2012 e 2015. 2018.

ARAÚJO, C. (2012). Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (2), 23–59.

_____. (2001). “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Dados*, v. 44, nº 1, p. 155-195

ARISTÓTELES. (2017). *A Política*. La Fonte.

AUGUSTO, Rosely Carlos. Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de minas, nas últimas três décadas. 2011.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung. Editora da UNESP. 2001.

_____. Participação política. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Otávio (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP ED., 2004, p. 223-235.

AVRITZER, L. Participatory institutions in democratic Brazil. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center; John Hopkins University, 2009.

BARRAL Neto, J. F., & Neto, R. e. (2008). Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro: E- Papers Serviços Editorais.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, p. 38-54, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELISÁRIO, K. M.; REIS, R. C. Representação feminina na cena política brasileira: Estereótipos e preconceitos. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023011, 2023.

BERNARDES, L. M. C. A importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. In: Bernardes, L. M. C.; Soares, M. T. S. Rio de Janeiro, cidade e região. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1987, 15-20.

BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRITO, J.; DE OLIVEIRA, A. (Coords.). Indústria para-petrolífera brasileira: competitividade, Desafios e Oportunidades, Relatório preparado para o Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo e do Gás Natural (Prominp), 2008.

BOBBIO, N. (1998). *Dicionário de Política*. Brasília: Unb.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007

BRAGA, M. do S. S., DALCIN, C. C., & BONI, M. C. (2021). Marchas e contramarchas da sub-representação feminina:: desempenho nas eleições municipais de 2020. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 11(26), 198–226.

Brasil de Fato. (09 de 02 de 2023). Fonte: Brasil de Fato:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/09/condenado-a-425-anos-de-prisao-ex-governador-do-rj-sergio-cabral-podera-usar-tornozeleira> Acesso em: 29/06/2024.

BRASIL. *Lei nº 9100 de 29 de setembro de 1995*. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996 e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 12034 de 29 de setembro de 2009*. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Carta Capital, (19 de 06 de 2024). Fonte: Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-que-o-pl-da-gravidez-infantil-e-a-devastacao-da-amazonia-tem-em-comum> Acesso em 25/07/2024.

CARVALHO, José M. (2004). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTRO, M. G. (2020). Trabalhadoras domésticas no Brasil: sujeitos ou sujeitadas na classe, no gênero e na raça? *Princípios*, 39(159), 126 -150.

CNN Brasil. (02 de 10 de 2022). Fonte: CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pos-impeachment-e-prisao-de-5-ex-governadores-rio-de-janeiro-reproduz-polarizacao-nacional/> Acesso em : 13/07/2024

CNN Brasil. (30 de 04 de 2021). Fonte: CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-grito-de-gol-ficou-entalado-witzel-do-sonho-da-presidencia-ao-julgamento/> Acesso em: 13/07/2024

CNN Brasil. (12 de abril de 2023). Fonte: CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-federal-absolve-ex-governador-pezo-de-acusacoes-na-lava-jato/> Acesso em: 13/07/2024

COVAS, Fabíola Sucasas Negrão. *Conselhos de políticas públicas*. Ministério Público de São Paulo, 2008.

D'Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs), Ernesto Geisel. 5ª. edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

DA SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*, v. 1, p. 373-407, 2005.

DAHL, Robert. *Poliarquia – participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DRAIBE, Sônia M. *Políticas públicas no Brasil*. / organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

DURÃO, S. Silenciamentos subteis. Atendimento policial, cidadania e justiça em casos de vítimas de violência doméstica. *Análise Social*, [S. l.], v. 48, n. 209, p. 878–899, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23342> Acesso em: 22/07/2024

DE JESUS, Damásio. *Violência contra a mulher*. Editora Saraiva, 2010.

DE MEDEIROS, Luciene Alcinda. O processo de criação e implementação do Cedim: a institucionalização das demandas dos movimentos de mulheres e feminista. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, n. 10, p. 103-123, 2018.

DIAS, J. L. (2015). Partidos e Eleições no Rio de Janeiro. Em M. d. Ferreira, Rio de Janeiro: uma cidade na história (p. 190). Rio de Janeiro: FGV.

DINIZ, Debora; VÉLEZ, Ana Cristina Gonzalez. Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 647-652, 2008.

Deputados, C. d. (07 de Outubro de 2020). Agência Câmara de Notícias. Fonte:

<https://www.camara.leg.br/noticias>:

<https://www.camara.leg.br/noticias/698624camara-lanca-campanha-contraviolencia-politica-de-genero->

EL PAÍS. (28 de 08 de 2020). Fonte: El País: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-08-28/witzel-segue-trajetoria-erratica-sob-a-bencao-e-a-maldicao-de-bolsonaro.html>

Acesso em: 29/06/2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas, p. 55-63, 2003.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4 ed., São Paulo: Globo, 2008.

Fazenda GOV RJ. (s.d.). Fonte: Fazenda GOV RJ:

<https://portal.fazenda.rj.gov.br/tesouro/regime-de-recuperacao-fiscal/> Acesso em:

29/06/2024.

FIDELIS, Getúlio. Cooperação intergovernamental no contexto pós-Constituição de 1988: a parceria entre o governo federal e o governo do Estado do Rio de Janeiro (2007-2010). In: ISMAEL, R. (org.). Núcleo de Estudos sobre Federalismo, 238 Política e Desenvolvimento (NUFEPD): agenda de pesquisa e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

FRANCISCO, Mônica. Mulheres Negras na Política: O futuro é uma mulher preta. Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 3, p. 232-234, 2019.

FRASER, Nancy; tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição pós-socialista. São Paulo: Boitempo, 2022, pp.27-89.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2023.

Fernandes, R. (10 de 07 de 2024). Lideranças CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)

Ferreira, E. (08 de 07 de 2024). Lideranças CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

Fontes, Â. (17 de 07 de 2024). Liderança CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)

GALLEGO, E. S. (2019). La bolsonarización de Brasil. DOCUMENTOS DE TRABAJO IELAT: Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos -Universidad de Alcalá, 4-42.

G1. (28 de 10 de 2018). Fonte: G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/30/tribunal-especial-abre-a-sessao-para-decidir-impeachment-de-witzel-1.ghtml> Acesso em : 13/07/2024.

G1. (17 de 06 de 2016). Fonte G1: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise.html> Acesso em : 13/07/2024.

G1. (02 de 01 de 2023). Fonte: G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/02/secretaria-da-mulher-vai-fazer-um-trabalho-transversal-com-vitimas-de-violencia-diz-castro.ghtml> Acesso em 20/07/24.

G1. (15 de 07 de 2022). Fonte:G1: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/07/15/participacao-feminina-bate-recorde-com-527percent-do-eleitorado-df-e-rj-tem-o-maior-percentual-de-mulheres-aptas-a-votar.ghtml> Acesso em 12/07/24.

GIACOMINI, S. M. Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Globo, O. (06 de junho de 2023). O Globo. Fonte: [oglobo.com.br: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mulheres-sofrem-em-media-quatro-interrupcoes-por-sessao-nas-cpis-do-mst-e-8-de-janeiro.ghtml](https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mulheres-sofrem-em-media-quatro-interrupcoes-por-sessao-nas-cpis-do-mst-e-8-de-janeiro.ghtml)

Governo do Estado do Rio de Janeiro (2023). Fonte: Governo do Estado: https://www.rj.gov.br/secmulher/quem_somos

Governo Federal. (04 de 08 de 2021). Governo Federal. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114192.htm , Acesso em 19 /09/2024

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène. & SENOTIER, Danièle. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009, p. 67-84.

HONNETH, Axel, (2003). Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34.

HOOKS, B. Feminismo é para todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018

IBGE. (22 de 12 de 2023). Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> Acesso em 25/07/2024.

IBGE. Sistema de Contas Regionais – Brasil 2021. IBGE, Rio de Janeiro, 2023, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102045_informativo.pdf , acesso em 12/07/2024.

ISMAEL, Ricardo. Nordeste: a força da diferença – os impasses e desafios da cooperação regional. Recife, Editora Massangana, 2005.

- JACOB, C., HESS, D., WANIEZ, P., & BRUSTLEIN, V. (2003). Eleições presidenciais de 2002 no Brasil : uma nova geografia eleitoral. *Alceu*, 287 -327.
- Lamarão, C. (15 de 07 de 2024). Liderança CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)
- LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. Eleições municipais: novas ondas na política. Editora FGV, 2020.
- LEITE, AD, "A Energia do Brasil, Rio de Janeiro, Elsevier-Campus, 2º Edição, 2007.
- LESSA, Carlos. Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- LENKIC, M., & GUEDON, P. (2018). A representação feminina no Rio de Janeiro: a influência do capital político herdado no sucesso eleitoral. CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, (23).
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMONGI, F. (2023). *Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. Todavia.
- LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, p. e003, 2020.
- LÜCHMANN, L. H. H. “Associações, participação e representação: combinações e tensões”. *Lua Nova*, n° 84, p. 141-174, 2011.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista estudos feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.
- LYNCH, C. E. C. Questão de urgência nacional — O Rio como (2º) distrito federal. *Revista Insight Inteligência*, ano XIX, n. 76, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/pdfs/76.pdf> Acesso em: 29/06/2024.
- LOPES, L. (16 de junho de 2020). *Revista Galileu.globo.com*. Fonte: *Revista Galileu*: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/como-ciencia-contribuiu-com-machismo-e-racismo-ao-longo-da-historia.html>
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. IN: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos & VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 83-134.
- MARSHALL, Thomas H. (2002). *Cidadania e classe social*. Volume I. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia.
- MARQUES, T. C. (2019). *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar). Brasília: IPEA, 2015.

MATOS, M. (09 de junho de 2024). Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes. Fonte: Portal Opinião Pública UFMG: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/marlise.pdf>

MEDEIROS, Luciene. *Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher*: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

Memória Globo. (28 de 10 de 2021). Fonte: Memória Globo Rio de Janeiro: Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/anistia-e-volta-dos-exilados/noticia/anistia-e-volta-dos-exilados.ghtml> Acesso em: 29/06/2024.

MIGUEL, L., & BIROLI, F. Feminismo e política. São Paulo: Boitempo, 2014

MILL, J. Stuart. THE BASIC WRITINGS OF JOHN STUART MILL. New York: The modern Libray:2002.

_____. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MONTEIRO, J. C. (2012). A riqueza mineral é o passaporte para o futuro? A experiência dos municípios beneficiados com royalties de petróleo. Em Rio de Janeiro: Um Estado de transição (p. 313). Rio de Janeiro: FGV.

MOUNK, Y. (2019). O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras.

NICOLAU, Jairo. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

OLIVEIRA M. C. C. de; RAMOS A. L. B. M.; Azevedo N. de O.; Alves I. F. R. D.; Pecorelli D. G.; Mendonça G. J. M. G. de; Tissian A. A.; Deininger L. de S. C. Análise da violência doméstica contra a mulher em tempos de pandemia da COVID-19. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 11, p. e9050, 5 nov. 2021.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva. São Paulo: EdUSP, 1999

OSÓRIO, M.; VERSIANI, M.H. "O papel das instituições na trajetória econômico-social do estado do Rio de Janeiro", em Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, Fundação CEPER), nº 2, julho de 2013, p.188-210

OSORIO, M. Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

PAIVA, A. R. (2015). Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. Civitas Revista de Ciências Sociais, 127-154.

Pandeló, I. (29 de 07 de 2024). Liderança CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)

PATEMAN, C. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PEREIRA, Juliano Sartor; VIEIRA, Reginaldo de Souza. Democracia participativa: reflexões acerca do surgimento dos conselhos de participação popular no ordenamento jurídico brasileiro, 2021.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). *História Oral*, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul./dez. 2007.

PERISSINOTTO, Renato; MASSIMO, Lucas; DOMINGOS, Luiz. As elites políticas: questões de teoria e método. Editora Intersaberes, 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Mulher e Política no Brasil Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa*. *Revista Estudos Feministas*, 256, 1994.

_____. Donas-de-casa, Mães, Feministas, Faladoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.2, n.2. 1994.

PINTO, E. C. (2019). Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. Em *Brasil: incertezas e submissão?* (pp. 341-359). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

PIQUET, R. (2008). Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro: E- Papers Serviços Editoriais.

Piragibe, H. (12 de 07 de 2024). Lideranças CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)

PISKE DE A. BARBOSA, O., & BENITES SARACHO, A. (2018). TJDF. Fonte: TJDF: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2018/consideracoes-sobre-a-teoria-dos-freios-e-contrapesos-checks-and-balances-system-juiza-oriana-piske> Acesso em 07/06/2024.

PITANGUY, Jacqueline. Mulheres, constituinte e constituição. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.). *Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: Ipea, 2011, p. 17-45.

_____, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, 1991.

PHILIPS, Anne. *The Politics of Presence: The Political Representation of Gender, Ethnicity, and Race*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PEREIRA, H., & de OLIVEIRA, A. (2015). Uma agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: FGV Editora.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História*, v. 14, 1997.

RAPOSO, Eduardo. Banco Central do Brasil: o leviatã ibérico – uma interpretação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- REZENDE, G. (2022). O Rio de Janeiro no século XXI: desafios para um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Rio de Janeiro: Anagrama.
- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 25208, de 08 de março de 1999. Institui a comissão especial de segurança da mulher e da outras providências.
<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/227951/decreto-25208-99>. Acesso em 12/07/24
- Rocha, M. M. (2003). Pela Igualdade. O Dia, 13.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista de Políticas Públicas*, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.
- SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. de. HISTÓRIA ORAL: VOZES, NARRATIVAS E TEXTOS. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 6, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282>. Acesso em: 20 julho. 2024.
- SEASDH, S. d. (28 de 09 de 2023). Cedim.rj. gov. Fonte: Cedim: https://www.cedim.rj.gov.br/historico_cedim.asp
- SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, & CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. (2024). Cartilha: Orientação para criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres. Rio de Janeiro: 1ª Edição.
- SEN, A. (2008). *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo: Record.
- SILVA, R. D. Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *cadernos pagu*, n. 55, p. e195512, 2019.
- SOARES, Suane Felipe. Um segredo das mulheres: a legislação sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres latino-americanas e caribenhas coordenação Eleutéria Amora da Silva. - Rio de Janeiro: Camtra, 2021.
- Soares, C. T. (16 de julho de 2024). Liderança no CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)
- SOUZA, T. M. C., & REZENDE, F. F. (2018). Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 9(2), 21–38.
- STJ. (28 de 08 de 2020). Fonte: STJ: <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/28082020-STJ-afasta-o-governador-Witzel-do-cargo-e-prende-seis-investigados-por-irregularidades-na-Saude-do-Rio.aspx> Acesso em: 29/06/2024.

- TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. 2005.
- Torquato, R. (09 de 07 de 2024). Lideranças CEDIM. (A. M. Castro, Entrevistador)
- TSE. (2002). Fonte: TSE: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?session=113798897595010> Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2006). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_cargo=Deputado%20Estadual&session=112638758149999 Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2010). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2010&session=112638758149999 Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2014). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2014&session=112638758149999 Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2018). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_uf=RJ&session=5361313158323 Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2020). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2022&session=5361313158323 Acesso em: 29/06/2024.
- TSE. (2022). Fonte: TSE: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2022&session=5361313158323 Acesso em: 29/06/2024.
- VARIKAS, Eleni. *Pensar o sexo e o gênero*. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.
- VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: UBU, 2020.
- VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. Federalismo e Autonomia Fiscal dos Governos Estaduais no Brasil: Notas sobre o Período Recente (1990-2010). In: MONTEIRO NETO, Aristides. *Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate*. Brasília, IPEA, pp. 63-117, 2014.
- YOUNG I. M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University, 2000.
- WILLIAMS, M. S. (2000). *Voice, Trust, and Memory: Marginalized Groups and the Failings of Liberal Representation*. New Jersey: Princeton University Press.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ZUCCO Jr, Cesar. Esquerda, Direita e Governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timoth J.; ZUCCO Jr, Cesar. *O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

APÊNDICES

Questionário – Trabalho de campo (perguntas feitas a conselheiras e ex-conselheiras nos últimos mandatos)

Ingresso no Cedim

1. Como e quando ingressou no Cedim? Quem foi o governador que a nomeou?
2. Qual é o seu histórico profissional em relação à participação no Cedim, antes do seu ingresso na instituição? Isso foi determinante para que fosse convidada?
3. Qual seu engajamento político na luta pelo direito das mulheres, antes de seu ingresso no Cedim? Isso foi determinante para que fosse convidada?
4. Qual sua motivação inicial no momento que ingressou no Cedim? Por que decidiu participar do Cedim? Alguma situação em especial te fez participar?

Experiência no Cedim

- 1) Como funciona o Cedim? O que fazem as conselheiras nomeadas? Qual o total de conselheiras atualmente (ou no seu período de participação)? Qual o mandato ou período máximo de permanência de uma conselheira?
- 2) Qual o total de conselheiras atualmente (ou no seu período de participação)? As mulheres e seus diferentes segmentos sociais estão representadas no Cedim? Existe algum grupo social que esteja excluído?
- 3) Quais foram os maiores desafios pessoais durante sua vivência nesse cargo? Quais as maiores dificuldades enfrentadas? Como avalia sua própria participação no Cedim?
- 4) Teve alguma situação em especial que marcou seu período no Cedim, que tenha contribuído para gerar alguma política pública ou legislação em prol das mulheres?

A Relação entre o Cedim, o Governo Estadual e a ALERJ

1. Como funciona a relação entre o Cedim e o governo estadual? Quais as secretarias estaduais que mais interagem com o Cedim? O Cedim tem alguma influência no processo decisório da gestão governamental?

2. O Cedim tem como objetivo central “promover e desenvolver políticas públicas direcionadas a garantir igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres”, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania. Quais vitórias você acha que o Cedim conseguiu alcançar para atingir esse objetivo junto ao governo estadual?

3. O que acha da criação e atuação da Secretaria Estadual da Mulher? A secretaria atrapalha ou auxilia a ação efetiva de desenvolver e propor políticas públicas em defesa da mulher?

4. Como funciona a relação entre o Cedim e a ALERJ? Quais deputadas estaduais mais interagem com o Cedim? O Cedim tem alguma influência no processo legislativo estadual?

5. Quais vitórias você acha que o Cedim conseguiu alcançar na ALERJ?

6. Como avalia a atuação da Comissão dos Direitos da Mulher na ALERJ? Existe interação dessa Comissão Permanente com o Cedim?

A Relação entre o Cedim, os Movimentos Sociais e a Sociedade Civil

1. Como funciona a relação entre o Cedim, os movimentos sociais e a sociedade civil? As conselheiras que representam a sociedade civil prestam contas de sua atuação?

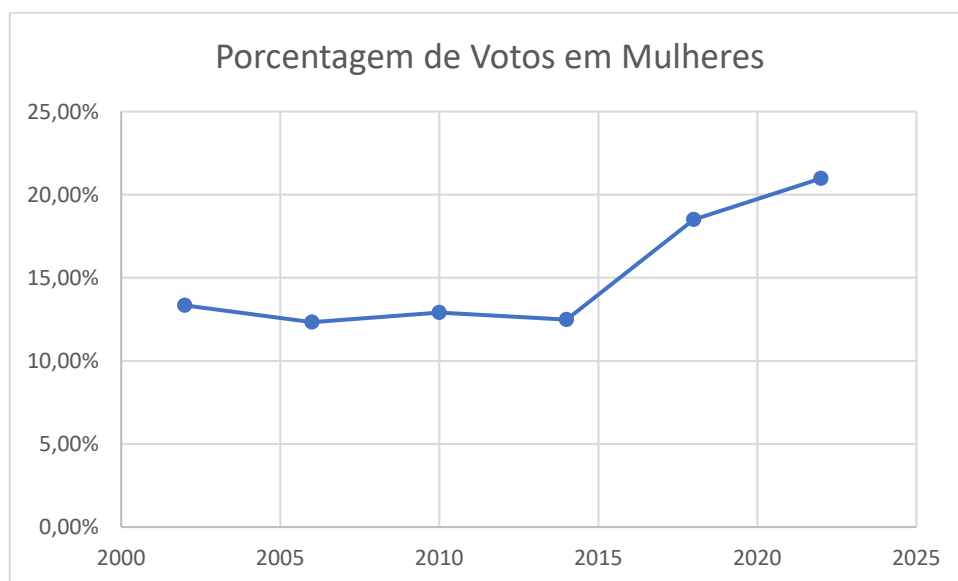
2. Quais as lutas do Cedim mais contribuíram para o avanço dos direitos da mulher na sociedade fluminense?

3. O que dificulta a presença de mais mulheres participarem ativamente na política partidária e também dentro de conselhos, movimentos e sindicatos, na sua opinião?

Obrigada!

Apêndice

Gráfico 1. Porcentagem de votos em Mulheres para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) de 2002 até 2022



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

COMPOSIÇÃO ATUAL CEDIM/RJ- SECRETARIA DA MULHER - 2024

id: 2462676

DECRETO Nº 48.387 DE 07 DE MARÇO DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA, SEM AUMENTO DE DESPESA, A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, ECONOMIA DO MAR - SEENEMAR, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- e ainda, considerando o que consta no processo nº SEI-310003/000631/2021

Id: 246260

ACTOS DO GOVERNADOR
ACTOS DE 08 DE MARÇO DE 2023

EXONERA
4274713-9

NOMEAR JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO para exercer o cargo em comissão de Diretor, símbolo VP-1, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana, anteriormente ocupado por Georg Zelenka Junior, ID Funcional nº 4274713-9, Processo nº SEI-100005/001874/2023.

NOMEAR ALEXANDRE GOMES KNOPLOCH DOS SANTOS para exercer, com validade a contar de 01 de março de 2023, o cargo em comissão de Subsecretário Adjunto, símbolo SA, da Subsecretaria de Projetos Especiais em Inovação, da Secretaria de Estado de Transformação Digital, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.378, de 01/03/2023. Processo nº SEI-430001/000009/2023.

NOMEAR FABIO HENRIQUE ESTEVÃO DA SILVA, ID FUNCIONAL Nº 5102061-0, para exercer com validade a contar de 01 de março de 2023, o cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo DG, da Diretoria Geral de Administração e Finanças, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Transformação Digital, anteriormente ocupado por Douglas Cesar Sgarbi Junior, ID Funcional nº 5006579-3, Processo nº SEI-430001/0000902023.

NOMEAR SERGIO MARCOLINI, ID FUNCIONAL Nº 2869984-0, para exercer o cargo em comissão de Superintendente, símbolo DAS-10, da Superintendência de Economia do Mar da Subsecretaria Adjunta de Economia do Mar, da Subsecretaria Técnica de Energia e Economia do Mar da Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar - SEENEMAR, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.338, de 26 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-480001/000035/2023.

ATO DO GOVERNADOR

ATO DO GOVERNADOR
DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-310003/000989/2023,

RESOLVE:

COMPOR, nos termos da Lei nº 2.837, de 19.11.1997, e do Decreto nº 46.052, de 28 de julho de 2017, o Conselho Deliberativo do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/RJ, da Secretaria de Estado da Mulher, para o mandato de 2023/2026, como segue:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEM
Titular: Heloisa Helena de Alencar Aguiar
Suplente: Aline Inolez de Souza Dias

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEEDUC
Titular: Teresa Sales Marques
Suplente: Renata do Amaral Barreto

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES
Titular: Roberta Maria de Oliveira Silva Lannes Sam
Suplente: Helena Cristina Dias de Almeida e Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA - SETRAB
Titular: Claudia Maria Alves Cunha
Suplente: Elenice Moneses Ramos

REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL:

Articulação Brasileira de Lésbica - ABL
Titular: Márcia de Brito do Nascimento Suplente: Michele Seixas de

Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento - ASPLANDE
 Titular: Maria Regina Fontes
 Suplente: Ana Lucia Barbosa Santos

Associação das Mulheres Advogadas da Zona Oeste do Rio de Janeiro - AMAZOESTERJ
Titular: Roberta Ribeiro Baptistelli
Suplente: Bárbara Carla da Mata Fwars

Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema - AMEAS
Titular: Edna Ferreira Calheiros SaraivaSuplente: Michele Maria de Souza

VIII - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;
IX - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
X - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher;
XI - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º - O Grupo de Trabalho deverá criar e disciplinar um cronograma para suas atividades podendo incluir, para desenvolvimento e solução das questões, outros órgãos da administração direta e/ou indireta do Estado.

§ 3º - O Grupo de Trabalho poderá convidar para assessoramento, orientação e informações, personalidades e/ou entidades com interesse e expertise nos temas a serem tratados.

§ 4º - A funções exercidas pelos membros integrantes do Grupo de Trabalho não serão remuneradas a qualquer título e seu exercício será considerado serviço público relevante.

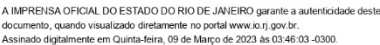
Art. 5º O Grupo de Trabalho criado por este Decreto deverá apresentar ao Governador do Estado do Rio de Janeiro a conclusão dos trabalhos e a minuta do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na forma de processo, com a devida instrução dos documentos necessários, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação do presente decreto.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Mulher editará as normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2023.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 3462554



OUTROS DOCUMENTOS CEDIM/RJ

macaé

 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Centro Especializado de Atendimento à Mulher Pérola Bichara Benjamin

Ofício n°. 76/2016

Macaé, 31 de outubro de 2016.

Do: CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher
Para: Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres
Sra. Marizete Ramos de Andrade Waineraich

A/C Sra. Rosimary Rodrigues Caetano – Superintendente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Assunto: Solicita Unidade Móvel

Prezadas,

Cumprimentando-as, sirvo-me do presente para oficializar o pedido já feito de disponibilização da Unidade Móvel de Atendimento à Mulher do Campo e da Floresta, para o município de Macaé, no dia 28 de novembro do corrente ano.

Ressaltamos a necessidade de que a unidade chegue ao município de Macaé às 9 horas, tendo em vista a necessidade de deslocamento até o assentamento Osvaldo de Oliveira que leva em torno de 40 minutos.

Na certeza de podermos contar sempre com a colaboração inestimável, agradecemos.

Atenciosamente,


Jane Estanislau Roriz
Coordenadora
Jane Estanislau Roriz
Coordenadora do Centro Especializado
de Atendimento à Mulher - CEAM
Matr. Nº 402 344 - P.M.M.

Rua São João, nº 33, Centro – Macaé – RJ. – Tel: (22) 2796-1045
Fax: (22) 2791-6620 e-mail: ceam@macae.rj.gov.br

Córrego do Ouro

Cedim e Fundação Cide lançam banco de dados sobre a mulher fluminense

O Conselho estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), órgão da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, e a Fundação Cide, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, lançam hoje, às 9h, na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada, em Nova Iguaçu, o banco de dados chamado A Condição Feminina no Estado do Rio de Janeiro. A solenidade contará com a presença da presidente do Cedim, delegada Martha Rocha, do diretor-executivo da Fundação Cide, Ranulfo Vidigal, e do secretário da Baixada, Jabes Mocotó.

Centros/Núcleos de Referência em funcionamento	Antes de 2007	Entre 2007 a 2010	Previsão para 2011
	NIAM Barra Mansa	CRM Araruama	CRM Maricá
	NIAM Campos	CIAM Baixada	CRM Natividade
	NIAM N. Iguaçu	CEPIG- Núcleo Atendimento	CRM Silva Jardim
	NIAM Quissamã	CRM Cabo Frio	CRM Itatiaia
	NIAM Resende	CRM Itaboraí	
	NIAM Teresópolis	CIAM Itaperuna	
	NIAM Três Rios	CRM Macaé	
	CRM Belford Roxo	Casa Mulher Manguinhos	
	CRMM Carminha Rosa	CRM Petrópolis	
	CRM Duque de Caxias	CRM Paracambi	
	CIAM Márcia Lyra	Casa Mulher Rio das Ostras	
	Casa Mulher Mesquita	CRM São João Meriti	
	Casa Mulher Nilópolis	NIAM Seropédica	
	CODIM Niterói	CRM Teresópolis	
	CREM Nova Friburgo	CRM Fundação/UFRJ	
	CEOM São Gonçalo		
	Casa Mulher Volta Redonda		
	Subtotal: 17	Subtotal: 15	Total: 4
	Total Geral: 32		

Organismos de Políticas para as Mulheres	Antes de 2007	Entre 2007 e 2010
	Coordenadoria de Belford Roxo	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Araruama
	Departamento dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias	Coordenadoria Geral de Políticas para as Mulheres de Cabo Frio
	Coordenadoria de Política para as Mulheres de Itaboraí	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Itatiaia
	Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Niterói – CODIM	Subsecretaria Municipal de Política para as Mulheres de Maricá
	Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres de Nova Iguaçu	Coordenadoria Municipal de Direitos da Mulher de Mesquita
	Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres de Paracambi	Coordenação de Política para as Mulheres de Natividade
	Secretaria Municipal de Política para as Mulheres de Macaé	Superintendência dos Direitos da Mulher de Nilópolis
		Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Queimados
		Coordenadoria da Mulher de Resende
		Coordenadoria Especial de Promoção da Política para a Igualdade de Gênero do Município do Rio de Janeiro- CEPiG
		Superintendência da Mulher de São João de Meriti
		Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de São Gonçalo
		Secretaria Especial da Mulher e das Minorias de Silva Jardim
		Coordenadoria Municipal de Atendimento à Mulher de Tanguá
		Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher de Teresópolis
		Coordenadoria Municipal da Mulher de Volta Redonda
	Subtotal: 7	Subtotal: 16
	Total Geral: 23	

DEAM em funcionamento	Antes de 2007	Entre 2007 a 2010	Previsão para 2011
	Centro	São João de Meriti	Campos
	Jacarepaguá	**DEAM Itinerante	Nova Friburgo
	Campo Grande	* A DEAM D. Caxias passa a funcionar na estrutura de Delegacia Legal	
	Belford Roxo		
	Nova Iguaçu		
	Niterói	** Ônibus equipado para atendimento às mulheres	
	São Gonçalo		
	Volta Redonda		
	*D. de Caxias		
Subtotal: 9		Subtotal: 2	Total: 2
Total Geral: 11			

NUDEM Juizados Especiais CEJUVIDA (Central Judiciária de Abrigamento)	Antes de 2007	Entre 2007 a 2010	
	*NUDEM	I Juizado- Capital	CEJUVIDA (Central Judiciária de Abrigamento no âmbito do Poder Judiciário)
		II Juizado - Campo Grande	
		III Juizado - Jacarepaguá	
		Duque de Caxias	
		Nova Iguaçu	
		São Gonçalo	
		*NUDEM - Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado do RJ Estruturado de forma mais adequada com recursos do Pacto	
	Total: 1	Total: 7	Total: 1

- **Capacitação de Servidores Públicos On-Line**

Capacitação I - para profissionais que atuam nos serviços voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres nas áreas de políticas para as mulheres, da assistência social e da justiça, com a finalidade de capacitar os serviços nas seguintes temáticas: Gênero, Lei Maria da Penha, Centros de Referência, Acesso à Justiça e Rede de Atendimento.

Capacitação II: A temática de Gênero para o atendimento na área da saúde da mulher.

Curso para mulheres

Cedim oferece
várias opções
para quem quer
se aperfeiçoar

COLABOROU GEORGIA SIMÕES

As mulheres estão indo à luta em busca de oportunidades no mercado de trabalho e contam com a ajuda do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), que a partir da próxima semana, abre seu espaço cultural na Rua Camerino, 51, no Centro, para oferecer cursos de restauração em madeira, papel, documentação, encadernação, informática e guia de turismo.

O trabalho ganhou força com a parceria entre o governo do Estado, que investiu na restauração do prédio, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que aplicou cerca de 150 mil dólares, na compra de equipamentos e no pagamento dos professores. A frente do projeto está a delegada Martha Rocha.

— Acredito que a minha nomeação seja o reconhecimento do trabalho dedicado a mulher. Eu não me considero uma referência, isso seria muita prepotência, mas estou muito orgulhosa de ter sido nomeada a presidir o Cedim.

Arlinda Carneiro, 54 anos, e Deiselen Tavares, de 22, estão entre as mulheres que aproveitaram a oportunidade oferecida pela Cedim para se profissionalizar.

FOTOS DE MARCOS HOMEM



Deiselen (E) e Arlinda Carneiro (D) aproveitaram a oportunidade oferecida pelo Cedim

O Dia da Mulher na
visão de Benedita,
Jandira Feghali e
Marta Rocha

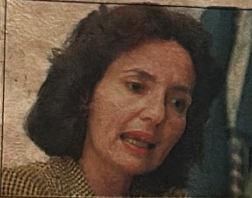
PÁGINA 13

10 Dia
8/03/03

artigo

Pela igualdade

MARTA ROCHA*



Em meio às comemorações deste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, chamam-nos a atenção os resultados do primeiro censo sindical divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística (IBGE) em relação à participação das mulheres. O levantamento revelou uma tímida presença das trabalhadoras no movimento sindical. Segundo o estudo, elas ocupam cargos de diretoria, mas apenas 10% das presidentes são mulheres, como no caso da Confederação Nacional dos Bancários.

Essa realidade nos leva a algumas reflexões. As comemorações do 8 de março estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e sociedades mais justas e igualitárias.

A simbologia da data nos leva ao ano de 1857, em Nova Ior-

que, quando 129 mulheres teriam morrido dentro de uma fábrica incendiada durante um protesto contra as condições de trabalho a que estavam submetidas.

Muitas coisas mudaram desde então! Atualmente, o contingente de mulheres que frequentam o ensino médio e as universidades é superior entre 19% e 24% ao de homens.

Entre 1995 e 1999, cresceu a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho que, no entanto, ainda registra a existência de preconceitos que acabam se traduzindo em diferenciais significativos. Levantamento do BID mostra, no entanto, que o apoio à força de trabalho femini-

na tem impacto significativo sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda. A própria Organização Internacional do Trabalho enfatiza a necessidade do incentivo a ações que promovam a igualdade de oportunidades em todas as áreas.

Essa promoção da igualdade deve ser vista como um desafio pelos governos, porque exige um compromisso com políticas públicas bem definidas, voltadas para a especificidade das mulheres, que representam 40% da População Economicamente Ativa.

* Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/RJ)

Cedim e Detran assinam convênio

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) e o Detran assinaram ontem convênio com vistas ao lançamento do programa Mulheres em Movimento, que vai levantar as necessidades e expectativas das mulheres que trabalham no Detran.

São 2.445 profissionais que hoje representam quase 50% da força de trabalho do departamento. O programa está inserido no Planejamento Estratégico do Detran 2003-2010 e visa a conhecer de perto a realidade das mulheres, além de suas expectativas no campo profissional.

Cedim e Fundação Cide lançam banco de dados sobre a mulher fluminense

O Conselho estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), órgão da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, e a Fundação Cide, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, lançam hoje, às 9h, na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada, em Nova Iguaçu, o banco de dados chamado A Condição Feminina no Estado do Rio de Janeiro. A solenidade contará com a presença da presidente do Cedim, delegada Martha Rocha, do diretor-executivo da Fundação Cide, Ranulfo Vidigal, e do secretário da Baixada, Jabes Mocotó.

D.O. n° 167

De 04 de setembro de 2003

(página 01)

Cedim e Fundação Cide desenvolvem projeto sobre condição feminina no estado

Um marco histórico na luta pelos direitos da mulher. Com essas palavras, a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), delegada Martha Rocha, qualificou o lançamento do Projeto Condição Feminina no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (Fundação Cide) que disponibilizou pela primeira vez na Internet, a partir de ontem, um banco de dados com estudos sobre a situação política, econômica e social das mulheres nos 92 municípios fluminenses.

Dividido em seis áreas temáticas - população, trabalho, educação, saúde, violência e participação política - o banco de dados estará completamente disponível em março de 2004. A previsão é de se colocar, a cada quinze dias, uma área temática no ar, inaugurando todo projeto no dia 8 de março de 2004, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Os acessos ao banco de dados podem ser feitos pelos sites do Cedim - www.cedim.rj.gov.br - que está com um novo layout de página desde ontem -, ou do Cide - www.cide.rj.gov.br. De acordo

com o professor da Fundação Cide, Daniel Sasson, que fez a apresentação do projeto, a vantagem desse banco é que podem ser feitos variados cruzamentos de informações, possibilitando inúmeros enfoques nos dados, de acordo com idade, condição econômica, município, gênero, etc., para se obter exatamente o perfil que se deseja.

O banco de dados da Condição Feminina no Estado do Rio de Janeiro é fruto de uma pesquisa em mais de 100 fontes de dados diferentes para atender as seis áreas contempladas.

Biblioteca Virtual

Cedim na luta pelos direitos da mulher

A nova presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), Martha Rocha, recebeu ontem (11/2), na sede do órgão para um café da manhã, a governadora Rosinha Garotinho e secretários estaduais quando anunciou o programa de ações que será implantado este ano. Entre os projetos, três foram considerados por Martha como carro-chefe, com ênfase na capacitação profissional e no atendimento integral à mulher. Durante a visita, a governadora lembrou a importância do trabalho realizado pelo Conselho e classificou como fundamental a integração entre o Cedim e todos os setores do Governo do Estado para garantir o sucesso das ações.

— Estamos colocando todas as nossas secretarias à disposição do Cedim para o desenvolvimento de ações conjuntas que vão atender não só as mulheres, mas certamente terão reflexo em toda a sociedade — avaliou a governadora, ao lado do secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Roberto Freire.



A governadora Rosinha Garotinho visita o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Entre os programas destacados pela presidente do Cedim estão a Fábula Cultural, um projeto de gincana

feminina para o mercado de trabalho, gerando igualdade de oportunidades. "Também vamos dar ênfase ao projeto da Comissão das Trabalhadoras Rurais, para conscientizá-las de seus direitos", explicou Martha.

A presidente — que ficou conhecida como a primeira mulher a ocupar um cargo de delegada no Rio e contribuiu para mudar a imagem da Polícia carioca — lembrou também que o órgão vai continuar seu trabalho de assistência social, jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência. "Desde a inauguração de nossa nova sede, em 2001, no governo Garotinho, realizamos mais de 15 mil atendimentos, o que significa uma média de 400 a 500 atendimentos por mês. É importante lembrar que

essa é uma ação integrada, que passa pela área jurídica, pelo atendimento psicológico e pelo serviço social.

Governo vai retomar avaliações do programa Nova Escola

A governadora Rosinha Garotinho anunciou ontem (11/2) que vai retomar as avaliações do Programa Nova Escola para que as gratificações voltem a ser pagas a professores e pessoal de apoio da rede estadual de ensino a partir do próximo ano. Como a avaliação do desempenho das escolas não foi feita em 2002 pelo governo passado, a atual administração estadual ficou sem critérios para conceder as gratificações. "O Nova Escola é uma proposta nossa, iniciada no governo Garotinho, e vai ser retomado por mim".

Rosinha disse ainda que continua negociando com o governo federal as propostas para tentar sanear as finanças do Estado, o que permitiria o pagamento do 13º salário do funcionalismo estadual. A governadora também acredita que a Justiça vai avaliar a difícil situação

ADD

D.O. nº 44

De 07/03/03

(página 02)

Cedim oferece capacitação para mulheres

A grave situação sócio-econômica de muitas mulheres cariocas que são chefes de família pode começar a melhorar. A partir de segunda-feira (10/3), 100 jovens, entre 16 e 29 anos, filhas dessas mulheres, residentes em áreas muito carentes, iniciarão um dos cursos de capacitação de mão-de-obra auxiliar, organizados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim).

A aula inaugural será realizada às 10h, na Rua Camerino, 51, Centro do Rio. Os alunos serão formados em restauro em madeira, papel, documentação e encadernação. Ao final, serão encaminhados para o mercado de trabalho na área cultural.

ADD

O DIA

SEGUNDA-FEIRA 16.6.2003

3

O DIA D



LU
lacerda

E-mail: llacerda@odianet.com.br

Martha Rocha, não a miss e sim a delegada, recebe hoje a visita das deputadas do Timor Leste, Maria Genoveva, Maria José da Costa e Maria da Costa Valadares. Elas estão no Rio para ver de perto o trabalho do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Cedim/RJ, presidido por Martha. As três Marias vão usar como referência nossas políticas voltadas para a população feminina e pretendem aplicá-las no projeto de reestruturação civil de Dili.

APÊNDICE

Quadro 1 - Lideranças do CEDIM/RJ Entrevistadas na Pesquisa de Campo

Cargo Presidente/Conselheira	Trajatória no Mundo Público	Período	Como entrou no CEDIM/RJ	Governo vigente
Cecília Teixeira (presidente)	Psicóloga e Professora da Especialização em Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência contra a Mulher da PUC-Rio.	2007 - 2011	Indicação do Governo	Sérgio Cabral Filho
Ângela Fontes (presidente)	Economista, mestra em engenharia e doutorado em Geografia. Atuou como coordenadora da formação Mulheres Mais Fortes na Política, foi Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres no Governo Federal.	2012 - 2013	Indicação do Governo	Luiz Fernando Pezão
Cristiane Lamarão (presidente)	Assistente Social com experiência na área de combate à violência contra mulher, foi	2017 - 2018	Indicação do Governo	Luiz Fernando Pezão

	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social no Rio de Janeiro e atual Secretária-Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Queimados.			
Inês Pandeló (conselheira)	Jornalista, ex-deputada estadual, ex-prefeita de Barra Mansa, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).	2017 - 2021	Representante Partidária	Luiz Fernando Pezão
Rosi Torquato (conselheira)	Coordenadora Nacional dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil.	2018 - 2024	Sociedade Civil	Wilson Witzel/ Cláudio Castro
Helena Piragibe (presidente)	Professora, advogada, ativista política feminista. É líder na União Brasileira de Mulheres.	(maio) 2018 - 2021	Sociedade Civil	Wilson Witzel/ Cláudio Castro
Edna Calheiros (presidente)	Professora e Presidente da - Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema (AMEAS).	2022- 2023	Sociedade Civil	Cláudio Castro
Rosângela Fernandes (conselheira)	Liderança na Articulação Brasileira de Lésbica (ABL).	2023- 2024	Sociedade Civil	Cláudio Castro

Fonte: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ (SEASDH, 2023)

APÊNDICE

Tabela 1. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2002

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Eliana Ribeiro	PMDB	56.683
Andreia Zito	PSDB	56.531
Aparecida Panisset	PPB	50.338
Georgette Vidor	PPB	50.013
Pastora Edna	PMDB	42.066
Graça Pereira	PT do B	41.325
Graça Matos	PSB	40.878
Cidinha Campos	PDT	39.554
Cida Diogo	PT	38.181
Jurema Batista	PT	35.986
Aparecida Gama	PSB	35.797
Inês Pandeló	PT	32.673
Heloneida Studart	PT	31.039
Nubia	PPB	30.863
Waldeth do INPS	PL	27.077

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tabela 2. Deputadas Estaduais Eleitas no Estado do Rio de Janeiro – 2006.

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Graça	PMDB	92.163
Cidinha Campos	PDT	53.556
Graça Pereira	PFL	51.255
Jane Cozzolino	PTC	50.496
Sheila Gama	PDT	44.984
Sula	PMDB	43.549

Aparecida Gama	PMDB	42.701
Beatriz Santos	PRB	39.266
Inês Pandeló	PT	36.395
Renata Do Posto	PAN	28.124
Waldeth do INPS	PL	20.932

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tabela 3. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2010

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Clarissa Garotinho	(PR)	118.863
Cidinha Campos	(PDT)	89553
Lúcia Helena de Amaral	(PSDB)	67.035
Andreia do Charlinho	(PDT)	62.599
Graça	(PMDB)	61.294
Graça Pereira	(DEM)	38.746
Aspásia Camargo	(PV)	34.733
Claise Maria Zito	(PSDB)	33.664
Inês Pandeló	(PT)	28.798
Myrian Rios	(PDT)	22.169
Enfª Rejane	(PCdoB)	21.033
Rosangela Gomes	(PRB)	10.586
Janira Rocha	(PSOL)	6.442

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tabela 4. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2014

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Cidinha Campos	(PDT)	75.492
Tia Ju	(PRB)	74.803
Lucinha	(PSDB)	65.760
Daniele Guerreiro	(PMDB)	55.821

Delegada Martha Rocha	(PSD)	52.698
Marcia Jeovani	(PR)	34.870
Enfermeira Rejane	(PCdoB)	33.990
Graça Pereira	(PRTB)	16.876

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tabela 5. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2018

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Alana Passos	(PSL)	106.253
Lucinha	(PSDB)	65.735
Renata Souza	(PSOL)	63.937
Tia Ju	(PRB)	56.766
Rosane Felix	(PSD)	53.644
Delegada Martha Rocha	(PDT)	48.949
Franciane Motta	(MDB)	45.123
Mônica Francisco	(PSOL)	40.631
Enfermeira Rejane	(PCdoB)	33.003
Dani Monteiro	(PSOL)	27.982
Marina	(PMB)	12.294

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tabela 6. Deputadas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro - em 2022

Candidata eleita	Partido	Número de votos
Renata Souza	(PSOL)	174.132
Elika Takimoto	(PT)	95.263
Giselle Monteiro	(PL)	95.028
Dani Balbi	(PC do B)	65.815
Tia Ju	(PRB)	63.373
Delegada Martha Rocha	(PDT)	61.767
Lucinha	(PSD)	60.387
Índia Armelau	(PL)	57.582

Verônica Lima	(PT)	55.738
Dani Monteiro	(PSOL)	50.140
Célia Jordão	(PL)	49.680
Marina do MST	(PT)	46.422
Franciane Motta	(União)	37.873
Carla Machado	(PT)	34.658

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

APÊNDICE

CEDIM ATUAL GESTÃO 2024-2028

Presidente

Heloísa Aguiar

Secretária Geral

Halene Armada

Secretária de Finanças

Aline Inglez

Representantes de Órgãos Públicos

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEM

Titular: Heloisa Aguiar

Suplente: Aline Inglez de Souza Dias

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEEDUC

Titular: Teresa Sales Marques

Suplente: Renata do Amaral Barreto

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES

Titular: Roberta Maria de Oliveira Silva Lannes Sam

Suplente: Halene Cristina Dias de Armada e Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA - SETRAB

Titular: Sheila Boechat

Suplente: Claudia Maria Alves Cunha

Representantes da Sociedade Civil

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICA – ABL

Titular: Rosângela Fernandes de Castro

Suplente: Jennifer Louise da Silveira Borges

**ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO –
ASPLANDE**

Titular: Ana Lucia Barbosa Santos

Suplente: Maria Regina Fontes

**ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ADVOGADAS DA ZONA OESTE DO RIO
DE JANEIRO – AMAZOESTERJ**

Titular: Roberta Ribeiro Baptistelli
Suplente: Bárbara Carla da Mata Ewers

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS ACONTECENDO EM SAQUAREMA - AMEAS

Titular: Edna Ferreira Calheiros Saraiva
Suplente: Michele Maria de Souza

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB

Titular: Katia Lucimar Rocha Branco Lopes
Suplente: Raimunda Leone de Jesus

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS – CUT

Titular: Odisséia Pinto de Carvalho
Suplente: Vania Lúcia Miguez Forte

COLETIVO DE MULHERES ELZA MONNERAT – UJS

Titular: Karina Bernardes de Oliveira Ribeiro
Suplente: Maria de Fátima Santos Souza

FEDERAÇÃO DE MULHERES FLUMINENSES – FMF

Titular: "Leila Maria de Moraes Silva
Suplente: Andrea da Silva Correa

FÓRUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO – FEMNEGRASRJ

Titular: Rosilene Torquato de Oliveira
Suplente: Cristhiane Malungo

ILÊ OMOLU OXUM

Titular: Samira Reis Marques da Silva
Suplente: Viviane Almeida da Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM

Titular: Angela Maria Mesquita Fontes
Suplente: Louise Lima Storm Rocha

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB

Titular: Alessandra Moreira dos Santos
Suplente: Elizabeth Pena Nunes

MOVIMENTO DE MULHERES DE SÃO GONÇALO – MMSG

Titular: Fátima Maria dos Santos
Suplente: Victória do Livramento

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PC do B

Titular: Elza Silva dos Santos Serra
Suplente: Rosilene Rodrigues Gonçalves Leite

PARTIDO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS – PT

Titular: Fabiana Santos da Silva

Suplente: Neide Jane Prado de Carvalho

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – RFS

Titular: Maria do Espirito Santo Tavares dos Santos

Suplente: Juçara Portugal Santiago

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES – UBM

Titular: Vânia Jussara da Cruz Bretas Vilarinho

Suplente: Irene Cassiano Marques

APÊNDICE

EX- PRESIDENTES CEDIM/RJ

Edna Ferreira Calheiros Saraiva (Mar-2021 a Fev-2023)

Helena Ferreira Magalhães (2018 a fev-2021)

Ivone Teixeira Vilete (jul-2018 a dez-2018)

Cristiane Lôbo Lamarão Silva (out-2017 a jul-201)

Eduviges Conti Loffredo Lopes (2017)

Marizeti Ramos Waineraich (2016)

Margarida Pressburg (jun-2015)

Marisa Chaves (2015 a jun-2015)

Marta Dantas (2014)

Adriana Valle Mota (ago-2013)

Angela Maria Mesquita Fontes (2012 a jul-2013)

Cecília Teixeira Soares (2007 a 2011)

Anna Maria Rattes (2004 a 2006)

Martha Rocha (2003)

Ana Lipke (2002)

Ligia Doutel de Andrade (1999 a 2002)

Leila Araújo (1998)

Anna Maria Rattes (1995 a 1997)

Ligia Doutel de Andrade (1991 a 1994)

Branca Moreira Alves (1987 a 1990)